



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**FACULDADE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA**  
**Área de Concentração: Infra-estrutura e Meio Ambiente**

**ANICOLI ROMANINI**

**PLANEJAMENTO URBANO & EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:**  
**O CASO DE PASSO FUNDO/RS.**

**Passo Fundo**

**2007**

**Anicoli Romanini**

**PLANEJAMENTO URBANO & EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:**  
**O CASO DE PASSO FUNDO/RS.**

**Dissertação de Mestrado**

**Anicoli Romanini**

**PLANEJAMENTO URBANO & EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS:  
O CASO DE PASSO FUNDO/RS.**

Orientador: Professora Arq. Adriana Gelpi, Dra.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia para obtenção do grau de Mestre em Engenharia na Área de concentração Infra-estrutura e Meio Ambiente na Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo

Passo Fundo

2007

**Anicoli Romanini**

**Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: O Caso de Passo Fundo/RS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia para obtenção do grau de Mestre em Engenharia na Área de concentração Infra-estrutura e Meio Ambiente na Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo

Data de aprovação: Passo Fundo, \_\_\_\_\_.

Os membros componentes da Banca Examinadora abaixo aprovam a Dissertação.

---

Arq. Adriana Gelpi, Dra.  
Orientador

---

Rosa Maria Locatelli Kalil, Dra.  
Universidade de Passo Fundo

---

Juan José Mascaró, Dr.  
Universidade de Passo Fundo

---

Oberon da Silva Mello, Dr.  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Passo Fundo  
2007

**A minha família, meu alicerce! Muito obrigada pelo estímulo para que mais este sonho se realizasse, e pelo dedicado amor em toda a minha vida.**

## AGRADECIMENTOS

À **Deus** pela oportunidade da vida.

Aos meus pais **Alfeu e Lourdes**, pelas oportunidades que me possibilitaram chegar até aqui, pelo amor e apoio incondicionais. Sem vocês tudo isso seria impossível.

As minhas irmãs **Graziela e Grasiene**, pela paciência, apoio e estímulo, carinho e incentivo.

A professora **Dra. Adriana Gelpi**, minha orientadora, pelo incentivo e motivação, por sua amizade e paciência, pelo conhecimento transmitido e pela forma incansável com que conduziu a orientação desse trabalho e principalmente por acreditar no meu potencial.

Aos professores **Dra. Rosa Maria Locatelli Kalil** e **Dr. Juan José Mascaró**, membros da banca, pelo incentivo e carinho, e pelas importantes contribuições e questionamentos, que me fizeram refletir e sair em busca de respostas.

Ao professor **Msc. Luiz Roberto Medeiros Gosch** pelas importantes informações prestadas durante a fase de qualificação

Aos professores, colegas, amigos e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Passo Fundo, em especial aos professores **Dr. Antônio Thomé** e **Dra. Evanisa Fátima Reginato Quevedo Mello**, e a secretária **Marli Tagliari**, pelo carinho e amizade.

À **CAPES** pelo apoio financeiro.

Aos **moradores dos Bairros Petrópolis, Santa Marta e São José**, que contribuíram com suas informações essenciais para o desenvolvimento deste trabalho.

A **Prefeitura Municipal de Passo Fundo**, em especial minha amiga e arquiteta **Sibele Fiori**, por sua amizade, conselhos e pelo fornecimento de dados.

A **todos** enfim, que de algum forma contribuíram para a realização deste trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho busca identificar os equipamentos comunitários da cidade de Passo Fundo/RS, urbe de porte médio localizada no norte do estado do Rio Grande do Sul e avaliar se os mesmos atendem às demandas municipais de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766/1979, e por autores que abordam o assunto. O trabalho analisa os Equipamentos Comunitários de uso público de Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Lazer e Esporte, e concentra-se no levantamento destes, em três setores da cidade, selecionados em função de dados disponíveis sobre sua população, nível de renda e poder aquisitivo. A localização, implantação, dimensionamento e situação real, dos equipamentos comunitários foram comparados a parâmetros mínimos de referência, extraídos da bibliografia pesquisada sobre o tema. Constatou-se que os setores analisados possuem apenas os equipamentos comunitários de saúde, educação e segurança. Verificou-se também, que a maioria dos equipamentos de cultura implantados nos setores são equipamentos culturais e que existem apenas um equipamento de lazer não-público e dois equipamentos esportivos, que não cumprem com sua função social, para uma população de mais de 23.000 habitantes. Neste sentido o trabalho salienta a importância e faz recomendações para o planejamento e adequação dos Equipamentos Comunitários nos setores estudados. O trabalho constata ainda, a necessidade de aprofundar o tema para futuros estudos, pois são poucos os autores que abordam o tema, a legislação é pouco detalhada e os parâmetros muito amplos. Assim, a contribuição na discussão das questões relativas ao planejamento urbano e em especial aos equipamentos comunitários é uma ferramenta para o desenvolvimento organizado de qualquer cidade, uma vez que proporciona acima de tudo condições dignas de habitabilidade para os munícipes em geral. Entende-se ainda, que a efetiva e concreta incorporação dos elementos com relativo grau de relevância no processo de pensar o planejamento urbano e de promover a urbanização podem efetivamente contribuir para a qualidade de vida do cidadão urbano, na obtenção de um meio urbano mais equilibrado, mais justo, mais diversificado no uso dos equipamentos, com maior qualidade dos espaços, especialmente aqueles de uso público e comunitário.

**Palavras-chaves:** Planejamento Urbano, Equipamentos Comunitários, Infra-Estrutura Urbana, Equilíbrio social da população.

## **ABSTRACT**

This present study tries to identify the community equipments of the city of Passo Fundo/RS, a medium-sized city located in the North of Rio Grande do Sul, as well as to evaluate if they grant the municipal demands according to the criteria established by the Law 6.766/1979, and by the authors who approach the subject. The work analyses the Community Equipments of public use of Health, Education, Security, Culture, Leisure and Sport, and it concentrates in their survey, in three sectors of the city, selected as a result of the available data about population, income level and purchasing power. The location, the implantation and the real dimension of the community equipments were compared to minimum parameters of reference, extracted from the bibliography researched about the theme. It was certified that the analyzed sectors have only the community equipments of health, education and security. It could also be observed that, the most part of the culture equipments implanted in the sectors are cultural and that they exist only one non public leisure equipment and two sportive ones, that do not carry out their social function, to a population of more than 23.000 inhabitants. In this sense, the work points out the importance and recommends the planning and adjustment of the Community Equipments in the sectors studied. The work still notes the necessity of deepen the theme for further studies, since that there are few authors who approach the theme, the legislation is little detailed and the parameters are very broad. Therefore, the contribution on the matters regarding the urban planning and, specially, to the community equipments, is a tool for the organized development of any city, since that it provides, above all, worthy conditions of housing to the towns in general. It is also seen that, the effective and concrete incorporation of the elements with relative relevance degree in the process of thinking about the urban planning and promoting the urbanization can effectively contribute for the urban citizen's quality of life, in obtaining a more balanced urban way, fairer, more diversified in the use of the equipments, with more quality of the spaces, specially those of public and community use.

**Keywords:** Urban Planning, Community Equipments, Urban Infrastructure, Social Balance of the Population.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
1.1 A QUESTÃO REGIONAL.....	16
1.2 PLANEJAMENTO, EQUIPAMENTOS E DEMOCRATIZAÇÃO URBANA.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO .....	18
1.4 OBJETIVOS .....	22
1.4.1 OBJETIVO GERAL .....	22
1.4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	22
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	23
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....</b>	<b>24</b>
2.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO .....	24
2.2 O PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO LOCAL .....	26
<b>2.3 PLANEJAMENTO E OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS .....</b>	<b>32</b>
2.4 FUNÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS .....	37
2.4.1 EQUIPAMENTOS DE SAÚDE.....	43
2.4.2 EQUIPAMENTOS DE EDUCAÇÃO.....	46
2.4.3 EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA.....	56
2.4.4 EQUIPAMENTOS DE CULTURA .....	59
▣ EQUIPAMENTOS CULTUAIS .....	60
2.4.5 EQUIPAMENTOS DE LAZER .....	61
2.4.6 EQUIPAMENTOS DE ESPORTE .....	67
2.5 PASSO FUNDO COMO ESTUDO DE CASO .....	69
2.5.1 A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO .....	69
2.5.2 A ESTRUTURAÇÃO URBANA: CENTRALIDADE X PERIFERIAS .....	73
<b>3 MÉTODOS E MATERIAIS.....</b>	<b>80</b>
3.1 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS SETORES URBANOS A SEREM PESQUISADOS .....	81
3.2 METODOLOGIA PARA ESTUDO COMPARATIVO: SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA .....	83
3.3 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS .....	86
3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS DE ARQUIVO .....	86
3.5 LEVANTAMENTO DE CAMPO .....	86
3.6 QUESTIONÁRIOS .....	87
3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	88
<b>4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NOS SETORES PESQUISADOS, RESULTADO COMPARATIVO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>89</b>
4.1 SETOR 4 - REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS .....	90
4.1.1 PERFIL DO SETOR DO BAIRRO PETRÓPOLIS .....	92
4.1.2 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DO SETOR DO BAIRRO PETRÓPOLIS .....	93
4.1.3 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE .....	94
4.1.4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL .....	99
4.1.5 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO .....	101
4.1.6 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA .....	105

4.1.7	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE CULTURA .....	108
4.1.8	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE LAZER .....	111
4.1.9	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE .....	111
4.2	SETOR 8 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA .....	116
4.2.1	PERFIL DO SETOR DO BAIRRO SANTA MARTA .....	118
4.2.2	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DO SETOR DO BAIRRO SANTA MARTA .....	119
4.2.3	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE .....	120
4.2.4	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL .....	124
4.2.5	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO .....	128
4.2.6	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA .....	133
4.2.7	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE CULTURA .....	135
4.2.8	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE LAZER .....	139
4.2.9	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE .....	140
4.3	SETOR 11 - REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ .....	144
4.3.1	PERFIL DO SETOR DO BAIRRO SÃO JOSÉ .....	146
4.3.2	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DO SETOR DO BAIRRO SÃO JOSÉ .....	146
4.3.3	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SAÚDE .....	148
4.3.4	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO INFANTIL .....	152
4.3.5	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE EDUCAÇÃO - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO .....	153
4.3.6	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA .....	158
4.3.7	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE CULTURA .....	161
4.3.8	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE LAZER .....	164
4.3.9	EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ESPORTE .....	165
4.4	ESTUDO COMPARATIVO DOS SETORES PESQUISADOS .....	169
<b>5 CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>		<b>178</b>
5.1	CONSIDERAÇÕES GERAIS .....	178
5.2	DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DA DEMOCRATIZAÇÃO URBANA EM PASSO FUNDO .....	180
5.2.1	REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS .....	181
5.2.2	REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA .....	184
5.2.3	REGIÃO DO BAIRRO SÃO JOSÉ .....	186
5.3	SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS .....	189
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>190</b>
<b>ANEXO A - FICHAS DE LEVANTAMENTO .....</b>		<b>197</b>
<b>ANEXO B - FICHAS DAS AVALIAÇÕES INDIVIDUAIS DE CADA EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO .....</b>		<b>201</b>
<b>ANEXO C - QUESTIONÁRIO .....</b>		<b>251</b>
<b>ANEXO D - RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS .....</b>		<b>253</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Questão do Desenvolvimento .....	29
Figura 2 - Escalonamento urbano.....	39
Figura 3 - Elementos estruturadores das cidades .....	41
Figura 4 - Transit-Oriented Development (TOD) .....	41
Figura 5 - Secondary Áreas .....	41
Figura 6 - Freguesia de Passo Fundo em 1853.....	69
Figura 7 - Vista aérea de Passo Fundo em 1996 .....	73
Figura 8 - O Município do Passo Fundo em 1922 .....	74
Figura 9 - Área urbanizada até 1959 .....	77
Figura 10 – Bairros ou setores da cidade de Passo Fundo, em 2006 .....	79
Figura 11 - Mapa da cidade de Passo Fundo/RS .....	83
Figura 12 - Imagens aéreas da cidade de Passo Fundo .....	89
Figura 13 - Implantação do Bairro Petrópolis e de seus respectivos Equipamentos Comunitários .....	90
Figura 14 – Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis.....	91
Figura 15 - Foto aérea do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS.....	91
Figura 16 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis .....	92
Figura 17 - Implantação do Bairro Santa Marta e de seus respectivos Equipamentos Comunitários ..	116
Figura 18 - Foto aérea do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS.....	117
Figura 19 - Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta .....	117
Figura 20 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta.....	118
Figura 21 - Implantação do Bairro São José e de seus respectivos Equipamentos Comunitários .....	144
Figura 22 – Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro São José .....	145
Figura 23 - Foto aérea do Bairro São José, Passo Fundo/RS .....	145
Figura 24 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro São José .....	146

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área institucional disponível para cada unidade habitacional, em função da densidade .....	35
Tabela 2 - Dados de planejamento das instalações físicas das Unidades Básicas de Saúde .....	45
Tabela 3 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Saúde .....	46
Tabela 4 - Dados de planejamento das instalações físicas das Escolas de Primeiro e Segundo Grau .	52
Tabela 5 - Resumo dos dados de planejamento dos equipamentos básicos de educação .....	53
Tabela 6 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação – Ensino Infantil .....	54
Tabela 7 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio .....	55
Tabela 8 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Segurança .....	59
Tabela 9 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Cultura .....	61
Tabela 10 - Área verde disponível em função da densidade .....	64
Tabela 11 - Dimensionamento de playgrounds .....	65
Tabela 12 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Lazer .....	67
Tabela 13 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Esporte .....	68
Tabela 14 - População do Estado e da Região dos últimos 50 anos.....	71
Tabela 15 - Amostra dos questionários aplicados nos setores analisados .....	88
Tabela 16 - Equipamentos Comunitários do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS .....	93
Tabela 17 - Área necessária para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Bairro Petrópolis .....	94
Tabela 18 - Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros .....	96
Tabela 19 - Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros ...	101
Tabela 20 - Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros .....	103
Tabela 21 - Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros .....	106
Tabela 22 - Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros.....	110
Tabela 23 - Análise dos Equipamentos de Esportes quanto ao atendimento dos parâmetros .....	113
Tabela 24 - Equipamentos Comunitários do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS .....	119
Tabela 25 - Área necessária para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Bairro Santa Marta .....	120
Tabela 26 - Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros .....	122
Tabela 27 – Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros, em função da Unidade de Vizinhança .....	127

Tabela 28 - Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros, em função do Setor .....	128
Tabela 29 - Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros .....	130
Tabela 30 – Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros .....	133
Tabela 31 – Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros .....	138
Tabela 32 – Análise dos Equipamentos de Esportes quanto ao atendimento dos parâmetros .....	141
Tabela 33 – Equipamentos Comunitários do Bairro São José, Passo Fundo/RS .....	147
Tabela 34 - Área necessária para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Bairro São José .....	148
Tabela 35 - Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros .....	149
Tabela 36 – Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros ...	153
Tabela 37 – Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio do Setor quanto ao atendimento dos parâmetros .....	156
Tabela 38 - Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros .....	159
Tabela 39 - Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros .....	163
Tabela 40 - Análise dos Equipamentos de Lazer quanto ao atendimento dos parâmetros .....	165
Tabela 41 - Área necessária para a implantação dos equipamentos nos três setores analisados.....	170
Tabela 42 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Petrópolis .....	170
Tabela 43 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Santa Marta .....	171
Tabela 44 - Síntese da análise dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro São José .....	173

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro Petrópolis .....	95
Quadro 2 - Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro Petrópolis .....	100
Quadro 3 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro Petrópolis .....	102
Quadro 4 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro Petrópolis .....	106
Quadro 5 - Equipamentos de Cultura implantados no Setor do Bairro Petrópolis .....	109
Quadro 6 - Equipamentos Culturais implantados no Setor do Bairro Petrópolis .....	109
Quadro 7 - Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro Petrópolis .....	111
Quadro 8 - Equipamentos de Esportes implantados no Setor do Bairro Petrópolis .....	112
Quadro 9 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro Santa Marta .....	121
Quadro 10 – Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro Santa Marta .....	126
Quadro 11 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro Santa Marta .....	129
Quadro 12 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro Santa Marta .....	133
Quadro 13 - Equipamento de Cultura implantado no Setor do Bairro Santa Marta .....	136
Quadro 14 - Equipamentos Culturais implantados no Setor do Bairro Santa Marta .....	137
Quadro 15 – Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro Santa Marta .....	139
Quadro 16 - Equipamentos de Esportes implantados no Setor do Bairro Santa Marta .....	140
Quadro 17 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro São José .....	149
Quadro 18 - Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro São José .....	152
Quadro 19 – Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro São José .....	155
Quadro 20 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro São José .....	158
Quadro 21 - Equipamentos de Cultura implantados no Setor do Bairro São José .....	162
Quadro 22 - Equipamento Cultural implantado no Setor do Bairro São José .....	163
Quadro 23 – Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro São José .....	164
Quadro 24 - Equipamentos de Esporte implantados no Setor do Bairro São José .....	166

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Novick (2005), a literatura mostra, de um modo geral, que desde suas origens o urbanismo, enquanto dimensão de reforma social, bem como política pública moderna, tentou uma ação sobre a totalidade da cidade para responder a problemas de diversas ordens, como a social, a espacial e as técnicas, buscando conciliar interesses privados e coletivos.

Nos séculos XVII, XVIII e XIX o urbanismo passa a fazer parte das Academias de Belas Artes européias, sendo o objeto de sua preocupação, o que hoje se chamaria de “desenho da cidade”, o desenho de “sua boa forma urbana”.

No Brasil, apenas com a vinda da Corte Portuguesa, em 1808, vai pensar-se, de alguma forma, a questão urbana em território nacional, ou ainda, dar uma “boa forma urbana” às cidades coloniais brasileiras. De acordo com Maricato (2001, p.17),

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e o início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizavam-se obras de saneamento básico para a eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade.

Conforme Deák e Schiffer (1999) é após meados do século XIX, com a consolidação do Estado brasileiro e a partir da dominação dos movimentos separatistas e republicanos que estouravam no sul e norte do país, que o processo de urbanização brasileiro dará um salto significativo em direção ao desenvolvimento.

Nesse momento, foi importante a visível participação do governo central nas províncias revoltosas, fato que se deu através da colaboração na implementação de planos sanitários e de melhoramentos urbanos, estratégias que buscaram impor e demonstrar ordem, higiene e progresso e que, ao final, formataram os primeiros caminhos das atuais capitais brasileiras.

No início do século XX, a industrialização brasileira a partir dos excedentes cafeeiros do estado de São Paulo, trouxe outra dimensão ao fato urbano, pois as cidades como centro de produção industrial, passaram a atrair mão-de-obra do campo, escravos libertos e imigrantes, que constituíram nova fração social, o operariado urbano, residindo em expansões e subúrbios da cidade, desprovidos das facilidades e dos equipamentos urbanos.

Conforme Bassul (2002), a partir da crise mundial de 1929, que alcançou o ciclo do café paulista e empurrou grandes contingentes de desempregados em direção às cidades, passando pelos efeitos da II Guerra Mundial no estímulo à produção fabril, até o final da década de setenta do século passado, caracterizada por grandes investimentos públicos em infraestrutura de transportes e comunicações, o Brasil foi marcado por um processo de concentração progressiva e acentuada da população em núcleos urbanos.

De acordo com Lecoin (1993), este crescimento também é um fenômeno internacional, pois:

[...] está ligado a um enorme aumento da população mundial como um todo e, ao mesmo tempo, à migração massiva para as cidades (taxa de urbanização). Tal configuração traduz-se, tanto num crescimento do número total de cidades – sobretudo no aumento considerável do número de grandes cidades (com mais de 1 milhão de habitantes) de grandes metrópoles (mais de 10 milhões de habitantes) – mas também por um deslocamento geográfico da localização e relevância das redes urbanas no mundo, desde a Europa e América do Norte em direção à Ásia e à África.

Neste sentido, percebemos que as tendências brasileiras demonstradas a partir dos anos setenta do século vinte, em função dos desdobramentos do processo de industrialização, além de elevarem drasticamente a demanda por empregos, moradias e serviços públicos nas áreas urbanas, que já abrigavam quatro em cada cinco brasileiros, fazem também, parte de um fenômeno internacional.

Desta forma, no início do século XXI, o Brasil abriga a maior parte de sua população em áreas urbanas, e de acordo com Geiger apud Gonçalves (1995, p.24), com características específicas, traduzidas e resultantes de uma cultura historicamente desenvolvida desde os tempos coloniais, que faz hoje, com que as classes médias persigam o consumismo e a liberdade de expressão das sociedades ocidentais, mas por outro lado, que os edifícios de apartamentos das cidades salientem as diferenças de classes sociais, como por exemplo, frente à exclusão social e ao déficit habitacional.

## 1.1 A QUESTÃO REGIONAL

Para Davidovich (GEIGER apud GONÇALVES, 1995, p.24), “é possível reconhecer no urbano brasileiro as marcas das estratégias do desenvolvimento urbano-industrial, o marco das utopias urbanas, o marco da modernização e o crescimento paralelo da cidade informal”.

Neste contexto, o Rio Grande do Sul, como unidade federativa, refletiu ao longo de sua história e do seu processo de produção do território, a problemática urbana e territorial nacional. Ainda que com especificidades inerentes à questão regional, demarca-se com relevância em sua base territorial, a região metropolitana, concentradora, no nordeste do Estado de boa parte da população e dos investimentos gaúchos.

Contrastando com esta região, registra-se a periferia gaúcha, entendida como os demais municípios que não fazem parte da RMPA e ficaram ao largo dos vultosos e sucessivos investimentos realizados em nível federal e estadual, que geraram emprego e renda local, mas um significativo desequilíbrio regional penalizando suas cidades com expansão urbana periférica, carência de emprego e infra-estrutura.

Passo Fundo, neste cenário, encontra-se entre as cidades médias, e a noroeste do Estado, é um pólo regional no Planalto Médio Gaúcho.

Para entender o processo de evolução urbana da cidade, é preciso, de acordo com Dal Moro (1998) definir os limites de sua configuração histórica em função do processo global ocorrido no Brasil e na região sul.

Conforme a autora, o processo de urbanização atingiu com profundidade, também, a região do Planalto, provocando transformações sociais e o crescimento e modernização de “velhas” sedes urbanas. Refletindo o processo em nível local, observa-se que Passo Fundo, como outros centros mais populosos foram privilegiados e locaram os setores produtivos e de serviço, que acabaram formatando o novo perfil do capital agroindustrial e financeiro.

Como reflexo de uma questão global e nacional, o processo socioeconômico regional atraiu os trabalhadores agrícolas, expulsos pela nova tecnologia no campo, que se instalaram nas margens dos canteiros urbanizados de Passo Fundo, conformando hoje, os cinturões sub-habitados, os cinturões das vilas populares, população carente de infra-estrutura e de equipamentos urbanos, carente de facilidades urbanas, carentes de democracia espacial e cidadania.

Neste momento, ressalta-se a necessidade de repensar as formas e as estruturas urbanas para fazer face aos problemas que vem se acumulando à décadas. É preciso repensar as

idades, sob a ótica da justiça social, da qualidade de vida urbana, da gestão ambiental e da governabilidade.

## **1.2 PLANEJAMENTO, EQUIPAMENTOS E DEMOCRATIZAÇÃO URBANA**

Para Del Rio (1990), o planejamento deve ser entendido como um processo permanente, e uma atividade indispensável para a tomada de decisões. O planejamento também é uma decisão política, que a partir dos objetivos sociais e econômicos que se pretendam atingir, busca os melhores meios e ações para alcançar as metas propostas.

Ferrari (1977) sintetiza o processo de planejamento em quatro verbos: conhecer, compreender, julgar e intervir ou atuar, ou seja, resume aí, as fases do planejamento.

Para Barcellos (2002), no planejamento da gestão urbana, as decisões focam diretamente a infra-estrutura urbana, o número de residências que serão edificadas, e onde as áreas industriais serão estabelecidas. Tais questões amparadas por políticas municipais de zoneamento podem determinar o desenvolvimento urbano e se haverá crescimento físico de uma área urbana ou não. Por meio de critérios específicos pode-se determinar o abastecimento de água, controlar a drenagem, a morfologia urbana, a disposição do lixo e a mobilidade urbana, podem qualificar o futuro de uma cidade.

Para Lecoin (1993), o planejamento de uma região ou cidade depende, largamente, do quadro constituído por decisões políticas, dispositivos legais e institucionais que podem ser chamadas de políticas urbanas.

Pode-se entender que a contribuição na discussão das questões relativas ao planejamento urbano e na elaboração de Planos Diretores de Desenvolvimento urbanos e municipais se torna uma ferramenta para o desenvolvimento organizado de qualquer cidade.

Dentro deste contexto, a inclusão da distribuição dos equipamentos urbanos comunitários é imprescindível, pois através de sua inserção urbana e democrática acessibilidade é que se dará em plenitude, a justiça social e equidade urbana.

Para Couto (1981), os equipamentos comunitários desempenham importante função para o equilíbrio social, político, cultural e psicológico de uma população, pois funcionam como fator de escape das tensões geradas pela vida contemporânea em comunidade.

É importante perceber que a concreta incorporação dos equipamentos urbanos com relativo grau de relevância no processo de pensar o urbano e de promover a urbanização pode efetivamente contribuir para a qualidade de vida do cidadão, objetivando a obtenção de um

meio urbano equilibrado, de uma cidade mais justa, mais diversificada no uso de equipamentos com fácil acesso, que qualifique os espaços, especialmente àqueles de uso público e comunitário.

Dentro das questões colocadas, e entendendo que os equipamentos urbanos e a democrática acessibilidade aos mesmos, é uma questão importante dentro da cidade, pois o adequado uso e distribuição dos mesmos qualificam a vida urbana, pergunta-se: Os equipamentos comunitários de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte da cidade de Passo Fundo/RS, atendem as demandas municipais quanto ao seu dimensionamento e implantação? E o quão deficitários são esses equipamentos?

### **1.3 JUSTIFICATIVA DO TRABALHO**

A justificativa do trabalho se encontra na asserção de que o crescimento das áreas comunitárias urbanas deve ser proporcional ao crescimento das cidades, para que estas permitam condições de vida a seus habitantes, bem com a disponibilidade de espaços para o seu desenvolvimento e das práticas sociais e comunitárias, questões inerente á vida em sociedade.

As áreas comunitárias de uso comum do povo proporcionam qualidade de vida não só a população local, mas também aos moradores dos bairros vizinhos, sobretudo à comunidade carente, que têm suas necessidades básicas supridas através dos equipamentos comunitários localizados próximos as suas residências, além de praticar seu lazer nas áreas públicas da mesma, como as praças, parques, áreas verdes e espaços afins.

Segundo Arfelli (2004):

[...] enquanto que os equipamentos urbanos integram a infra-estrutura básica à expansão da cidade, destinados portanto, a dar suporte ao seu crescimento e a proporcionar condições dignas de habitabilidade, os equipamentos comunitários são aqueles dos quais se valerá o Poder Público para servir a comunidade, que ocupará lotes criados pelo parcelamento urbano, nas áreas de educação, saúde, assistência social, esportes, cultura, lazer, etc.

A Lei Federal 6.766 de 19 de dezembro de 1979 (alterada pela Lei 9.785, e já em revisão pelo Projeto de Lei 3.057, de 2000), dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras

providências, disciplinando as atividades urbanísticas voltadas ao ordenamento territorial e à expansão da cidade, definindo e diferenciando equipamentos urbanos e equipamentos comunitários. Em seu quarto artigo, cita os equipamentos comunitários:

Os loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos: I – as áreas destinadas a sistema de circulação, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais á densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvando o disposto no § 1 deste artigo; § 2 – **Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares.**

O artigo quinto da lei 6.766 refere-se aos equipamentos urbanos:

O poder Público competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, a reserva de faixa *non aedificandi* destinada a equipamentos urbanos. Parágrafo único. **Consideram-se urbanos os equipamentos públicos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coletas de águas pluviais, rede telefônica e gás canalizado.**

A Constituição Federal em seu artigo 182 refere-se ao assunto ao estabelecer que:

[...] “a política de desenvolvimento urbano a ser executado pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei têm por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade (habitação, trabalho, segurança, lazer, circulação, etc) e garantir o bem estar de seus habitantes”.

O que não acontece em âmbito municipal, pois ao analisarmos o Plano Diretor Municipal da cidade de Passo Fundo, vigente até outubro de 2006 (Lei nº 2.133 de 13 de dezembro de 1984), verifica-se que somente refere-se a equipamentos determinando a classificação de seu uso na secção II, artigo 11 (p.9):

- Uso 21 – Serviços de Educação e Cultura Tipo A – estabelecimentos de ensino de primeiro, segundo e terceiro grau.

- Uso 22 – Serviços de Educação e Cultura Tipo B – estabelecimentos de ensino informal, como creches, escolas maternas, centros de cuidados, jardim de infância ou pré-primeiro grau, escolas especiais.
- Uso 23 – Serviços de Educação e Cultura Tipo C – estabelecimentos culturais, como: arquivos, auditórios, bibliotecas, cinemas, ligas e associações assistenciais e beneficentes, museus, teatros e salas de espetáculos.
- Uso 24 – Serviços Médicos – ambulatórios, farmácias e clínicas.
- Uso 25 – Serviços Hospitalares – hospitais.

O novo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado – PDDI do município de Passo Fundo (Lei Complementar nº 170 aprovada em 09 de outubro de 2006) trata do assunto como ‘equipamentos urbanos’ no capítulo VI, art. 40 (p.13), colocando as diretrizes a serem observadas:

III – descentralização dos equipamentos urbanos no sentido de obter a adequada distribuição dos serviços públicos municipais. Parágrafo único. A distribuição espacial dos equipamentos urbanos observará a elaboração de um plano integrado dos equipamentos urbanos municipais.

Ao confrontarmos a legislação federal e municipal, percebe-se que a legislação local não trata do assunto de forma adequada, pois não explicita o que entende por equipamentos urbanos e comunitários, não estabelece parâmetros para implantação nem propõe critérios para estabelecer demandas, mas ressalva, que a descentralização e distribuição dos mesmos, fica dependente da elaboração de um futuro “plano integrado”.

Ao se analisar a literatura, contata-se que as leis em vigor na maioria dos estados brasileiros, tratam de forma superficial quanto à implantação e dimensionamento dos equipamentos comunitários. Menciona apenas a importância de prever áreas reservadas para os usos de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte, sem delimitar, no entanto distâncias ou raios de abrangência para a ‘melhor’ utilização da população atendida.

Neste sentido, Moretti (1997, p.133) coloca que a legislação urbanística de cada município deveria apontar claramente “os estudos e levantamentos que deverão ser realizados para o fornecimento de diretrizes para os novos empreendimentos habitacionais, bem como os elementos que deverão ser incluídos nestas diretrizes”.

Dreux (2004, p.33) complementa, que na análise de alguns Planos Diretores para sua dissertação de mestrado:

Após uma revisão de literatura nessa área, não foi encontrada nenhuma norma urbanística que especifique as melhores distâncias, ou as formas mais adequadas ao planejar uma cidade ou um conjunto habitacional, a fim de facilitar os deslocamentos diários da população que vive nesses lugares, e proporcionar uma qualidade de vida a essas pessoas.

A autora ainda complementa que “a ênfase dada por cada um deles aos critérios de distribuição de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais, e também os critérios utilizados por alguns autores para distribuição desses equipamentos” demonstra “a falta de unidade de medida quanto ao dimensionamento, já que os autores citam raios de abrangência, hab/m<sup>2</sup>, centímetros por fachada, etc”.

Assim, com a estruturação dos espaços de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte podem-se promover espaços comunitários, que integram e estimulam as vivências cívica, comunitária e comercial, pois segundo Bassul (2001):

[...] investir na democratização do acesso a condições condignas de vida urbana, é mais que uma bandeira de luta política, constitui atalho indispensável para um projeto nacional de combate á pobreza minimamente sincero. Facilitar o acesso á moradia, dotar as cidades de sistemas decentes de transporte público, assegurar a prestação universal dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, tirar crianças da rua e levá-las à escola, qualificar espaços comunitários com equipamentos e atividades orientadas de lazer e recreação são propostas factíveis e relativamente baratas. Resultam afinal, numa forma eficaz de melhorar a partilha da renda nacional.

Em função destas colocações, vem à importância do presente estudo, que pretende verificar, analisar e questionar se os equipamentos comunitários da cidade de Passo Fundo atendem a demanda local, e a partir dos dados levantados, poder contribuir com diretrizes para os bairros estudados, com a recomendação de quais equipamentos deverão estar incluídos nestas diretrizes.

Através deste estudo procura-se tratar com mais ênfase a necessidade dos equipamentos comunitários, consolidando-os como espaços públicos de uso democrático, onde se desenvolvam atividades de integração social e de concentração de pessoas através da

interação urbana, atuando na valorização dos vazios urbanos ainda existentes, com a implantação dos principais serviços de atendimento à comunidade.

## **1.4 OBJETIVOS**

### **1.4.1 Objetivo Geral**

O objetivo geral da dissertação Planejamento Urbano & Equipamentos Comunitários: o caso de Passo Fundo é identificar os equipamentos comunitários da cidade de Passo Fundo e avaliar se os mesmos atendem às demandas municipais de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, por autores que tratam do assunto, e discutir a validade desses parâmetros diante um caso real.

### **1.4.2 Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos são definidos como:

- Identificar e catalogar a implantação dos Equipamentos Comunitários de Saúde, Educação, Segurança, Cultura, Lazer e Esporte de três bairros da cidade de Passo Fundo;
- Verificar se os Equipamentos Comunitários dos bairros atendem suas demandas de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 e autores pertinentes como Campos Filho, Ferrari, Guimarães, Moretti e Santos;
- Analisar através de critérios qualitativos, as condições de uso e utilização dos Equipamentos Comunitários já implantados, e através de métodos quantitativos, verificar a demanda destes equipamentos perante a comunidade local;
- Apontar diretrizes para auxiliar o Planejamento Urbano Municipal nos três bairros analisados, com o dimensionamento dos Equipamentos Comunitários existentes, e aos que suas implantações serão recomendadas;
- Discutir a validade dos parâmetros de implantação e dimensionamento especificado pelos autores pesquisados e pelas Leis que tratam do assunto.

## 1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A estrutura metodológica do trabalho é composta por sete capítulos:

**Capítulo 1** – O presente capítulo descreve o problema de pesquisa, a justificativa, os objetivos e as delimitações do trabalho;

**Capítulo 2** – Apresenta-se a revisão da literatura, onde se procurou fazer uma síntese sobre os conceitos tratados na pesquisa, para um melhor entendimento do estudo em questão, bem como, com um breve histórico, buscou-se resgatar a evolução urbana da cidade, e particularmente da evolução histórica dos bairros de Passo Fundo;

**Capítulo 3** – Descreve-se o método de pesquisa utilizado no presente trabalho. Ainda, nesse capítulo detalha-se, a estratégia, o delineamento da pesquisa, assim como as atividades realizadas na execução da mesma;

**Capítulo 4** – Este capítulo apresenta o estudo de caso da pesquisa através da investigação e análise dos equipamentos comunitários implantados em três setores da área urbana da cidade. Aqui são analisadas e discutidas as características de cada Equipamento Comunitário analisado, bem como a demanda e aspirações dos moradores com a aplicação do questionário. Por fim, em um estudo comparativo, são analisados os resultados da pesquisa obtidos nos três setores da cidade;

**Capítulo 5** – São delineadas as conclusões da pesquisa, com observações e recomendações para a cidade. Aqui também são sugeridos novos trabalhos relacionados ao tema estudado e a relevância da importância e necessidade no aprofundamento de questões relativas aos espaços de uso comunitários da população.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

### **2.1 PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRO**

Conforme Maricato (2001), o Brasil, assim como vários países da América Latina, apresentou intenso processo de urbanização a partir da segunda metade do século XX. Em 1940, a população brasileira que residia nas cidades era de 18,8 milhões de habitantes, em 2000 passou a ser de 138 milhões.

De acordo com o Ministério das Cidades (2004), o Brasil urbano atual é representado por cerca de 82% da população. Conseqüentemente a urbanização para 2010 será de 90% e inteiramente urbano por volta de 2030. Essa concentração urbana fica mais explícita, quando se constata que apenas 455 municípios – pouco mais de 8% dos 5 mil e 561 que compõe a nação brasileira – contem mais de 55% do total de habitantes do país.

Isto significa um gigantesco “construir cidades”, pois em apenas sessenta anos, precisou-se e ainda se precisa prover, com alguma infra-estrutura mínima, o habitar de 120 milhões de pessoas, tratando-se de assentamento residencial, trabalho, abastecimento, transporte, saúde, energia e água.

De acordo com a autora (2001, p.16), “ainda que o rumo tomado pelo crescimento urbano não tenha respondido satisfatoriamente a todas essas necessidades, o território foi ocupado e foram construídas as condições para viver neste espaço”.

Foi com o Banco Nacional da Habitação (BNH), criado pelo regime militar em 1964, que as cidades brasileiras passaram a ocupar o centro de uma política pública controvertida. A morfologia urbana se verticalizou através dos edifícios de apartamentos, mas o financiamento imobiliário não democratizou o acesso a terra pela instituição da função social da propriedade.

Os conjuntos habitacionais populares desse período, também não enfrentaram a questão fundiária urbana. Os governos municipais e estaduais desviaram sua atenção dos vazios urbanos para instalar a população em áreas distantes, inadequadas ao desenvolvimento urbano racional, penalizando seus moradores e também os contribuintes, que arcaram com as despesas de implementação e extensão da infra-estrutura.

Nesse período se criou uma nova classe média urbana que se desenvolveu paralela aos grandes contingentes de população sem acesso a direitos sociais e civis básicos: legislação trabalhista, previdência social, moradia e saneamento.

Por outro lado, um novo debate toma a agenda dos estudiosos da cidade brasileira. Para Veiga (2003, p.44) muitos deles consideram a percentagem total de população urbana brasileira incluindo a população rural, então procuraram contornar a questão através de outros parâmetros:

Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 50, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20.000 habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70% [...] todos somos vítimas dessa ficção oficial de que o Brasil será 90% urbano por volta de 2010, e inteiramente urbano por volta de 2030. Mas ninguém tem direito de desconhecer a imensa desigualdade que existe entre o Brasil urbano e o Brasil rural. Uma desigualdade que se manifesta principalmente nas oportunidades, nas escolhas, nas opções e, sobretudo, nos direitos que podem ser efetivamente exercidos por essas duas partes da população.

O que se constata é que, se considerada as colocações de Veiga (2003) e outros autores, existe uma redução na parcela de população urbana do país, mas mesmo assim, não se pode negar que a partir do final do século XX, a sociedade brasileira passou a concentrar-se nas regiões mais urbanizadas do país, especialmente na periferia das regiões metropolitanas, quer seja pelas dificuldades impostas ao “interior brasileiro”, quer pelas melhores perspectivas que as cidades lhes ofereciam.

Alheia a esta discussão e finalizando esta etapa da dissertação é importante ressaltar uma colocação de Maricato (2001, p.36) sobre as cidades brasileiras hoje, quer sejam maiores ou menores:

Concentração territorial homogeneamente pobre (ou segregação espacial), ociosidade e ausência de atividades culturais e esportivas, ausência de regulação social e ambiental, precariedade urbanística, mobilidade restrita ao bairro, e, além dessas características todas, o desemprego crescente que, entre outras conseqüências, tende a desorganizar núcleos familiares e enfraquecer a autoridade dos pais, essa é a fórmula das bombas sócio-ecológicas. É impossível dissociar o território das condições socioeconômicas e da violência.

## 2.2 O PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO LOCAL

O planejamento urbano em um amplo sentido, de acordo com Ferrari (1977, p.3) “é um método de aplicação contínuo e permanente, destinado a resolver racionalmente, os problemas que afetam uma sociedade em determinado espaço, em determinada época, através de uma previsão ordenada capaz de antecipar suas ulteriores conseqüências”.

Para Déak e Schiffer (1999, p.13), no Brasil, nos anos setenta, entendia-se por planejamento urbano:

[...] o conjunto de ações de ordenação espacial das atividades urbanas que, não podendo ser realizadas ou sequer orientadas pelo mercado, tinham de ser assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção quanto na sua implementação [...] o “planejamento urbano” abrangia todos os aspectos possíveis e imagináveis da vida das cidades, desde obras de infra-estrutura física até a renovação e o desenho urbano, ordenação legal do uso do solo e da paisagem urbana, até a provisão de serviços, tão pouco espacial-específicos, quanto saúde e educação pública. O estímulo governamental ao planejamento urbano manifestava-se de várias formas: se as cidades não eram obrigadas por lei (como viriam a ser mais tarde pela Constituição de 1988) a ter seu plano de desenvolvimento, certamente não poderiam esperar obter financiamento para obras de infra-estrutura se não tivessem – e vários programas, a começar pelo Plano Nacional de Saneamento (Planasa), ofereciam “fundos” de urbanização na forma de créditos subsidiados.

A partir do processo de democratização brasileiro e da Constituinte de 1988, o processo participativo passou a pautar os fóruns de debate e a organização e implementação dos planejamentos municipais.

Rolnik e Pinheiro (2005, p.26) colocam que hoje, para se obter um planejamento urbano de qualquer cidade deve-se, inicialmente, “levantar a legislação urbanística, leis de uso do solo, parcelamento, códigos de obras, posturas ambiental e patrimonial nos âmbitos municipal, estadual e federal que incidem no município” além da análise da atualidade dessa legislação em vigor, pois somente assim poderá ser verificada se a legislação está sendo aplicada, onde há formas de ocupação que podem vir a contrariar, ou já estão contrariando a legislação em vigor e por quê.

A aproximação do planejamento do uso do solo e da administração local, como prescreve Kaiser et al apud Kanaap e Moore (2000, p.3), envolve três passos:

- Identificar a terra atual e a capacidade de infra-estrutura disponível para o desenvolvimento urbano;
- Prever a necessidade para o desenvolvimento urbano para um período de 10 a 20 anos;

- Providenciar amplo fornecimento de terra e capacidade de infra-estrutura para antecipadamente encontrar necessidades.

Portanto a área disponível e sua destinação através do uso do solo, bem como o adequando suprimento de infra-estrutura e equipamentos comunitários são elementos indissociáveis ao planejamento e a qualificação urbana.

Pollock (1998, p.2) coloca que a extensão racional dos serviços urbanos assim como a definição das áreas onde esses serviços são implantados são as condições de um vínculo direto entre o planejamento, uso do solo e o planejamento da infra-estrutura. Da mesma forma, os parques, os espaços de recreação, as áreas de policiamento, os transportes e as redes de água e esgoto são os serviços preliminares que podem direcionar o projeto mestre de uma cidade determinando para onde os serviços deverão ser estendidos, avaliando a questão de tempo e dos tipos de uso do solo.

Para Rodrigues (1986, p.34), o planejamento urbano em termos de concepção, de prática e de desenho, sempre se defrontou com impasses históricos, especialmente nas sociedades subdesenvolvidas, onde se enquadra o caso brasileiro, pois o planejamento:

[...] que não atendia aos interesses do usuário, vinha sendo usado como instrumento de manutenção do autoritarismo do Estado, não contribuía para as necessidades organizativas dos concessionários da produção de bens e serviços, e ainda não merecia a confiança dos grupos sociais que lideravam o processo de transformação social [...] Se admitirmos que o planejamento urbano constitui-se de um processo decisório por equacionamento de variáveis dependentes de decisão política para definição de um modelo urbano dos sistemas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, podemos admitir o desenho urbano como expressão técnica e artística de composição arquitetônica dos espaços urbanos daquele modelo, cujos traçados e ambiências resultantes dependerão também de interpretação de expectativas dos grupos sociais envolvidos.

Mas segundo De Cesare (1998, p.6), no Brasil, “fatores culturais e econômicos ainda parecem encorajar a especulação da terra em lugar de atividades produtivas, e a dificuldade em estabelecer limites entre o interesse público e a propriedade privada realmente, é complexa”.

Neste sentido, questões que Maricato (2005) aborda como que as propostas urbanas devam ir além de uma política fundiária que privilegie a captação da valorização imobiliária, Ferrari (1977, p.11) já abordava na década de setenta do século XX, constatando-se que apesar de ter-se passado uma geração e se avançado no processo democrático, as preocupações sociais do planejamento, que enfrentam a exclusão social e a periferização ainda são latentes, pois:

No campo social, o desenvolvimento também deve ser planejado porque desenvolvimento deve ser entendido, qualitativamente, como “mudança de valores sociais” para melhor. Educação, saúde pública, habitação, alimentação devem ser encaradas como investimentos econômicos dentro de uma correta política desenvolvimentista. O simples crescimento econômico de um País não deve ser confundido com desenvolvimento que pressupõe mudanças qualitativas ao lado do crescimento quantitativo dos valores materiais. O homem deve ser valorizado dentro da comunidade. De passagem, seja lembrado que o “social” aqui não se limita ao sociológico, tendo aceção mais rica, abrangendo além dos fatos sociológicos ou societários, como diria Simmel, os históricos, políticos, culturais, etc, ou seja, todas as relações, atividades e produtos do homem vivendo em regime de sociabilidade.

No início do século XXI, além da inclusão social e o direito à cidade, a questão ambiental e a sustentabilidade agregam-se de forma contundente a questão urbana e ao planejamento municipal. Conforme Acioly e Davidson (1998, p.9), o debate ocorrido na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, realizada em junho de 1996, em Istambul, durante a Conferência Habitat II, concluiu e alertou que as cidades não poderão crescer linear e indefinidamente sobre o seu entorno natural, sem colocar em risco os recursos naturais e essenciais à sua própria sobrevivência. O desenvolvimento sustentável e duradouro necessariamente exigirá uma reformulação dos atuais padrões de urbanização.

Neste sentido, as efetivas condições de vida e trabalho de enormes contingentes populacionais determinam que o grande desafio das políticas econômicas atuais é com a inclusão social (Figura 1), dando enfoque mais conciso às amplas e complexas discussões que sempre envolveram o processo de planejamento e desenvolvimento. É possível considerar que as ações relativas à geração de renda (acessibilidade, cadeias econômicas, serviços públicos,

diferenciação entre empreendimentos e patrimônio e projetos estruturantes) e a ampliação da cidadania (participação social, habitat, serviços básicos – equipamentos comunitários, projetos estruturantes e os serviços públicos), por sua vez, representam os pilares desta desejada inclusão.



Fonte: Baptista, 2001, p.31.

Figura 1 - A questão do desenvolvimento

Conforme Baptista (2001), o processo de planejamento sempre deve ter a participação dos setores públicos, principalmente nos aspectos referentes à implantação de infraestrutura e a prestação dos serviços sociais básicos.

Desta forma, os princípios que devem ordenar o planejamento democrático de uma estruturação urbana, devem incluir o adequado uso do solo a projetos de integração de transporte e mobilidade urbana, proteção dos espaços abertos, e o abastecimento oportuno e eficiente de infraestrutura urbana, como é o caso dos equipamentos básicos de uso comunitário.

Conforme Moreno (2002, p.11), “é na cidade que estamos colhendo os frutos, bons e ruins, das rápidas transformações pelas quais a civilização passou nas últimas décadas”. A sociedade está vivendo a emergência dos novos modos de vida e, conseqüentemente, das novas formas de aglomeração urbana, causados pelo esgotamento da economia industrial, da globalização financeira, da diversidade cultural, da transformação da composição familiar, bem como pelos avanços das tecnologias de informação.

Para Panizzi (1995), podem ser identificados aspectos positivos no desenvolvimento brasileiro recente, como a ampliação de alguns serviços coletivos, em especial na área de saneamento básico e a renovação do planejamento urbano e regional na esfera de alguns municípios. A autora aborda o ensejo da Constituição de 1988, que pretendeu a descentralização fiscal e administrativa, procurando restituir gerência a Estados e Municípios. Neste sentido, também abriu a possibilidade de gestão democrática e participativa no âmbito da cidade, favorecendo a parceria entre sociedade e governos locais.

De acordo com Bruna (1983, p.266):

A partir do plano municipal integral estabelecem-se às diretrizes que orientarão o planejamento das áreas urbanas, bem como os diversos planos setoriais que detalham a solução dos problemas específicos no âmbito municipal [...] O planejamento municipal, para atender a sua finalidade, deve objetivar o estudo da realidade do Município, visando o seu desenvolvimento integral, a ordenação e ao controle de suas estruturas, a ampliação de suas fontes de recursos e à otimização da atividade administrativa.

Neste contexto de planejamento municipal é que se insere a questão das centralidades urbanas e periferias desorganizadas, pois conforme Ferrari (1977), uma das características da cidade é a centralidade. Para Maricato (1996) é neste contexto do crescimento econômico capitalista, extremamente concentrador de renda, de terra, de poder que as cidades refletem o processo industrial baseado na intensa exploração da força de trabalho e na exclusão social.

O urbano hoje se forma da constituição de um pólo de modernidade e facilidades urbanas em contraponto com um aprofundamento da periferização, ou seja, um maior aumento populacional nas periferias, reproduzindo e expandindo as formas de subabitação e violência em função da indisponibilidade de trabalho, infra-estrutura e equipamentos públicos.

Dados de Bassul (2001) revelam que de cada cinco brasileiros, quatro moram em cidades que enfrentam problemas relativos à precariedade das posses da terra, à ineficiência das redes de transporte, de saneamento e de energia elétrica, sofrendo com o crescimento acelerado dos índices de violência, com a carência de moradias, a escassez de emprego e à especulação imobiliária, entre outros fatores que contribuem para desqualificação e exclusão social.

Maricato (1995) observa que a busca por novos e justos padrões urbanos devem objetivar um patamar mínimo para toda a sociedade e não apenas para alguns. O rompimento com o desenvolvimento da desigualdade exige um compromisso com o empírico. Ou seja, é através do conhecimento da realidade urbana, de sua análise crítica e da intervenção sistemática que

emergirão novos padrões de urbanização e de uma nova ordem legal extensiva a toda a cidade e a todos os cidadãos.

É neste contexto que o plano diretor deve ser entendido, mas ele é uma lei. Ela complementa a Lei Orgânica da localidade naquilo que se refere ao ordenamento do território e à sua ocupação, a qual deve ser planejada de forma permanente, em constante sintonia e de acordo com todos os segmentos que compõem seus habitantes. Conforme Abreu (2005) e Heitor Álvaro Petry, presidente da FAMURS, o Plano Diretor não deveria precisar ser uma imposição de lei, “deveria ser uma demanda natural de cada comunidade para ordenar o desenvolvimento das suas cidades”.

Segundo o coordenador da Câmara de Arquitetura do CREA-RS, o conselheiro Décio Bevilacqua in Abreu (2005, p.16):

[...] um Plano Diretor deve abranger toda a área do município, fixar diretrizes de desenvolvimento e a ocupação futura das áreas, levando em conta os aspectos naturais, como a sua geografia, o tipo de solo, vegetação, clima e recursos hídricos disponíveis. Precisa considerar a infra-estrutura física, como será a pavimentação de ruas, a extensão de redes de água, esgoto e energia elétrica. E a infra-estrutura social: creches, escolas, delegacias, postos de saúde, etc, estabelecendo localizações, distâncias e abrangências.

Para Maricato (2001) os planos diretores devem contribuir para que um novo processo democrático de acesso á cidade seja construído. Um plano de ação que inclua plano de uso e ocupação do solo deve orientar os investimentos públicos e as localizações das obras urbanas, objetivando a regulação dos preços do mercado fundiário e, principalmente, democratizar o acesso á infra-estrutura urbana.

Portanto, essas normas que estabelecem inclusive a provisão de equipamentos de uso comunitário segundo Dreux (2004, p.11) “deveriam estar expostos de forma clara nos planos diretores municipais e nas leis estaduais e federais”, o que não acontece principalmente em âmbito municipal, pois segundo a autora, dos Planos Diretores analisados, poucos mencionam critérios de dimensionamento para a localização destes, principalmente em se tratando de equipamentos urbanos sociais.

Maricato, ainda diz, que não interessa um plano apenas normativo, como a grande maioria, e sim que ele seja comprometido com um processo, com uma esfera de gestão democrática que se preocupe em corrigir rumos, uma esfera operativa com investimentos e ações definidas e também, com fiscalização sobre a implementação.

### 2.3 PLANEJAMENTO E OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

A fim de devolver a cidade moderna à coletividade desapropriada ao longo do processo de formação das grandes aglomerações urbanas contemporâneas, Arantes (1995, p.97) cita que a partir de meados dos anos 1960, arquitetos e urbanistas entregaram-se a uma verdadeira obsessão pelo ‘lugar público’. Para eles, este era “o antídoto mais indicado para a patologia da cidade funcional” que ocorria após as primeiras separações do Movimento Moderno no pós-guerra. Segundo a autora (p.99):

Arquitetos e urbanista passaram então a criar – ou simplesmente preservar – fatos urbanos, lugares destinados em princípio a reativar formas da vida social, focos em condições de aglutinar um sem-número de objetos arquitetônicos desconexos em torno de um espaço que se apresentasse como “coisa pública”

Por serem os equipamentos comunitários, os estabelecimentos urbanos destinados a atender às necessidades da comunidade, que deveria ter acesso aos mesmos democraticamente, ou seja, sem impasses de distância ou dificultados pela falta de oferta, baixa renda ou localização, já eram mencionados no art. 18 da Carta de Atenas:

É arbitrária a distribuição das condições de uso coletivo dependente da habitação. A moradia abriga a família que constitui por si só todo um programa e coloca um problema cuja solução – que outrora já foi, por vezes, feliz – está hoje entregue, em geral, ao acaso. Mas a família reclama ainda a presença de instituições que, fora da moradia e em suas proximidades, sejam seus verdadeiros prolongamentos. São elas: centros de abastecimento, serviços médicos, creches, jardins de infância, escolas, às quais se somarão organizações intelectuais e esportivas destinadas a proporcionar aos adolescentes a possibilidade de trabalhos ou de jogos adequados a satisfação das aspirações próprias dessa idade e, para completar, os “equipamentos de saúde”, as áreas próprias à cultura física e ao esporte cotidiano de cada um.

De acordo com Silva (2001) os equipamentos comunitários ou “equipamentos urbanos sociais”, desempenham funções conjuntas, que tem como objetivo promover a aproximação dos moradores para o desenvolvimento das relações de boa vizinhança e cidadania. Eles configuram um marco importante do novo patamar de organização a ser alcançado com a urbanização. Ou seja, com um programa funcional com salas de encontros, reuniões e

serviços à população poderá desenvolver diversas atividades, desde assembléias comunitárias até o desenvolvimento de cursos profissionalizantes.

Para Debiagi (1978):

Quando mencionamos “equipamentos sociais urbanos”, referimo-nos a unidades espaciais que tem por função o desenvolvimento de atividades específicas correspondentes a “serviços urbanos sociais”.

De acordo com Couto (1981):

Esses equipamentos, como a própria expressão dá a entender, servirão à comunidade que habitará lotes criados pelo parcelamento urbano e, por isso mesmo, deverão ser proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, tendo por fim satisfazer às necessidades assistenciais e hedonísticas da coletividade.

Santos (1988, p.157), no entanto, diz que os equipamentos comunitários são “aqueles serviços públicos que exigem áreas ou edificações próprias para funcionarem. Têm de ser programados em avanço para atender bem aos fins a que se destinam”. Já Magalhães (1996) considera que ainda deverão ser caracterizadas na localização e projeto de novos equipamentos comunitários as demandas dos moradores, através do levantamento: do existente e desejado pela comunidade; e do existente no bairro com a respectiva avaliação da possibilidade de uso pela comunidade. Moretti (1997, p.132) ainda diz:

Sugere-se que as áreas institucionais, transferidas ao domínio público nos empreendimentos habitacionais, sejam proporcionais à densidade populacional, e sejam dimensionadas prevendo-se a implantação, pelo menos, dos equipamentos básicos de saúde (UBS), escolas de ensino infantil e escolas de primeiro e segundo graus. Os critérios urbanísticos não podem tentar substituir a análise de disponibilidade de equipamentos no entorno da área em que vai ser implantado o empreendimento habitacional. Ou seja, por ocasião do fornecimento das diretrizes ao projeto, compete ao órgão de planejamento municipal analisar as necessidades locais e definir claramente a finalidade, dimensões e localização dos terrenos destinados ao uso institucional. É fácil avaliar a complexidade desta tarefa, na medida em que estão envolvidos dados e decisões de órgãos da administração pública municipal, estadual e, eventualmente, federal, muitas vezes com planejamento autônomo, descentralizado e incompleto. De qualquer forma torna-se indispensável que a administração pública identifique a finalidade do terreno que passará ao domínio público, para que o projeto possa ser feito adequadamente, considerando que os terrenos institucionais tem dimensões e raios de atendimento diferenciados em função da finalidade a que se destinam.

Campos Filho, (1999, p.111) cita ainda que, ao se referir aos equipamentos comunitários, automaticamente estará se referindo a população mais carente, pois:

[...] quanto mais baixa a renda dos moradores, mais eles serão dependentes dos serviços da rede estadual subsidiados. Por isso, a grande maioria da população, com renda familiar da ordem de até dez salários mínimos mensais, preferirão as creches, escolas de primeiro grau, postos de saúde, praças de lazer e áreas verdes do Estado. Essa condição é crucial para a definição do tamanho do bairro de vizinhança. Isso porque a dimensão ótima desses equipamentos é uma condição de fundamental importância para a qualidade de prestação de serviços [...].

Para Ferrari (1977, p.301) “[...] a população ótima para a unidade de vizinhança deve ser tal que permita, no mínimo, a instalação de uma única escola primária e cujo tamanho não provoque sua desintegração, pela duplicação de equipamentos comunais”. Santos (1988) observa que os equipamentos públicos voltados para a vizinhança e os bairros devem ser distribuídos com a maior regularidade possível pelo espaço urbano.

Moretti (1997, p.129), no entanto, coloca que os equipamentos comunitários devem ser localizados em áreas específicas:

[...] chamam-se de áreas institucionais aquelas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários. As necessidades urbanas quanto às áreas institucionais constituem uma lista extensa: além das creches, pré-escolas, escolas de 1º. E 2º. Graus e postos de saúde, têm-se hospitais, universidades, cemitérios, postos policiais e de correios, escritórios administrativos municipais, mercados, bibliotecas, teatros, centros culturais e comunitários, terminais rodoviários, asilos e locais para caixa d’água, estações de tratamento de água e esgoto, entre outros.

Segundo Guimarães (2004, p.173), cada vez mais se deve tentar preservar todos os grandes espaços disponíveis das cidades, pois “o espaço público deve ser a opção aos espaços confinados e socialmente estratificados dos clubes e condomínios”.

Considerando-se os referenciais abordados, surgem dúvidas em relação às categorias de inclusão desses equipamentos, bem como em seu dimensionamento frente às demandas e em relação às áreas disponíveis. Gonzalez (1994, p.31) considera a questão referindo-se especialmente sobre o tema:

No âmbito estritamente local é necessário que se estabeleçam, dentro de um processo integrado e continuado de planejamento, uma ordenação das atividades humanas, através do zoneamento de uso do solo, da fixação de padrões adequados de densidade demográfica e de distribuição de equipamentos e serviços comunitários, do controle das edificações e de um desenho urbano com conteúdos estéticos. Também é necessário a formulação de uma política, que vise a uma estrutura de polarização interna das cidades, através da hierarquia de centros, com base na organização em unidades de habitação e no fortalecimento dos bairros existentes ou a serem criados. Isto permitirá uma distribuição mais eficaz da população, dos equipamentos de bem-estar social, de saúde, de educação, de recreação, de abastecimento e prestação de serviços, bem como, da própria habitação relacionada com os locais de trabalho, principalmente a indústria, o comércio e serviços.

Logo, uma postura antecipativa deveria ser levada em conta na formulação de diretrizes urbanísticas tanto para o planejamento da cidade como um todo, quanto na abertura de novos loteamentos, de acordo com Guimarães (2004, p.134), “da área loteada das cidades serão destinados para uso público, no mínimo 35% (incluindo o sistema viário), dos quais 15% serão utilizados exclusivamente para equipamentos comunitários e áreas livres para uso público”.

Moretti (1997, p.129), também trata especificamente sobre o assunto, citando que nos projetos de parcelamento do solo, os municípios devem estabelecer a exigência de doação de 5% do total da gleba como área institucional, independente da densidade populacional do empreendimento, sugerindo a aplicação da seguinte tabela:

Tabela 1 - Área institucional disponível para cada unidade habitacional, em função da densidade (considerando reserva de 5%, com relação ao total da gleba)

<b>Densidade habitacional (unidades habitacionais por ha)</b>	<b>Área institucional disponível para cada unidade habitacional (m<sup>2</sup>)</b>
20	25,0
40	12,5
60	8,3
80	6,3
100	5,0
120	4,2
140	3,6
160	3,1
180	2,8
200	2,5
220	2,3

Fonte: Moretti, 1997, p. 130.

Quanto às conclusões que Moretti (1997, p.130) cita sobre a Tabela 1, estão as seguintes:

Por um lado, fica clara a necessidade de revisão dos parâmetros de dimensionamento das áreas institucionais a serem destinadas pelos empreendedores habitacionais, sob risco de não se dispor de área pública sequer para a implantação de escolas. Por outro lado, deve-se considerar que o empreendedor repassa ao preço dos lotes ou habitações o custo dos terrenos transferidos ao domínio do município. A criação de áreas públicas por essa via tem, assim, impacto nos custos habitacionais, sendo preciso estabelecer o equilíbrio entre o que vai ser arcado pelo poder público, através da compra ou desapropriação de terras, e pelo comprador da unidade habitacional.

Constata-se deste modo, que em relação aos equipamentos comunitários e de acordo com Campos Filho (1999, p.128), uma postura antecipativa deve estar inserida dentro das prerrogativas do planejamento, devendo ser levada em conta na formulação de diretrizes urbanísticas, quer na organização dos espaços da cidade como um todo, quer na implantação de novos loteamentos ou ainda na abertura de vias e na adequada locação dos equipamentos sociais como as escolas, creches, postos de saúde e praças.

Em relação ao Estatuto da Cidade e aos equipamentos comunitários, Maricato (2001), coloca que a falta de eficácia dos planos urbanos brasileiros se confrontados com os rumos tomados pelas cidades brasileiras, em seu vertiginoso crescimento, nos anos 1980, são questionáveis. Para ela, as iniciativas e medidas do regime autoritário não só não ampliaram o acesso a moradia como também contribuíram para o aprofundamento das dificuldades do acesso à habitação e a cidade legal por grande parte da população brasileira.

Neste sentido e após 11 anos de negociações e adiamentos, em 10 de julho de 2001, o Congresso Federal aprovou o Estatuto da Cidade, Lei n 10.257, que regulamenta o capítulo de política urbana, ou seja, os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988.

Rolnik (2001) coloca, que diante do cumprimento da função social e da propriedade urbana, “a nova lei delega esta tarefa para os municípios, oferecendo para as cidades um conjunto inovador de instrumentos de intervenção sobre seus territórios, além de uma nova concepção de planejamento e gestão urbana”. Cita ainda que:

As inovações contidas no Estatuto situam-se em três campos: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltadas para induzir, mais do que normatizar, as formas de uso e ocupação do solo; uma nova estratégia de gestão que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processo decisórios sobre o destino da cidade e a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal.

Conforme o Estatuto da Cidade, Lei 10.257/2001 [...] este é uma lei inovadora que busca planejar as cidades para melhorar a qualidade de vida da população ao enfrentar os desafios do século XXI. O detalhamento da lei abre possibilidades para o desenvolvimento de uma política urbana com a aplicação de instrumentos de reforma urbana voltados a promover a inclusão social e territorial nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos, sociais e políticos de nossas cidades.

Em relação aos equipamentos comunitários, o Estatuto da Cidade, em seu artigo 2, cita que: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: entre elas – a oferta de equipamentos urbanos e comunitários” – no respectivo inciso V.

Segundo Camargo (2004), não é por outro motivo que a mesma Lei “aponta como um dos objetivos do exercício de direito de preempção pelo Município a implantação de equipamentos urbanos e comunitários. E que mostra, por outro lado, o caráter de instrumento voltado a assegurar o equilíbrio de interesses entre o proprietário e a coletividade na qual ele vive”, pois se a implantação de equipamentos urbanos de uso comunitário é obrigatória para o Poder público, não está totalmente impossibilitada de ser praticada pelo cidadão particular.

#### **2.4 A FUNÇÃO E LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS**

A leitura da cidade constitui um processo de identificação e discussão dos principais problemas, conflitos e potencialidades, do ponto de vista dos diversos segmentos sociais. Deve contemplar ainda, as possíveis alternativas para a solução dos problemas detectados, procurando focar todo o território do município de Passo Fundo.

Maricato (2001) vincula o processo de urbanização à evolução dos indicadores sociais. Dentre estes, os indicadores que mais evoluíram positivamente no Brasil, nos últimos 50 anos, estão à mortalidade infantil e o da esperança de vida ao nascer, relacionados especialmente, à extensão da rede pública de água, às campanhas de vacinação, ao atendimento das gestantes e a melhoria da escolaridade da mãe.

Nos anos setenta do século XX, os equipamentos urbanos públicos, inseridos no conceito de “comunitários” estavam albergados no § 2º do artigo 4º da Lei 6.766, de 1979. Esta lei que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências diz que: “Consideram-se comunitários os equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares”.

A Lei 10.257 de 2001, ou Estatuto da Cidade, no seu artigo 26, V, aponta como um dos objetivos do exercício do direito à preempção pelo Município a implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

Como visto os autores e as leis já citadas, referem-se sempre a equipamentos públicos ou comunitários. Conseqüentemente, faz-se necessário ter um melhor entendimento entre equipamentos públicos e não-públicos, porque no parcelamento do uso do solo urbano, as disposições legais do poder público exigem uma doação de área loteada que deve ser destinada especificamente para uso público. Segundo Gasparini (2004, p.713):

para este uso e gozo nada se exige em termos de autorização ou permissão, nem, pelo menos em princípio se cobra pela utilização. A cobrança pela utilização dos bens de uso comum, embora não seja costumeira, é permitida pelo art. 103 do Código Civil, conforme as leis da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios a que pertencem [...].

Ou seja, os bens de uso comum do povo, são diferentes ainda dos espaços privados, que segundo Arantes (1995, p.115) são aqueles espaços “que não aparece (no mundo público comum), é o reino do obscuro, do irrelevante, da mais aguda limitação”. A autora ainda complementa que o espaço público é aquele que consegue conjugar interioridade e exterioridade, ao mesmo tempo aberto e fechado (p.102): “Espaço público, mas arrumado como se fora um ambiente interno de uma casa ou, numa comparação do próprio Sitte, como uma sala *hipetra* para reuniões”.

Assim, de acordo com a Enciclopédia Wikipédia, podem ser assim definidos os conceitos de equipamentos comunitários públicos e não-públicos:

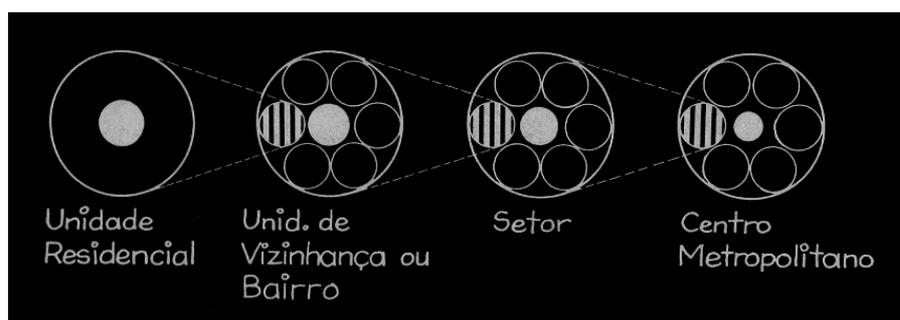
- Os equipamentos comunitários públicos podem se definir como espaços de circulação (como a rua ou a praça), espaços de lazer e recreação (como uma praça ou parque urbano), de contemplação (como um jardim público) ou de preservação ou conservação (como um grande parque ou mesmo uma reserva ecológica). É um imóvel especialmente construído ou adaptado para albergar serviços administrativos ou outros destinados a servir o público. São em geral, os edifícios e equipamentos públicos, como instituições de ensino, hospitais, centros de cultura etc.
- Os equipamentos comunitários não-públicos são os espaços que pertencem a alguma entidade de cunho institucional que, de certa forma apresentam uma certa restrição ao

acesso e à circulação em seus estabelecimentos, pertencente à esfera do ‘público’ quando alugado para a comunidade, portanto estes lugares, se tornam espaços de uso privado.

No entanto, o que se verifica também, é que os equipamentos comunitários são implantados e dimensionados em função da área, do raio de abrangência, ou do número de pessoas atendidas. Para isso, faz-se necessário ter um entendimento da organização de uma cidade, ou dos conceitos dados à estrutura urbana da cidade, como: setor, bairro, unidade de vizinhança ou unidade residencial.

A definição desses conceitos é importante, pois para a aplicação de diversas análises no planejamento urbano, os autores referem-se de diferentes formas diante da estrutura da cidade, do bairro, ou da unidade de vizinhança. Com o entendimento da diferenciação desses conceitos, a cidade pode ser organizada de forma adequada a suprir as necessidades de cada população, seja ela em nível local, de bairro ou municipal.

Ferrari (1977, p.309), refere-se ao assunto ao tratar da cidade polinucleada, através do escalonamento urbano, onde a unidade básica é a unidade de vizinhança (Figura 2).



Fonte: Ferrari, 1977, p. 300.

Figura 2 - Escalonamento urbano

“A cidade polinucleada dá ao planejamento urbano uma escala humana, dificilmente encontrável sem ela” [...] “Esse tipo de estrutura permite uma distribuição mais uniforme dos equipamentos comunitários a toda a população” (FERRARI, 1977, p.309).

Para o autor (1977, p.302 a 307), a cidade polinucleada é organizada da seguinte forma:

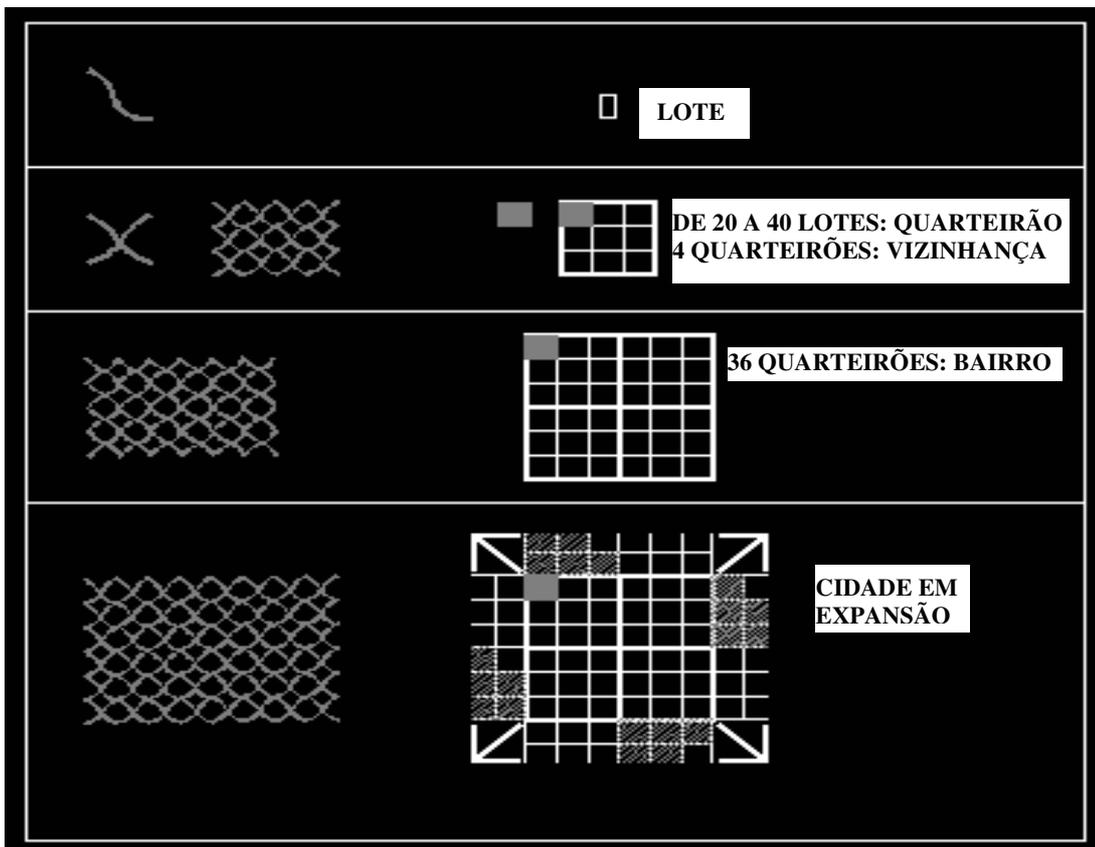
- Unidade residencial: é a menor unidade urbana de relação e convivência. É formada por um conjunto de 200 a 600 habitações, abrigando uma população de 1.000 a 3.000 pessoas, em uma área circular de 200m de raio, ou uma área de 12,56 ha. Os equipamentos

comunitários básicos de uma unidade residencial são a creche, a escola maternal e o jardim de infância;

- Unidade de vizinhança ou bairro: é um núcleo populacional urbano de 3.000 a 15.000 pessoas, com 600 a 3.000 habitações, correspondendo a uma área circular de aproximadamente 800 m de raio, ou 201,06 ha. Como equipamentos comunitários mínimos da unidade de vizinhança encontram-se as escolas de 1º grau, capela, centro paroquial, playground, campo de futebol, cinema, posto policial, entre outros;
- Setor: é um núcleo populacional que abriga de 15.000 a 60.000 habitantes (em torno de 5 unidades de vizinhança de 8.000 habitantes cada uma). São equipamentos comunitários que pertencem ao setor, às escolas de 2º grau, o centro cultural, templos ou igrejas, estádio desportivo distrital, entre outros;
- Centro metropolitano ou urbano: composto por diversos setores abrange uma população acima dos 60.000 habitantes. Os equipamentos comunitários de um centro metropolitano, além daqueles que integram os escalões urbanos inferiores, são os estabelecimentos de ensino superior, os hospitais especializados, o estádio desportivo regional, entre outros.

Santos (1988, p.67), em seu esforço teórico cita que na estrutura do espaço urbano, são agrupados elementos primordiais como lote, quarteirão e rua. Conseqüentemente o conjunto de nove quarteirões configura a base de um bairro, a “Unidade de Vizinhança”. Um destes quarteirões da unidade de vizinhança seria para uso público, com a implantação de equipamentos comunitários como praça, escola, creche, posto de saúde, campo de esportes, entre outros serviços de infra-estrutura urbana. Da articulação de quatro conjuntos de unidades de vizinhanças com nove quarteirões cada, chega-se à escala do bairro, elemento estruturador da cidade (Figura 3).

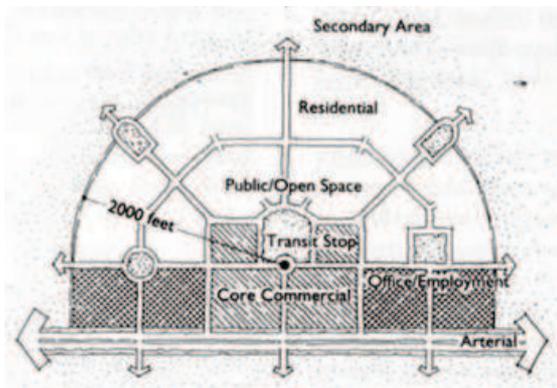
Calthorpe (1993, p.56), no entanto, faz referência a esse tipo de definições com a aplicação de um método de estudo baseado no Desenvolvimento de Trânsito-Orientado (TOD). Através desse método, o autor diz que são estruturadas comunidades de usos mistos com uma distância média de caminhada de 2.000 pés, ou seja, um raio médio de 600 m que represente uma caminhada confortável de aproximadamente 10 minutos. Assim, Calthorpe (1993, p.57) traz o conceito de bairro, como sendo a chave de um programa estruturado no TOD: “Uma área residencial central, circundada por uma área secundária, com densidade residencial moderada, serviços de venda a varejo, espaços de usos públicos para entretenimento e recreação” (Figura 4).



Fonte: Adaptado de Santos, 1988, p.123.

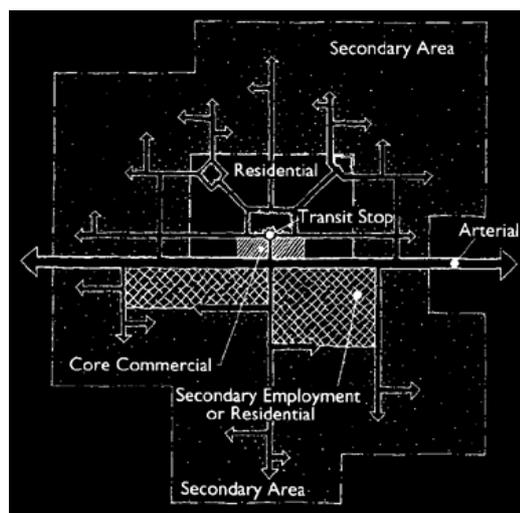
Figura 3 - Elementos estruturadores das cidades

O autor ainda diz que a cidade evoluirá, seguindo os princípios básicos que foram expostos acima, com a multiplicação dos bairros.



Fonte: Calthorpe, 1993, p. 56.

Figura 4 - *Transit-Oriented Development (TOD)*



Fonte: Calthorpe, 1993, p. 60.

Figura 5 - *Secondary Áreas*

A área residencial, ou unidade de vizinhança, é um espaço provido de uma alta concentração de pessoas. Logo, os espaços públicos, como parques, praças e edifícios de serviços públicos são exigências para servir as áreas residenciais em um TOD, pois são lugares de encontro da população local. As áreas secundárias (Figura 5), entretanto, incluem áreas mais baixas de habitações simples, escolas públicas, grandes parques comunitários, entretanto com poucos espaços comerciais, mas com redes de tráfego mais conectadas.

Gonzalez (1994, p.88 a 90) estrutura a cidade da mesma forma que Santos, mas com dimensões variadas:

- Unidade de Vizinhança: abrange uma área delimitada dentro da cidade onde estão localizadas as habitações, com raio de 200 a 250 m, ou área equivalente de 16 a 25 ha. Aqui se localizam os equipamentos comunitários de uso mais imediato ou diário, como a creche, a escola de 1º grau, jardins e praças de recreação;
- Bairro: é o organismo mais amplo e integrador da comunidade. Abrange uma área entre 64 e 100 ha, em um raio de 400 a 500 m, formado pela associação de quatro a seis unidades de vizinhança, e polarizadas por um centro onde estão localizados os equipamentos de uso periódico com certa especialização, como a escola de 1º e 2º graus, praças e parques recreativos e esportivos, templos, centros culturais e de saúde;
- Cidade: conjunto urbano composto pela associação de vários bairros com seus centros e as zonas mais especializadas, concentra os equipamentos de uso ocasional, com maior quantidade e variedade do que nos centros de bairro.

O autor ainda afirma que a estrutura de uma cidade e a distribuição espacial de seus equipamentos são decorrentes de fatores locacionais, econômicos, populacionais, institucionais, culturais, e que a necessidade de organização da mesma, proporciona o melhor desenvolvimento e bom desempenho das funções urbanas:

Em nível local, os padrões de qualidade de vida poderão ser elevados pelas condições de conforto e comodidade que poderão ser proporcionados pela existência, organização e proximidade dos equipamentos de bem-estar social, como educação, cultura, recreação e lazer, saúde pública, abastecimento, serviços públicos e privados, bem como pelas redes de infra-estrutura urbanas (água, esgoto, energia, iluminação pública, telefone) e sistema de transporte coletivo eficiente e acessível à população em geral (1994, p.79).

Le Corbusier apud Gonzalez (1994, p.51) afirma também, que:

A qualidade da “morada”, embora necessária, não é suficiente e enfatiza a necessidade da existência e proximidade de equipamentos formando o que chamou de “unidade de habitação”, constituída da “morada e o prolongamento da morada”, com a finalidade de proporcionar condições de existência, facilidades ou “comodidades essenciais”. Esses equipamentos são classificados em “material” (abastecimento, serviço sanitário, manutenção e melhoria do corpo) e o “espiritual” (creche, escola, maternal, escola primária, a oficina da juventude).

Neste contexto, e procurando um denominador para o desenvolvimento do trabalho, considerar-se-á como equipamentos comunitários os estabelecimentos de uso público de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esporte, que serão definidos e trabalhados no decorrer desta pesquisa.

#### **2.4.1 Equipamentos de Saúde**

Conforme Maricato (2001, p.28), alguns dos principais fatores orientadores dessa dinâmica são: socialização das informações, extensão do serviço de água potável, extensão dos serviços de vacinação, acesso a antibióticos, atendimento médico ao parto e à gestante e o aumento da escolaridade, entre outros.

Pode-se perceber que através destas informações, a importância dos equipamentos comunitários no processo de qualificação da vida urbana, e em especial, a importância dos equipamentos comunitários de saúde no processo da qualificação e preservação da vida humana.

Ferrari (1977, p.419) considera como equipamentos de saúde, os seguintes equipamentos comunitários: centro médico, hospital geral, público ou privado, hospital especializado, público ou privado, pronto socorro, dispensário de tratamento, clínica de recuperação e maternidade.

Campos Filho (2003, p.58) define como equipamentos básicos de saúde, o posto de saúde (unidade básica de saúde) e o hospital geral regional. Observa que os padrões de atendimento que têm sido utilizados no Brasil são os seguintes: cada região com cerca de 200 mil habitantes deve ter o seu hospital, enquanto o posto de saúde deve atender a no máximo 20 mil habitantes.

Em 1977, o Ministério da Saúde, buscando especificar normas e padrões sobre construções e instalações de serviços de saúde, através da Portaria N.º 400/MS, estabeleceu diretrizes nacionais para localização e dimensões dos ambientes dentro dos complexos de saúde, como escadas, corredores, vestíbulos, salas em geral, e sanitários, entre outros. Esta norma baseou suas determinações em função do número de leitos de cada estabelecimento.

Em 1994, este mesmo ministério, considerando a necessidade de dotar as Secretarias Estaduais e Municipais de um instrumento norteador das novas construções de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde que atendesse aos princípios de regionalização, hierarquização, acessibilidade e qualidade da assistência prestada à população, aprovou a Portaria nº 1884/GM, destinada ao exame e aprovação de projetos de Estabelecimentos Assistenciais de Saúde em todo território nacional, na área pública ou privada compreendendo:

- As construções novas de estabelecimentos assistenciais de saúde de todo o país;
- As áreas a serem ampliadas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes;
- As reformas de estabelecimentos assistenciais de saúde já existentes.

No entanto, esta norma, como as anteriores, não estabelece nenhuma área total mínima que deve atender qualquer equipamento de saúde.

Em 2002, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, aprovou a Resolução - RDC Nº. 50, reforçando e atualizando as normas de 1994 para os Estabelecimentos Assistenciais de Saúde. Além de manter a portaria anterior, a norma estabeleceu diretrizes para a apresentação dos projetos de instalações (elétrica, hidráulica, de incêndio e de equipamentos), sistemas de abastecimentos e consumo necessários aos equipamentos de saúde.

Esta norma avança no sentido de apresentar determinadas áreas individuais, por unidades funcionais ou atividades, como: ações básicas de saúde, ambulatório, atendimento imediato, internação, apoio ao diagnóstico e terapia, ou seja, os dados de áreas por salas ou ambientes. Mas também, em nenhum momento, a norma especifica a área total de determinado tipo de equipamento como um Posto de Atendimento Médico, por exemplo.

Moretti (1997, p.140) coloca que a filosofia de implantação deste tipo de equipamento, de acordo com o Plano Metropolitano de Saúde de São Paulo, surgido na primeira metade da década de 80, diz que:

[..] A entrada no sistema passou a se dar através das UBS - Unidades Básicas de Saúde que, se necessário, encaminham os pacientes aos hospitais gerais. As UBS, administradas pelo município, passaram então a substituir os antigos Postos de

Atendimento Médico (municipais) e Centros de Saúde (estaduais), com a ampliação do tipo de serviço prestado. Sua concepção prevê o atendimento de uma população entre 2.000 e 20.000 habitantes, situada em um raio de até 2.000 m [...] O Plano Metropolitano de Saúde prevê que 20.000 pessoas representam 270 consultas por dia (1,35% da população), exigindo uma área construída útil de 483,4 m<sup>2</sup> (CDH, 1985). O equivalente módulo construtivo exige uma área construída de 500 m<sup>2</sup> em um terreno de 1.200 m<sup>2</sup>. A baixa taxa de ocupação segue as recomendações do Ministério da Saúde e se deve à necessidade de garantir afastamentos dos vizinhos e das vias, fornecer espaços para estacionamento e permitir ampliações. Aponta-se a possibilidade de utilização de terrenos de até 800 m<sup>2</sup>, mediante construção de mais de um pavimento, o que é conveniente evitar por motivos funcionais.

Segundo Guimarães (2004, p.194) os equipamentos de saúde devem ser dimensionados de acordo com as estimativas da população, e atender a população urbana existente. “Deverá ser definido um modelo operacional de ações com hierarquização dos tipos de serviços a serem oferecidos”, mas continua colocando, que “empreendimentos dessa natureza devem ser localizados nas regiões mais carentes em serviços médicos”.

De acordo com Santos, (1988, p.158) “os postos de saúde e hospitais devem servir aos bairros para atendimentos freqüentes e imediatos e obedecer ao seguinte dimensionamento: área mínima de terreno de 1.000 m<sup>2</sup> e edifício de 200 m<sup>2</sup> ampliável”.

Para Campos Filho (1999, p.111):

O posto de saúde, segundo recomendação de médicos-sanitaristas, deveria atender 20 mil habitantes. Pelo que deduzimos das discussões com esses médicos, tal dimensão é elástica, podendo existir postos, ou centros de saúde menores para atendimento da população e até postos volantes, que ofereceriam seus serviços a diversos bairros, conforme periodicidade estabelecida em cada caso.

Moretti (1997, p.144) apresenta na Tabela 2, um resumo dos índices de planejamento e implantação das unidades básicas de saúde.

Tabela 2 - Dados de planejamento das instalações físicas das Unidades Básicas de Saúde

<b>Unidades Básicas de Saúde</b>	
Tamanho do terreno	800 a 1.200 m <sup>2</sup>
Raio de atendimento	2.000 m <sup>2</sup>
Quota do terreno por unidade habitacional (planejamento)	0,16 a 0,48 m <sup>2</sup>

Fonte: FDE apud Moretti, 1997, p. 142.

Conclui-se, portanto, que a localização do equipamento de saúde deve garantir a comunidade, um rápido, fácil e eficiente acesso ao serviço, pois quando se trata de equipamentos da rede pública estadual ou municipal, o objetivo desejável para a maioria dos cidadãos, de todas as frações sociais, é o direito a um atendimento de saúde com qualidade.

Para realizar o estudo comparativo dos equipamentos de saúde dos setores urbanos selecionados para este trabalho, organizou-se uma tabela síntese dos referenciais citados pela norma e pelos autores, que balizaram os referenciais bibliográficos desta pesquisa. Buscou-se estabelecer um denominador comum entre os padrões colocados pelos diversos autores, considerando-se que em muitos casos, a situação era repetitiva, permitindo uma avaliação objetiva dos resultados obtidos:

Tabela 3 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Saúde

 <b>EQUIPAMENTOS DE SAÚDE</b>	<b>Parâmetros em função do Setor ou Bairro</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Resultado Parcial</b>
<b>Edifício</b>	≥ 200 m <sup>2</sup> e ampliável		
<b>Terreno</b>	≥ 800 m <sup>2</sup>		
<b>Quota de terreno por unidade habitacional</b>	0,16 a 0,48 m		
<b>Raio de abrangência</b>	até 2.000 m		
<b>Localização</b>	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?		
<b>População</b>	Cada região com cerca de 20.000 hab., deve ter no mínimo 1 Posto de Saúde		
<b>Estado de Conservação</b>			
<b>RESULTADO FINAL</b>			

Fonte: Autora, 2006.

#### 2.4.2 Equipamentos de Educação

Em relação à questão dos Equipamentos Comunitários de Educação, retomamos a “Carta de Atenas” (GONZALEZ, 1994, p.47), que estabelece o planejamento através das unidades de habitação e de bairros para a cidade, onde é colocado, que juntamente com as superfícies

verdes deverão estar incluídos os “jardins de infância, as escolas, os centros juvenis e todos os edifícios da comunidade intimamente ligados a habitação”.

Também junto aos referenciais bibliográficos de arquitetura e urbanismo pesquisados, Campos Filho (2003, p.58) coloca que:

[...] no caso da educação, os equipamentos principais são: a creche, a escola maternal, a pré-escola, o primeiro grau até a 4ª série (o antigo primário), da 5ª a 8ª série (o antigo ginásio) e o segundo grau. O ensino de nível superior tem outra lógica de localização, a qual pode ser muito mais distante da moradia que a dos equipamentos do primeiro e segundo graus.

Em específico na educação brasileira, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, citando em seu 1º artigo, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

No artigo 21º da mesma Lei, se estabelece que a educação escolar é composta pela: educação básica (I), formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e pela educação superior (II).

Este regulamento (Lei 9.394, Cap. II, Seção I), ao tratar da educação básica, diz que a mesma “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

1) A **Educação Infantil** é citada no art. 29º como sendo “a primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. São as creches, pré-escolas, ou entidades equivalentes de responsabilidade dos planos educacionais do município.

A Lei 9.394, estabelece as diretrizes para a educação, porém não especifica índices para implantação e dimensionamento dos equipamentos escolares. Isso acontece através da Portaria de nº 321 desde 26 de maio de 1988.

Essa norma tem por objetivo estabelecer os requisitos gerais de projetos arquitetônicos para construção, instalação, ampliação, reformas e funcionamento de creches, assim como

fixar medidas de segurança para a criança que convive nestes ambientes, procurando proporcionar condições ideais para o seu crescimento e desenvolvimento.

Segundo esta regulamentação, a creche destina-se a crianças de três meses a quatro anos, tendo em vista que essa faixa etária requer um cuidado mais individualizado, sendo que sua capacidade deve ser estabelecida levando-se em conta fatores como a garantia de um bom atendimento, custos com a construção e equipamentos, além dos custos operacionais e de manutenção. A norma define, de acordo com a quantidade de crianças atendidas, a creche terá o seguinte porte:

- Creche de pequeno porte: É a creche com capacidade programada para um número de até 50 crianças;
- Creche de médio porte: É a creche com capacidade programada para um número de 51 a 100 crianças;
- Creche de grande porte: É a creche com capacidade programada para um número de 101 a 200 crianças.

Para se estabelecer à área total de construção por criança, a Portaria considera como satisfatória a creche que apresentar um mínimo de 7,00 m<sup>2</sup> de construção por criança. Para efeito do cálculo de construção da creche não foram considerados o recreio descoberto e o solário.

Já para a localização da creche e escolha do terreno a norma especifica que devem ser considerados os seguintes aspectos:

- Localização em função de maior concentração de crianças carentes desse recurso de atendimento;
- Adequação entre a área disponível e o número de crianças a serem atendidas;
- Disponibilidade do terreno, considerando as necessidades da construção e da previsão de áreas para solário e recreio descobertos;
- Implantação, sempre em pavimento térreo, de modo a possibilitar a integração do ambiente com o exterior, facilitando às crianças o contato com a natureza. Não será permitida a implantação de creches em subsolos ou pavimentos superiores, tendo em vista os perigos à segurança em casos que exijam uma rápida evacuação do local;
- Proximidade do centro da comunidade a qual a instituição se destina, facilidade às vias de acesso e aos meios de transporte, oferecendo-se as seguintes alternativas, por ordem de prioridade: proximidade da residência da família ou do local de trabalho dos pais;

- Afastamento mínimo de 3,00 m em relação às vias públicas e às divisas de propriedades vizinhas, obedecendo-se, além desse parâmetro, às leis estaduais e códigos de posturas municipais.

Em 1989 é aprovada a Resolução Nº 59 - Norma Técnica Especial - NTE que tem por finalidade estabelecer critérios para o funcionamento dos seguintes estabelecimentos: Creches, Pré-Escolas, Hotéis de Bebês, Educandários e/ou estabelecimentos congêneres de atendimento à Criança.

Em relação às áreas de construção, a norma estabelece os seguintes grupos, de acordo com as idades das crianças atendidas:

- Grupo "A" - Crianças de 0 mês a 1 ano
- Grupo "B" - Crianças de 1 a 2 anos
- Grupo "C" - Crianças de 2 a 6 anos

Assim, as instalações mínimas recomendáveis são:

- Área total do prédio: 15,00 m<sup>2</sup> por criança;
- Área de recreação coberta para abrigar as crianças nos dias chuvosos ou de sol intenso: área mínima de 2,00 m<sup>2</sup> por criança, com um mínimo de 30,00 m<sup>2</sup> e diâmetro mínimo de 3,00 m;
- Área de recreação descoberta ou área de lazer: é obrigatória a existência de espaço verde e livre para recreação, com área mínima de 3,00m<sup>2</sup> por criança
- Em creches mistas, isto é, que recebam crianças na faixa etária de 0 a 6 anos, deverá haver um lactário, isto é, um local destinado exclusivamente ao preparo das mamadeiras.

Segundo Campos Filho (1999, p.111), a creche tem um 'dimensionamento elástico' e, assim, sua demanda varia muito em relação a cada comunidade. De tal modo, ao fazer o levantamento de suas necessidades, o bairro deverá discutir para que clientela irá inseri-la, pois há vários tipos de creche que podem ser implantados.

Analisando-se os parâmetros de planejamento e dimensionamento de escolas de educação infantil da extinta CONESP - Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP 1976), da CECAP - Companhia Estadual de Casas Populares de São Paulo (CECAP, 1979), bem como as recomendações dos livros de Dodi (1953) e Ferrari (1977), verificam-se alguns pontos de convergência, entre os quais cabe citar Moretti (1997, p.141):

As escolas de educação infantil devem comportar não mais que 200 alunos por turno, evitando-se escolas com menos de 100 alunos por turno; devem ser posicionadas para atender unidades habitacionais situadas a distâncias inferiores a

500m; ter como área construída por aluno, em cada turno, da ordem de 4 m<sup>2</sup> (com exceção do trabalho da CONESP que indica valores da ordem de 8 m<sup>2</sup> por aluno); taxa de ocupação dos terrenos deve ser limitada a 50%; e a faixa etária enquadrável na escola infantil (4 a 6 anos) é da ordem de 6% do total da população.

Ferrari (1977, p.611) cita que as escolas pré-primárias devem estar localizadas na unidade de residência (200m de raio) e destina-se a crianças de até 6 anos de idade. Considerando-se 2 turnos diários de funcionamento, se aceita comumente para o Brasil uma quota de 10 a 15 m<sup>2</sup> de área construída por criança (área do edifício, jogos e recreação) ou uma quota geral de 0,5 m<sup>2</sup> por habitante.

Desta forma, com relação à localização das pré-escolas, por sua frequência de uso diária e pelas questões de segurança que envolve a circulação urbana, as escolas primárias devem exigir dos municípios e das famílias, uma atenção especial. Em relação a esta questão, Campos Filho (2003, p.19) diz que:

[...] de modo geral, pode-se dizer que a proximidade desses equipamentos em relação à moradia é desejável, de modo a permitir que a criança com idade suficiente possa andar a pé sozinha em poucos minutos e com segurança de sua casa até ele. Nos planos de bairros populares desenvolvidos no escritório profissional que tenho com o arquiteto e urbanista Luis Carlos Costa (Urbe Planejamento, Programação e Projetos), 800m tem sido a distância máxima definida como cômoda para se andar a pé até o comércio, serviço ou equipamentos sociais. Essa distância não é definida tecnicamente. É uma definição dependente de uma opção por se andar a pé maiores ou menores distâncias.

Santos (1988, p.157 e 158), entretanto, ao tratar das creches e das pré-escolas, diz que as mesmas devem:

[...] estar localizadas na vizinhança imediata de habitações ou grupos de habitações; estar perto de praças e áreas verdes; evitar ruas de muito movimento; estar em locais protegidos de fontes de poluição de qualquer natureza; obedecer ao seguinte dimensionamento: terreno com 6 m<sup>2</sup> por criança e edifício com 4 m<sup>2</sup> por criança (2/3 da área do terreno); as creches - apresentar capacidade limitada a pequenos grupos - 40 crianças no máximo - a fim de descentralizar o atendimento; ocupar uma área de lote entre 240 e 360 m<sup>2</sup>, com área livre arborizada para atividades de recreação; as pré-escolas - e ter a capacidade das turmas limitada a 20 crianças; e apresentar arquitetura e componentes da construção adequados à faixa etária da clientela.

2) Em relação à questão do ensino, a educação básica ainda envolve mais dois tipos de ensino

de acordo com o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: o **Ensino Fundamental** e o **Ensino Médio**. Assim, o artigo 32º da mesma lei cita que o ensino fundamental é obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, tendo como objetivo a formação do cidadão, e no art. 35º diz que “o ensino médio, é etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos”.

Quanto à implantação e dimensionamento das edificações do ensino fundamental, Santos (1988, p.158) coloca que as escolas de primeiro grau, devem: se localizar na vizinhança imediata de habitações ou grupos de habitações; atender à aproximadamente 20% do total da população servida; obedecer ao seguinte dimensionamento - terreno com 6,4 m<sup>2</sup>/aluno (nunca menor que 1.000 m<sup>2</sup>) e edifício com 3,2 m<sup>2</sup>/aluno (50% de ocupação da área do terreno para edifícios de um pavimento); ter a capacidade de turmas limitada a 40 alunos; apresentar área livre arborizada para esportes e recreação; e admitir futuras ampliações. Enquanto isso, as escolas do ensino médio, ou escolas de segundo grau, devem: atender a bairros ou, quando especializadas a toda a cidade; e quanto ao dimensionamento, adotar índices das escolas de primeiro Grau.

Moretti (1997, p.141) trata a questão do dimensionamento da seguinte maneira:

O modelo de planejamento adotado pela FDE - Fundação de Desenvolvimento da Educação, prevê o funcionamento das escolas em 3 turnos (2 diurnos e um noturno), com 35 alunos por classe, sendo o funcionamento da 1ª à 4ª série necessariamente no período diurno. Para efeito de planejamento do número de alunos, considera-se um índice de 1,2 alunos por unidade habitacional, para Primeiro e Segundo Graus. Na tabela 4 apresenta-se uma listagem da área construída e área de terreno necessária à construção de escola, em função do número de salas de aula considerado, de acordo com os dados da FDE (FDE, 1991). Adicionou-se, a essas informações da FDE, o número de alunos máximo da escola e o número de unidades habitacionais passível de ser atendido pela instalação física.

Ainda segundo o autor, “os parâmetros de área do terreno das escolas apresentados na Tabela 4 consideram escolas implantadas em um pavimento”. Isto significa, que em áreas de elevada densidade populacional, poderá admitir-se a implantação de escolas em mais de um pavimento, reduzindo-se então em um terço as dimensões dos terrenos analisados. “Quanto à localização das escolas, os técnicos da FDE, indicam uma localização preferencial que possibilite o acesso a pé em não mais que 15 minutos, correspondendo a um raio de atendimento de aproximadamente 800m”.

Tabela 4 - Dados de planejamento das instalações físicas das Escolas de Primeiro e Segundo Graus

nº de salas de aula	área necessária (m <sup>2</sup> )		nº total de alunos	nº de unidades	m <sup>2</sup> de terreno por unidade habitacional
	terreno	construção			
4	4.400	844	420	350	12,6
5	4.400	912	525	437	10,1
6	4.400	979	630	525	8,4
7	4.400	1.047	735	612	7,2
8	6.300	1.444	840	700	9,0
9	6.300	1.512	945	787	8,0
10	6.300	1.579	1.050	875	7,2
11	6.300	1.647	1.155	962	6,5
12	8.000	1.848	1.260	1.050	7,6
13	8.000	1.915	1.363	1.137	7,0
14	8.000	1.983	1.470	1.225	6,5
15	8.000	2.050	1.575	1.312	6,1
16	9.800	2.352	1.680	1.400	7,0
17	9.800	2.419	1.785	1.487	6,6
18	9.800	2.487	1.890	1.575	6,2
19	9.800	2.554	1.995	1.662	5,9
20	11.400	2.748	2.100	1.750	6,5
21	11.400	2.815	2.205	1.837	6,2
22	11.400	2.883	2.310	1.925	5,9
23	11.400	2.950	2.415	2.012	5,7

Fonte: FDE apud Moretti, 1997, p.142.

Para Guimarães (2004, p.238), o dimensionamento dos equipamentos de ensino é calculado em função da população em idade estudantil de 7 a 17 anos (aproximadamente de 25% a 36% da população brasileira) e com o índice de m<sup>2</sup> de construção por aluno:

- Ensino Fundamental (Primário): 3,5 m<sup>2</sup> por aluno x 10,2% da população x 1,25 (coeficiente de aproveitamento) = 0,508 m<sup>2</sup> por população;
- Ensino Fundamental (Ginásio): 3,5 m<sup>2</sup> por aluno x 10,2% da população x 1 (coeficiente de aproveitamento) = 0,182 m<sup>2</sup> por população;
- Ensino Médio/Técnico: 4,6 m<sup>2</sup> por aluno x 6,6% da população x 0,6 (coeficiente de aproveitamento) = 0,182 m<sup>2</sup> por população;

- Ensino Fundamental (1º Grau): 0,864 m<sup>2</sup> por população e um raio de 800 m das unidades residenciais;
- Ensino Médio (2º Grau): 0,182 m<sup>2</sup> por população e um raio de 1.600 m das residências.

Ferrari (1977, p.612), entretanto, cita que as escolas de 1º Grau devem estar localizadas na unidade de vizinhança e ter uma área mínima para edifícios de 1 pavimento 7,5 m<sup>2</sup>/aluno e de 2 pavimentos 6,25 m<sup>2</sup>/aluno, e de área desejável (edificação, pátio de recreação e esportes) se for de 1 pavimento 47 m<sup>2</sup>/aluno e se tiver 2 pavimentos 38 m<sup>2</sup>/aluno. Para as escolas de 2º Grau, Ferrari utiliza os mesmo parâmetros de dimensionamento, todavia diz que a escola deve estar localizada no setor, ou seja, atingir uma população de 15.000 a 60.000 habitantes.

Na tabela 5 Moretti (1997, p.143) apresenta uma síntese de dados que entende serem os mais adequados para o planejamento e dimensionamento dos equipamentos básicos de educação:

Tabela 5 - Resumo dos dados de planejamento dos equipamentos básicos de educação

	<b>Escolas de Ensino Infantil</b>	<b>Escolas de 1º e 2º Graus</b>
Tamanho do terreno	1.200 a 2.500 m <sup>2</sup>	4.200 a 8.000 m <sup>2</sup>
Raio de atendimento	500 m	800 m
Quota do terreno por unidade habitacional (planejamento)	0,6 a 1,3 m <sup>2</sup>	4,3 a 7,6 m <sup>2</sup>
Quota do terreno por unidade habitacional (baseada em dados das escolas existentes)	1,26 m <sup>2</sup>	8,1 m <sup>2</sup>

Fonte: Moretti, 1997, p. 144.

O autor (MORETTI, 1997, p. 144) ainda coloca que:

Entende-se, portanto, que os critérios urbanísticos, neste momento, devem prever exigência de transferência ao domínio público de áreas institucionais dimensionadas para possibilitar a implantação dos equipamentos básicos de saúde e educação (UBS, EMEI, Escolas de 1º e 2º), levando-se porém em conta a densidade e prevendo-se a possibilidade de destinação de áreas complementares para outros equipamentos. Propõe-se que os encargos da destinação destas áreas complementares sejam suportados pelo Poder Público, através de compra/desapropriação, ou pela indenização do potencial construtivo não utilizado. Propõe-se ainda que a identificação da necessidade de implantação de outros equipamentos seja avaliada e definida em função das condições específicas do local onde vai ser implantado o empreendimento, por ocasião do fornecimento de diretrizes.

Campos Filho (1999, p.117) relata a experiência educacional de São Paulo:

A experiência da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, através da CONESP, estabeleceu que a escola de maior tamanho com gestão adequada é a de dezesseis classes. Essa escola com dois turnos atende a uma comunidade de 5 mil habitantes ou mil famílias; a de quatro turnos atende a 10 mil habitantes ou 2 mil famílias.

Neste contexto, pelas Leis e vários autores citados tratarem especificamente da implantação dos Equipamentos Comunitários, com parâmetros de implantação e dimensionamento muitas vezes próximos, fez-se uma análise de quais seriam os índices mais adequados a serem aplicados nos equipamentos implantados nos bairros do estudo. Chegou-se deste modo em um denominador comum dos padrões colocados pelos diversos meios, nas seguintes tabelas de análise para os Equipamentos Comunitários de Educação Infantil:

Tabela 6 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação - Ensino Infantil

<b>EQUIPAMENTOS</b>  <b>DE</b> <b>EDUCAÇÃO</b>	<b>Parâmetros em função:</b>		<b>Equipamentos</b>	<b>Resultado Parcial</b>
	<b>Unidade de Vizinhança</b>	<b>Setor ou Bairro</b>		
<b>Terreno</b>	6 m <sup>2</sup> / criança	1.200 a 2.500 m <sup>2</sup>		
<b>Quota de terreno por unidade habitacional</b>	-	0,6 a 1,3 m <sup>2</sup>		
<b>Edifício</b>	4 m <sup>2</sup> / criança	7 m <sup>2</sup> / criança		
<b>Área construída</b>	10 a 15 m <sup>2</sup> / criança	0,5 m <sup>2</sup> / habitante		
<b>Área recreação coberta</b>	2 m <sup>2</sup> / criança - Mínimo de 30,00m <sup>2</sup>			
<b>Área recreação descoberta</b>	3 m <sup>2</sup> / criança			
<b>Raio de abrangência</b>		até 800 m das residências		
<b>Alunos</b>	≤ 40 crianças	de 100 a 200 / turno		
<b>População</b>	-	6% da população		
<b>Estado de Conservação</b>				
<b>RESULTADO FINAL</b>				

Fonte: Autora, 2006.

Já, os Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Fundamental e Médio serão analisados com a aplicação da seguinte tabela:

Tabela 7 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Educação - Ensino Fundamental e Médio

<b>EQUIPAMENTOS</b>  <b>DE</b> <b>EDUCAÇÃO</b>	Parâmetros em função:		Equipamentos	Resultado Parcial
	Unidade de Vizinhança	Setor ou Bairro		
Terreno	6,4 m <sup>2</sup> / aluno			
Quota de terreno/unid.hab.	-	4,3 a 8,10 m <sup>2</sup>		
Edifício	3,2 a 7,5 m <sup>2</sup> / aluno 0,864 m <sup>2</sup> / população	3,2 a 6,25 m <sup>2</sup> / aluno 0,182 m <sup>2</sup> por população		
Área desejável (edifício + pátios de recreação + esportes, etc)	1 pavimento = 47 m <sup>2</sup> / aluno	2 pavimentos = 38 m <sup>2</sup> / aluno		
Salas de aula	-	≤ 16 classes		
Área livre	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?			
Ampliações	Admite futuras ampliações?			
Raio de Abrangência	até 800 m da residência	até 1.600 m das residências		
Alunos	40 / turma	40 / turma		
População	-	20% da população servida		
Estado de Conservação				
<b>RESULTADO FINAL</b>				

Fonte: Autora, 2006.

Além da análise das condições físicas das Escolas, buscou-se avaliar se os equipamentos de educação participam do Programa Escola Aberta do Governo Federal, justamente por ser este contribuir para a melhoria da qualidade da educação e a inclusão social, por meio da ampliação das relações entre escola e comunidade e do aumento das oportunidades de acesso à formação para a cidadania, de maneira a reduzir a violência na comunidade urbana, institucional e familiar. Este Programa proporciona aos alunos da educação básica das escolas públicas e as suas comunidades espaços alternativos, nos finais de semana, para o desenvolvimento de atividades de cultura, esporte, lazer, geração de renda, formação para a cidadania, além de ações educativas complementares.

### 2.4.3 Equipamentos de Segurança

Conforme o Comitê de Articulação Federativa (2004), nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado um crescente envolvimento do poder local na busca de movimentos significativos nesta conturbada história recente de insegurança pública no país. Há contudo, um crescente engajamento da União, das prefeituras municipais e da sociedade civil organizada, no desenvolvimento e execução de políticas públicas de segurança e de prevenção à violência e à criminalidade.

Segundo Bronkhorst (2003):

Por toda a América Latina há exemplos do crime e da violência afetando projetos urbanos, tais como melhorias em favelas, fornecimento de água e eletricidade, serviços de saúde e educação e projetos integrados de urbanização. Se por um lado uma infra-estrutura melhorada e comunidades mais integradas, funcionais e organizadas são prioridades para quem as habita, tais mudanças poderiam ameaçar o poder de organizações criminosas sobre as comunidades e facilitar o acesso a agentes estatais, inclusive policiais.

Desde os anos 80, muitas cidades têm desenvolvido experiências de prevenção comum, postas em evidência em vários eventos internacionais: em particular as conferências organizadas por associações em Barcelona (1987), Montreal (1989), Paris (1991), e mais recentemente Johannesburg (1998), destacando a necessidade de descentralizar a responsabilidade da luta contra a violência urbana em nível das cidades.

Em *Safer Cities* (2002) apud BRONKHORST (2003), a questão do aumento da violência é comentada:

Apesar de não ser um fenômeno novo na maior parte da América Latina, o crime e a violência vêm aumentando dramaticamente nas últimas décadas e hoje são reconhecidos como problema econômico e social sério, particularmente nas áreas urbanas da região. A urbanização acelerada, a pobreza e a desigualdade persistentes, a violência política, a natureza mais organizada do crime e a emergência do uso e tráfico de drogas ilegais são fatores citados com frequência como estando à raiz deste aumento. O crime e a violência afetam todos os níveis sociais, ricos e pobres (estes últimos mais), mulheres e homens, jovens e idosos. Os custos econômicos do crime e da violência são altos. Estima-se que na América Latina os homicídios custem aproximadamente USD \$27.737 milhões a cada ano, e que a região perca 14% de seu PIB devido à violência. A criminalidade e a violência urbanas também geram um ambiente de medo. O medo do crime e da violência são “ameaças sérias à estabilidade e ao ambiente social das cidades, ao desenvolvimento sustentável e econômico, à qualidade de vida e aos direitos humanos”.

O tema da segurança municipal encontra-se contemplado com destaque no Plano Nacional de Segurança Pública do novo Governo Federal, na qual a Secretaria Nacional de Segurança Pública vem ampliando seus esforços e investimentos em relação a este, pois existem diversas razões pelas quais governos municipais devem sair na frente na construção de comunidades mais seguras. A prevenção do crime e da violência não é tarefa de apenas um organismo ou organização, diferentes grupos devem trabalhar em parceria, pois estas requerem segundo Bronkhorst (2003): liderança e coordenação, envolvimento sustentado, e contato com a comunidade.

Segundo o Comitê de Articulação Federativa (2004), o que está ocorrendo, porém, é que:

[...] embora visíveis os avanços, a consolidação de uma agenda prática de segurança municipal para o país, sustentada por conceitos e modelos comuns mínimos, enraizada nas estruturas institucionais das prefeituras e nas mentes de seus gestores, harmonizada com Estados e União em termos de cooperação e divisão de competências, e abrigada pelos marcos constitucionais e legais claros e bem definidos, é ainda uma tarefa por ser feita.

Frente aos estados que constituem grande parte dos interessados em responder as necessidades cotidianas da população, mas pequeno para resistir à pressão dos grandes grupos multinacionais que guiam a globalização, Vanderschueren (2005) diz que as cidades oferecem a possibilidade de assegurar aos cidadãos um controle sobre suas próprias vidas. Nesta perspectiva, os governos locais deveriam integrar-se social e culturalmente. Isto supõe que assumam sua organização sócia econômica e gerência política local em matéria de segurança urbana. Em efeito, um dos instrumentos da integração social é precisamente a prevenção da criminalidade.

Neste contexto, e de acordo com Comitê de Articulação Federativa (2004), os municípios dessa forma, têm um papel fundamental para o aperfeiçoamento da segurança pública no Brasil. “Por isso, sua plena inserção no Sistema Único de Segurança Pública em construção é fundamental e será decisiva para o sucesso do mesmo em promover avanços na redução da criminalidade e da insegurança no país”.

Portanto, envolver a comunidade em todos os aspectos do desenvolvimento e da implementação de estratégias para a promoção da segurança pública é de vital importância, pois a participação comunitária é um elemento essencial do desenvolvimento, planejamento,

implementação e monitoramento, êxitos de uma estratégia de prevenção do crime e da violência. De acordo com Bronkhorst (2003), “é parte integrante de todo o processo e deve governar todos os seus aspectos, do princípio à implementação e ao monitoramento dos projetos que juntos compõe sua estratégia”.

Para o Comitê de Articulação Federativa (2004):

A íntima associação entre a urbanidade e o ordenamento e uso adequados dos espaços urbanos e o favorecimento ou inibição da prática de atos delituosos e de violência e da insegurança difusa é hoje já um dado reconhecido para a formulação de boas políticas públicas de segurança. Assim, tendo em vista a competência eminentemente municipal para a normatização e a fiscalização das posturas urbanas no Brasil, o tema inscreve-se como mais um dos pilares para a segurança municipal [...] Planejamento urbano e qualificação de espaços públicos; (ordenação de áreas de grande circulação de pessoas, planejamento e controle do trânsito, iluminação pública, criação e requalificação de espaços públicos de convivência e lazer, qualificação do entorno das escolas e parques públicos, regularização fundiária, adoção de estratégias que previnam a formação de guetos e zonas urbanas de conflito entre grupos vizinhos, etc).

Neste sentido, Santos (1988, p.159) é um dos únicos autores que trata diretamente do dimensionamento desse tipo de equipamento comunitário. Ele coloca que a implantação do posto policial deve: ser da alçada do Governo do Território; funcionar em prédio com delegacia e cadeia atuando em áreas que podem ir além da urbana, incluindo o meio rural; localizar-se em área periférica ao centro da cidade, afastada de residências, escolas, creches etc.; ocupar terreno com área mínima de 1.000 m<sup>2</sup>; prever pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais, além de estacionamento defronte ao prédio.

Dados do IBGE (2001) citam que apenas 18,9% dos municípios brasileiros têm guarda municipal, conseqüentemente Ferrari (1977, p.305), entretanto, diz que o Posto Policial deve estar localizado na Unidade de Vizinhança ou no Bairro, ou seja, próximo mais ou menos 800 m das residências.

Em função do Setor, o estudo comparativo dos Equipamentos Comunitários de Segurança, selecionados neste trabalho, organizou-se uma tabela síntese dos referenciais citados pela norma e pelos autores, que balizaram os referenciais bibliográficos da pesquisa. Buscou-se estabelecer um denominador comum entre os padrões colocados pelos diversos autores, considerando-se que em muitos casos, a situação era repetitiva, permitindo uma avaliação objetiva dos resultados obtidos:

Tabela 8 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Segurança

 <b>EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA</b>	<b>Dados em função do Setor ou Bairro</b>		<b>Resultado Parcial</b>
	<b>Parâmetros de referência</b>	<b>Equip.</b>	
<b>Raio de atendimento</b>	Até 800 m		
<b>Terreno</b>	≥ 1.000 m <sup>2</sup>		
<b>Localização</b>	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?		
<b>Área livre</b>	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?		
<b>Estacionamento</b>	Possui estacionamento defronte ao prédio?		
<b>Estado de Conservação</b>			
<b>RESULTADO FINAL</b>			

Fonte: Autora, 2006.

#### 2.4.4 Equipamentos de Cultura

Ferreira (1986, p.508), aborda o termo cultura como um “complexo de padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente, ou o desenvolvimento de um grupo social, que é fruto do esforço coletivo pelo aprimoramento de valores”. Mas cultura também é o conjunto de ocupações ou atividades, realizadas espontaneamente e de forma construtiva, objetivando a educação, o repouso, o divertimento, o desenvolvimento cultural e físico da comunidade interessada.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério dos Esportes (2006) conceitua a cultura de duas formas distintas:

- Cultura Corporal: “é compreendida como a dimensão da cultura constituída pela interação das práticas sociais esporte, jogo, dança, ginástica, dentre outras, materializadas aos nossos olhos sob a forma de práticas corporais”.
- Cultura Lúdica: “é caracterizada pelo processo de sociabilização pautado pela lógica da aprendizagem social centrada nos jogos, brinquedos e brincadeiras construídos historicamente a partir das referências de inserção social da pessoa e/ou grupos sociais”.

Estas atividades culturais requerem espaços apropriados, como espaços culturais, os museus, os centros de ação social e as Associações de Bairro ou de Moradores, pois aí estão e são preservadas a memória e a história da comunidade, ou ainda conservam a história dos povos e de seus ambientes, guardando ou tratando dos problemas do local onde estão inseridas.

Ferrari (1977, p.616) comenta:

É muito difícil estabelecer-se qualquer quota, proporção ou densidade para esse tipo de uso institucional. São calculados diretamente de conformidade com dados existentes levantados por pesquisa “in loco”, de preferência tais como: acervo de obras de arte a ser exibido, usuários em potencial, modelos de mostruário e arquivos, etc.

Para Santos (1988, p.158) os equipamentos de cultura devem “se localizar em áreas onde seja necessário o desenvolvimento social de populações específicas (bairros carentes favelas) em caráter transitório de dois a cinco anos ou em caráter permanente visando atender a toda a cidade”, em uma área mínima de 1.000 m<sup>2</sup> e edifício com pelo menos 200 m<sup>2</sup>. Ferrari (1977, p.614), entretanto cita que os mesmos devem estar localizados na unidade de vizinhança e ter uma área construída de 400 m<sup>2</sup> para cada 6.000 habitantes.



### **Equipamentos Culturais:**

Além dos elementos culturais, também serão tratados neste item, os equipamentos culturais, ou seja: os templos, as igrejas e os centros paroquiais. Isto se justifica pelo fato destes equipamentos e suas atividades congregarem comunidades em ritos de fé, em reuniões, em educação, jogos e campanhas diversas, entre outras atividades. Em trabalhos já realizados (CAU-URCAMP, 1999), ficou demonstrado através de pesquisas de campo, que freqüentar um templo, era a única atividade exercida fora das suas casas, por parte significativa da comunidade.

Ferrari (1977, p.616) é um dos poucos autores que trata especificamente do dimensionamento dos templos. Ele aborda a questão dizendo que se localizam na unidade de vizinhança (Capela), no setor (Igreja) e na metrópole (Catedral), com um tamanho médio de 1.500 a 2.000 m<sup>2</sup>, ou seja, de 2 a 4 m<sup>2</sup> de área construída para cada fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 habitantes, e a área do terreno deverá ter espaço para festas e cerimoniais religiosas ao ar livre. Já os Centros Paroquiais são os equipamentos que se localizam na unidade de vizinhança, inseridos em uma área mínima de 400 m<sup>2</sup>, com uma área construída de 0,1 m<sup>2</sup> por habitante. Guimarães (2004, p.245), no entanto, cita apenas, que a igreja deve distar 1.600 m das unidades residenciais.

Neste contexto, pelas Leis e vários autores citados tratarem especificamente da implantação dos Equipamentos Comunitários de Cultura, com parâmetros de implantação e

dimensionamento muitas vezes próximos, fez-se uma análise de quais seriam os índices mais adequados a serem aplicados nos equipamentos implantados nos bairros do estudo. Logo, os Equipamentos Comunitários de Cultura serão analisados perante a seguinte tabela:

Tabela 9 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Cultura

 <b>EQUIPAMENTOS DE CULTURA</b>	<b>Dados em função:</b>				<b>Resultado Parcial</b>
	<b>Unidade de Vizinhança</b>		<b>Setor</b>		
	<b>Equip.</b>	<b>Parâmetros de referência</b>	<b>Equip.</b>		
<b>Terreno</b>		1.000 m <sup>2</sup>	-		
<b>Área do terreno</b>		≥ 400 m <sup>2</sup>	Tem espaço para festas e cerimônias religiosas ao ar livre?		
<b>Edifício</b>		200 m <sup>2</sup>	1500 a 2000 m <sup>2</sup>		
<b>Área construída</b>		0,1 m <sup>2</sup> por habitante	2 a 4 m <sup>2</sup> por fiel, sendo 1 fiel para cada 5 ou 10 hab.		
<b>Raio máximo das residências</b>		-	1.600 m		
<b>Estado de Conservação</b>					
<b>RESULTADO FINAL</b>					

Fonte: Autora, 2006.

#### 2.4.5 Equipamentos de Lazer

O conceito de lazer pode ser entendido como o tempo ou o espaço no qual o homem se nutre de forças, recuperando-se do esforço despendido no trabalho. Segundo Deleure (1977, p.9) vários estudiosos, “dentre eles Joffre Dumazedier, atribuem ao lazer três funções principais: descanso, diversão e desenvolvimento pessoal”, dentre elas a principal é a diversão.

Mas o que se vê no Brasil, no entanto, é a falta de uma política de organização de programas para o lazer das populações urbanas. De acordo com Yurgel (1977, p.420) “a inexistência desta política permite a exploração urbana por formas comercializadas de lazer a que as massas populares se expõem inadvertidamente, por falta do esclarecimento necessário que se deveria esperar dos órgãos governamentais de defesa, preservação e promoção da cultura”.

Segundo Ferrari (1977, p.420):

A recreação precisa ser encarada pelo planejador, não apenas como uma função urbana ligada aos momentos de ócio de sua população adulta ou destinada ao desenvolvimento físico e mental das crianças. É preciso saber ver na recreação um poderoso instrumento de integração social das populações marginalizadas. Através de um programa recreacional que atinja o maior número possível de pessoas marginalizadas e não marginalizadas (futebol, por exemplo) obter-se-ão ótimos resultados de adaptação dos grupos migratórios ao novo meio. Além disso, todo o cenário urbano deve ser pensado como um espaço de lazer: ruas, praças, o casario e os locais de trabalho. “O fim principal de toda a ação é o lazer” - já afirmara Aristóteles em sua Ética.

Para o autor, de um modo geral, no país, os governos preocupam-se muito com a recreação infantil, ainda que sem nenhum planejamento locacional ou de dimensionamento, deixando a recreação dos jovens e adultos a cargo da iniciativa privada, que a comercializa.

De acordo com Silva (2001), não são somente nos parques infantis que as crianças têm sua oportunidade de lazer, mas também nos espaços destinados a apresentações a céu aberto, como as conchas acústicas, ou mesmo quadras onde se realizam eventos mais diversos, desde competições esportivas e até apresentações, locais onde a maior faixa da população tem acesso, os chamados ‘locais de frequência coletiva’.

A população “confinada” em suas residências, busca ao ar livre a oportunidade de convivência com outras pessoas e o contato com a natureza. Em relação a esse tipo de equipamento comunitário, se enquadra o que se convencionou chamar de áreas verdes. A mesma se encontra na legislação pertinente com as denominações de espaços livres de uso público, sistema de lazer, áreas de recreação, etc.

Segundo Moretti (1997, p.134):

A própria variedade na denominação indica claramente que as áreas verdes acabam englobando funções distintas. Inclui as áreas de interesse ambiental, quer pela vegetação, tipo de solo ou declividade, onde muitas vezes o acesso público, para fins de recreação, é bastante limitado. Inclui as praças e áreas de recreação, com funções, tipologias e dimensões bastante variadas. Inclui parte das instalações esportivas bem como os monumentos e demais referenciais urbanos e paisagísticos.

Mello e Cañelas (2000), por exemplo, descrevem as praças como uma parcela do território urbano configurando um espaço público: “Do ponto de vista urbanístico, a praça se caracteriza pelo contraste com a malha urbana que a cerca, é um vazio no meio de cheios, quebra a continuidade dos quarteirões edificados, introduz um elemento de surpresa e descontração”.

Para Guimarães (2004, p.168):

A “*piazza*” é um centro social, e não apenas um espaço físico aberto, envolvida por edifícios, um espaço não preenchido dentro da cidade. Geralmente se localiza na parte central da cidade. Dentro da região geográfica circunscrita do panorama italiano, existem diferenças de função, forma e tipo de praça que estão intimamente relacionadas com a função da cidade, desempenhando um importante papel urbano, seja cívico, municipal, religioso ou comercial.

Menezes (1996) tem uma definição isolada para os parques. Ele coloca que os mesmos geralmente foram construídos como uma alternativa para as mais diferentes necessidades da cidade, apresentando-se em determinados locais como espaços de lazer e novos pontos de encontro dos munícipes, mas também projetados para evitar a habitação nos fundos de vale, preservar as matas ciliares e regular a vazão dos rios em períodos de enchentes.

Santos (1988, p.158) diz que as praças ou áreas verdes devem:

[...] ser pequenas, servindo a grupos de vizinhança ou quarteirões (ver proposta de utilização do miolo dos quarteirões); ser ruas tratadas como “praças lineares”; ser praças de bairro ou centrais abrigando ou se interligando a atividades recreativas (escolas, campos de esporte, igrejas, mercados, quiosques malocões, bares e restaurantes, cinemas sorveterias etc.); e ser faixas lineares arborizadas a partir das margens de rios, córregos, igarapés.

O autor coloca ainda que devem ser previstos nas praças, estacionamentos para automóveis e bicicletas; ser previstas articulações sinalizadas com o sistema viário, e ser obedecido o seguinte dimensionamento: 4,5 m<sup>2</sup>/habitante. Já os parques devem aproveitar bosques e áreas arborizadas nativas, seguindo o dimensionamento de 4 m<sup>2</sup>/habitante; e as reservas florestais devem se localizar em áreas que atendam às conveniências ecológicas locais e regionais.

Em relação ao tema, Moretti (1997, p.136), diz o seguinte:

Verifica-se que as 'áreas verdes' incluem espaços com funções bastante distintas. O papel do Poder Público na decisão sobre a seleção desses espaços, em cada caso, deve ser avaliado. A localização das praças e demais referenciais urbanos e paisagísticos deve ser parte intrínseca do projeto do assentamento habitacional e seria desejável que a municipalidade não assumisse uma postura inibidora da criatividade dos projetistas neste aspecto. Infelizmente, o que se observa nos projetos de parcelamento é a total desconsideração pelos espaços públicos, que freqüentemente são os terrenos mais problemáticos existentes na gleba. Neste quadro é necessária a participação do poder público municipal na definição relativa à localização das praças, como forma de evitar as distorções hoje observadas.

A Tabela 10, apresenta uma avaliação da área verde disponível para cada habitante e para cada habitação, em função da densidade populacional, supondo-se 10 e 15% do território para áreas verdes e 4 habitantes por unidade habitacional segundo Moretti (1997, p.136).

Em relação aos índices e conforme Cavalheiro & Del Picchia (1992) é importante comentar que está difundida e arraigada no Brasil a assertiva de que a ONU, ou a OMS, ou a FAO, considerariam ideal que cada cidade dispusesse de 12,00 m<sup>2</sup> de área verde/habitante. Nas pesquisas, feitas junto a essas Organizações, foi constatado que esse índice não é conhecido. Supõe-se então, que depois de muitos estudos realizados, esse índice se refira tão somente às necessidades de parque de bairro e distritais/setoriais, já que são os que, dentro da malha urbana, devem ser sempre públicos e oferecem possibilidade de lazer ao ar livre.

Tabela 10 - Área verde disponível em função da densidade

<b>Densidade</b>		<b>10% de área verde</b>		<b>15% de área verde</b>	
Unidades habitacionais por hectare	Habitantes por hectare	A.V. por unidade habitacional (m <sup>2</sup> )	A.V. por habitante (m <sup>2</sup> )	A.V. por unidade habitacional (m <sup>2</sup> )	A.V. por habitante (m <sup>2</sup> )
20	80	50,0	12,5	75,0	18,75
40	150	25,0	6,2	37,5	9,4
60	240	16,7	4,2	25,0	6,2
80	320	12,5	3,1	18,7	4,7
100	400	10,0	2,5	15,0	3,7
150	600	6,7	1,7	10,0	2,5
200	800	5,0	1,2	7,5	1,9

Fonte: Moretti, 1997, p.137.

Referindo-se ainda às praças, Ferrari (1977, p.612) cita que os jardins públicos das unidades residenciais e das unidades de vizinhança devem ter área de 1,00 m<sup>2</sup> por habitante,

enquanto os jardins públicos de zonas (setoriais) devem ter área de 8,00 a 9,00 m<sup>2</sup> por habitante. Guimarães (2004, p.245), entretanto cita que a praça deve distar 800 m das unidades residenciais.

Mas Moretti (1997, p.138) entende que “a reserva de áreas verdes nos empreendimentos habitacionais deve suprir a demanda por áreas de recreação infantil, praças e locais para prática esportiva, não incluindo, portanto o dimensionamento correspondente aos parques e reservas naturais”.

Os playgrounds também são considerados equipamentos de lazer. Ferrari (1977, p.617) dimensiona-os da seguinte forma: localizar-se na unidade de vizinhança, nas proximidades da Escola de 1º grau, atendendo crianças dos 5 aos 14 anos de idade, com uma área mínima de 1,21 ha para recreação ativa e 0,81 ha para recreação passiva, em um raio de influência de 400 a 600 m. O autor cita ainda que “cada ha de playground serve a 540 crianças na área ativa (área de jogos e brinquedos) e 5.000 habitantes na área passiva (espaço de descanso, áreas arborizadas) [...] um playground serve de 600 a 800 crianças ou 3.000 a 10.000 habitantes”.

Ainda segundo o autor, “Conforme citação de Gallion, obra citada, p.283 – têm-se as seguintes recomendações para dimensionamento de playgrounds, conforme a Associação Nacional de Recreação – A.N.R. – e o Urban Land Institute – U.L.I. – dos Estados Unidos”, ver tabela 11:

Tabela 11 - Dimensionamento de playgrounds

<b>POPULAÇÃO</b>	<b>Nº DE CRIANÇAS</b>	<b>A.N.R. (ha)</b>	<b>U.L.I. (ha)</b>
1.000	200	0,93	-
1.500	300	1,03	-
2.000	450	1,23	1,31
3.000	600	1,41	1,63
4.000	800	1,80	2,10
5.000	1.000	2,16	2,43
6.000	1.200	2,52	-

Fonte: Ferrari, 1977, p.617.

Atualmente, o cinema se tornou um estabelecimento muito utilizado para o lazer da população, principalmente a urbana. Segundo Ferrari (1977, p.620), a experiência brasileira determina o seguinte dimensionamento para os cinemas: devem localizar-se na unidade de vizinhança, setores ou centro metropolitano, ter uma área de 1,2 m<sup>2</sup> de terreno/espectador, onde cada unidade contenha de 600 a 1.000 lugares. Já de acordo com os padrões da Unesco

apud Yurgel (1983, p.32) de índices culturais, o número mínimo de assentos de cinema por 100 habitantes é de 2.

Em particular e a partir do Rio Grande do Sul, as Entidades Tradicionalistas também são consideradas equipamentos de lazer. Pois desde 1947, de acordo com Savaris (2006), quando em Porto Alegre, surgiu um núcleo constituído por jovens interioranos que de forma associativa, enraizada totalmente na vivência do gaúcho campesino, resultou na criação do 35 Centro de Tradições Gaúchas, em abril de 1948.

Isto aconteceu há pouco mais de 50 anos, hoje há mais de dois mil e quinhentos núcleos dedicados à cultura gaúcha. Somente no Rio Grande do Sul, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) congrega 1.475 entidades juridicamente constituídas e que, somadas, totalizam mais de um milhão e meio de sócios. Como atividades típicas são realizadas, em média, duzentos eventos tradicionalistas por semana, dos quais participam no mínimo cem pessoas e alcançam a dezenas de milhares, nos rodeios de maior envergadura.

Desta forma, os Centros de Tradições Gaúchas e os Salões Paroquiais serão considerados neste trabalho como Centros Culturais, pois são nesses estabelecimentos, localizados nas unidades de vizinhança e nos bairros, que se pratica de forma significativa a cultura gaúcha do Rio Grande do Sul e as integrações sociais e festivas das comunidades locais. Segundo Ferrari (1977, p.616), os Centros Culturais deverão ter área construída de 1.500 a 2.000 m<sup>2</sup> para 40.000 habitantes, ou seja, de 0,038 m<sup>2</sup> a 0,05 m<sup>2</sup> por habitante, servindo a população do Setor.

A estimativa de demanda por serviços de lazer segundo Guimarães (2004, p.194) é determinada por faixas de renda da população. Um modelo hierarquizado da implantação e localização dos serviços de lazer deve obedecer aos seguintes níveis:

- Nível global de macro área: parques regionais, navegação de lazer, camping, etc;
- Nível de núcleo urbano: centros sociais urbanos, praças, etc;
- Nível de vizinhança: áreas verdes, passeios, jogos infantis, etc.

Assim, para se realizar o estudo comparativo dos Equipamentos de Comunitários de Lazer dos setores urbanos selecionados para este trabalho, organizou-se uma tabela síntese dos referenciais citados pela norma e pelos autores, que balizaram os referenciais bibliográficos desta pesquisa. Buscou-se estabelecer um denominador comum entre os padrões colocados pelos diversos autores, considerando-se que em muitos casos, a situação era repetitiva, permitindo uma avaliação objetiva dos resultados obtidos:

Tabela 12 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Cultura, Lazer e Esporte

 <b>EQUIPAMENTOS DE LAZER</b>	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.	
<b>CENTROS CULTURAIS</b>			
Área construída	400 m <sup>2</sup> p/ cada 6.000 habitantes		
<b>PRAÇA</b>			
Área de terreno	4,5 m <sup>2</sup> / habitante		
Raio de abrangência	≤ 800 m		
<b>PLAYGROUND</b>			
Área de terreno	2,02 ha		
Raio de abrangência	≤ 600 m		
Estado de Conservação			
<b>RESULTADO FINAL</b>			

Fonte: Autora, 2006.

#### 2.4.6 Equipamentos de Esporte

Segundo o Programa Esporte e Lazer da Cidade do Ministério dos Esportes (2006), o esporte pela sua dimensão recreativa, dissociada da busca do rendimento, encontra juntamente com o lazer a possibilidade concreta de expressão, “é, portanto, no tempo e no espaço do lazer que as manifestações culturais - o esporte dentre elas - podem ser vivenciadas por todos”.

Valter Bracht seguindo o caminho trilhado pelo Ministério entende ser o esporte “uma prática social situada no quadro da cultura corporal surgida no âmbito da cultura européia, por volta do século XVIII, com caráter competitivo”. Por ser fruto de convenções edificadas e difundidas ao longo da história, o esporte teve sua construção teórico-prática estabelecida de diferentes formas, cuja execução, repousa essencialmente sobre a idéia de luta contra um elemento definido: uma distância, uma duração, um obstáculo, uma dificuldade material, um perigo, um adversário. Assim o termo Esporte Recreativo:

[...] expressa, na adjetivação do conceito de Esporte, a compreensão de que em sua realização deve prevalecer o sentido lúdico caracterizado pela livre escolha, busca da satisfação e construção, pelos próprios sujeitos envolvidos, dos valores ético-políticos a se fazerem presentes na sua objetivação. O Esporte Recreativo se realiza em limites temporais e espaciais do lazer como expressão de festa e alegria. Por meio dele o ser humano só, em pequenos grupos ou em multidão, vivencia situações esportivas lúdicas e prazerosas.

A Carta de Atenas (GONZALEZ, 1994, p.46) ao estabelecer o planejamento através das unidades de habitação e bairros das cidades, coloca que todo o bairro de habitação daqui a diante deve comportar a “superfície verde necessária para a disposição racional dos jogos e desportos infantis, dos adolescentes e adultos”.

Ferrari (1977, p.618), no entanto, estabelece diretrizes de implantação e dimensionamento dos equipamentos de esportes:

- Campo de esporte: deve localizar-se no setor, atender usuários de 15 a 20 anos (parte ativa do campo), em uma área mínima de 4,00 ha para recreação ativa e de 2,00 ha para recreação passiva, em um raio de influência de 800 a 2.400 m, sendo que 1 ha de campo de esporte serve a 710 jovens e a uma população que varia de 5.000 a 15.000 habitantes, e um campo de esporte (4,00 ha + 2,00 ha = 6,00 ha) serve de 1.000 a 4.000 jovens e de 10.000 a 50.000 habitantes;
- Estádios desportivos: deve estar localizado na metrópole (cidade - diversos setores), atender jovens e adultos em uma área mínima de 12,00 ha, em um raio de influência de 8.000 a 16.000 m, servindo a aproximadamente 500.000 habitantes.

Segundo Guimarães (2004, p.245) o campo de esporte deve se localizar a 1.600 m das unidades residenciais que o mesmo atende.

Neste contexto, pelas Leis e vários autores citados tratarem especificamente da implantação dos Equipamentos Comunitários Esportivos, com parâmetros de implantação e dimensionamento muitas vezes próximos, fez-se uma análise de quais seriam os índices mais adequados a serem aplicados nos equipamentos implantados nos bairros do estudo. Chegou-se deste modo em um denominador comum dos padrões colocados pelos diversos meios, nas seguintes tabelas de análise para os Equipamentos Comunitários de Esporte:

Tabela 13 – Tabela síntese para implantação e dimensionamento dos Equipamentos de Esportes

 <b>EQUIPAMENTOS DE ESPORTE</b>	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.	
<b>Área construída</b>	4,00 ha para recreação ativa 2,00 ha para recreação passiva		
<b>Raio de influência</b>	de 800 a 2.400 m		
<b>População</b>	1 ha de campo de esporte serve a uma população que varia de 5.000 a 15.000 hab.		
<b>Estado de Conservação</b>			
<b>RESULTADO FINAL</b>			

Fonte: Autora, 2006.

## 2.5 PASSO FUNDO COMO ESTUDO DE CASO

### 2.5.1 A Produção do Território

Sobre a região que abrigou povos missioneiros, e posterior percurso tropeiro, a formação efetiva do núcleo que originou Passo Fundo teve suas bases no começo do século XVII. Uma planta de 1853 (Figura 6) foi o primeiro registro da Freguesia do Passo Fundo.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo: reimpressão, Aldeia Sul (2000), apud Gosch, 2002, p.25.

Figura 6 - Freguesia de Passo Fundo em 1853

De acordo com GOSCH (2002, p.28):

Por conta do seu significativo aumento populacional e de uma vida econômica mais ativa, Passo Fundo foi reconhecido como município, sendo desmembrado de Cruz Alta, em 28 de janeiro de 1857, através da lei nº 340. A instalação e posse da Câmara Municipal no dia 7 de agosto do mesmo ano, apenas 10 anos após a constituição de Passo Fundo como freguesia, demonstra o reconhecimento do seu potencial pelo governo da Província para, como futuro município, integrar com destaque, a rede urbana então em formação.

Segundo o autor, em 1914, a área urbana de Passo Fundo já contava com 4.000 habitantes, 500 hectares, contanto com 600 prédios construídos. Entre esses prédios já estavam edificadas a Intendência Municipal (atual Museu Histórico Regional), a Igreja Matriz (então em

construção), a Capela de São Teodoro (hoje demolida), o Clube Pinheiro Machado (atual Teatro Municipal), a Sociedade Iolanda Margherita (atual Clube Caixerl Campestre), a Loja Maçônica Concórdia do Sul (demolida) e a Estação Férrea.

Ainda conforme Gosch (2002, p.11), que em 1919, foi concluído o primeiro Plano Diretor para a cidade de Passo Fundo, justificado pela importância da cidade na região, que atraía investimentos técnicos e econômicos, que melhor aproveitavam suas potencialidades e dava um novo impulso a sua expansão. O plano, voltado basicamente para o saneamento urbano, foi elaborado pelo engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito.

Foi a partir dos anos 30 do século XX, a região do Planalto, polarizada por Passo Fundo passa a ser marcada por profundas transformações, que atingem os setores produtivos, as relações sociais e a organização espacial da comunidade. Estas transformações afetam especialmente o crescimento da população urbana em contraponto a uma já significativa redução da população rural. De acordo com Kalil et al. (1998, p.40):

A crise do modelo agroexportador da organização econômico-social, deu lugar a profundos processos de transformação na economia e na sociedade brasileira: a industrialização, a criação do mercado interno, a modernização, o desenvolvimento de grupos e classes baseadas em interesses urbanos, o papel dos mesmos nos rumos da atividade política, as migrações e a urbanização acelerada.

É neste período em que se inicia o processo de expansão propriamente dito, do núcleo urbano da cidade de Passo Fundo. Segundo Oliveira (1990, v.1, p.101) em 1940, em termos populacionais, a cidade contava com 27.019 habitantes. Destes, 17.207 no meio urbano e 9.812 no meio rural, revelando um crescimento de 16,70% ao ano, ao longo de três décadas. Ao mesmo tempo, pode-se constatar que a população da cidade representa 21,47% do total da população do município, que estava em 80.138 habitantes.

A partir de 1940, o crescimento econômico e populacional mostra-se expressivo, incrementado pela migração campo-cidade. Segundo Gosch (2002, p.11), coube ao poder público municipal, neste momento, buscar a ordenação do crescimento urbano. Desta forma, em 1953, foi concluído o Primeiro Plano Diretor de Passo Fundo, propondo para a cidade, uma forma de ocupação condicionada. Se não estabeleceu índices urbanos de intensidade de ocupação, direcionou a expansão urbana, estabeleceu limites e ordenou as atividades comerciais, industriais e residenciais. De autoria dos urbanistas Edvaldo Paiva e Francisco

Macedo e dos arquitetos Demétrio Ribeiro e Edgar Graeff, o plano priorizou a implantação de áreas verdes e a localização de grandes equipamentos urbanos de uso coletivo.

Contata-se que na história e registro da evolução urbana de Passo Fundo, é apenas em meados do século XX, que os equipamentos de uso comunitário passam a fazer parte da legislação e do contexto urbano planejado.

De acordo com Kalil et al. (1998, p.59) “[...] O salto no incremento urbano foi dado na década de 1970, passando dos 20,81% registrados pelo Censo de 1970 para índices superiores a 40% em 1980”. Conforme se observa na tabela 1, em meados dessa década ocorreu o que se pode chamar de urbanização generalizada, ou ponte de inflexão: a população urbana superou a população rural.

Tabela 14 - População do Estado e da Região dos últimos 50 anos

ANO	POPULAÇÃO					
	ESTADO			REGIÃO		
	Urbana	Rural	%	Urbana	Rural	Grau Urb. %
1950	4.164,821	546,717	13,12	110,242	446,777	18,33
1960	5.448,823	716,254	13,14	186,232	529,985	26,00
1970	6.666,891	831,532	12,47	256,242	574,708	20,81
1980	7.773,837	865,187	11,12	372,457	487,493	43,04
1991	9.135,479	900,826	9,86	510,196	390,630	56,63

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1950 a 1991, apud Kalil et al. (1998, p.60).

Neste sentido, e de acordo com Gosch (2002, p.12), justificou-se a necessidade de se repensar à expansão urbana de Passo Fundo, a fim de buscar novos caminhos e alternativas com um planejamento que orientasse o desenvolvimento do município como um todo. Desta forma, em 1979 foi realizado o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), agora já elaborado por uma equipe técnica própria da Prefeitura Municipal de Passo Fundo, por meio do então, Gabinete de Planejamento e Coordenação (GAPLAC). “A partir do estabelecimento das leis e diretrizes do plano, aprovado somente em dezembro de 1984, a configuração espacial da cidade passou por grandes transformações, decorrentes da intensa verticalização que ocorreu na área central”.

Para Diehl (1998, p.149):

Pela ausência de um planejamento urbano, na gênese do município, a cidade cresceu desordenadamente. Mesmo com algumas iniciativas contemporâneas, não foi possível conter a explosão demográfica da periferia. Diante dessa conjuntura, cabia à comunidade passo-fundense, conjuntamente com o poder público, com vistas a um desenvolvimento urbano coerente, planejar a oferta de infra-estrutura mínima que favoreça a periferia quanto ao saneamento básico, sistema viário de acesso, iluminação pública, áreas de lazer, ordenamento de espaço físico e acesso à escolarização.

Mas contrariamente aos aspectos abordados por Diehl (1998), Gosch (2002, p.139) observa que as lideranças buscam revelar outros aspectos:

Outro fato relevante na década de 1990, foi à consolidação de vários eventos, que projetaram a cidade no âmbito cultural-turístico brasileiro e sul-americano. Entre os grandes eventos constantes no calendário da cidade, podemos citar: Exposição Feira Industrial, Comercial e Agropecuária; Jornada Nacional de Literatura; Festival Internacional de Folclore; Rodeio Internacional; Seminário Internacional de Plantio Direto, Jornada Nacional de Medicina, entre outros, o que indica que Passo Fundo é cada vez mais, uma cidade de eventos.

Portanto, no início do século XXI, Passo Fundo é uma cidade com uma população estimada de 185.279<sup>1</sup> habitantes (Figura 7), considerada um pólo de desenvolvimento sócio-econômico, com localização privilegiada, na rota do Mercosul. De acordo com Dal Moro, Kalil e Tedesco (1998, p.7), localizada sobre uma região de produção primária, pioneira nas redefinições técnico-econômicas do modo de produzir no meio rural, caracterizando-se por um conjunto de premissas:

- Migração intensa do rural ao urbano;
- Rápida expansão urbana;
- Pólo regional de desenvolvimento;
- Mudanças nas atividades econômicas;
- Concentração das contradições sociais e econômicas.

---

1 População estimada para 2005, segundo IBGE.



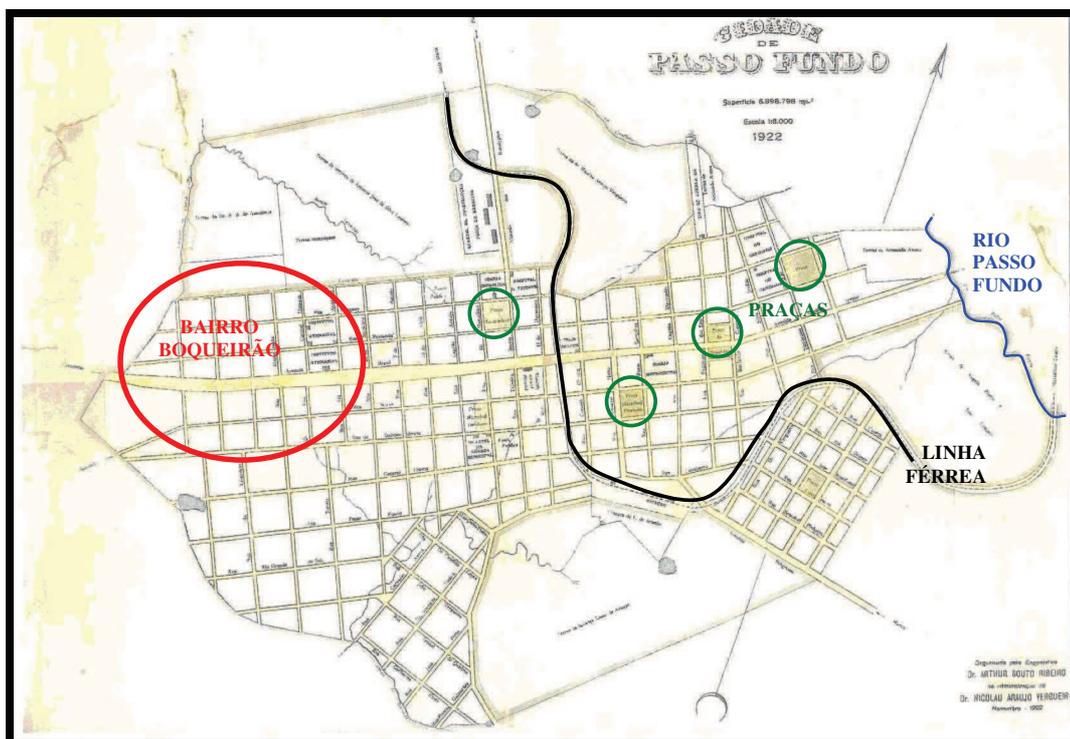
Fonte: Arquivo Foto Czamanski.

Figura 7 – Vista aérea de Passo Fundo em 1996.

### 2.5.2 A Estruturação Urbana: centralidade x periferias

O crescimento do núcleo urbano de Passo Fundo deu-se, basicamente a partir do início do século XX com a exploração da madeira. A região era generosa em cobertura vegetal de matas pinheirais. O assentamento original da cidade, sobre o antigo caminho das tropas, deu-se na região do atual Bairro Boqueirão, e sobre a Avenida Brasil, avançou gradativamente em direção a estrada de ferro, ponto de travessia do rio Passo Fundo para o leste do Estado e caminho de acesso para o centro do país. De acordo com Dal Moro (1998, p.94) era aí, ao longo da via férrea, que estavam localizadas as serrarias, os depósitos e as indústrias de madeira, próximos aos quartéis, em direção a Carazinho.

Conforme Diehl (1998, p.99) em 1907, o distrito sede de Passo Fundo contava com 4.000 habitantes, e neste período o poder público preocupou-se com a malha urbana e com alguns equipamentos de uso comunitário como as praças e logradouros (Figura 8), destinando em 1908 uma área de terra para a Praça Marechal Floriano, que depois de cercada, só foi ajardinada e equipada com bancos em 1920.



Fonte: Gosch, 2002, anexo 05.

Figura 8 - O Município do Passo Fundo em 1922

De acordo com Dal Moro et al. (1998, p.95).

Em 1922, o perímetro urbano abrangia uma área de 6,89 Km<sup>2</sup>, com inúmeros logradouros já demarcados e nominados. Constatava-se a expansão do núcleo central no sentido leste, até o rio Passo Fundo, e, no sentido sudeste, em direção a Marau. Observava-se também o surgimento da vila Rodrigues, da vila Luiza, no lado sul, e o alargamento da faixa urbanizada ao longo da avenida Brasil.

Com a construção de edifícios públicos e de praças, em 1925, com a mesma intenção dos anos anteriores, buscou-se o embelezamento da Praça Tamandaré com a construção de um quiosque para encontros sociais, foram definidos os canteiros e a colocação de uma bomba para depósito e distribuição de água. Em 1926, foram calçadas as ruas que contornam a praça e os passeios revestidos de mosaicos, pois esta área passou a ser um local importante para o uso público da comunidade.

Ainda, segundo Diehl (1998, p.98 e 148):

Na área urbana do município, destacava-se que o núcleo central e seu entorno receberiam melhorias na infra-estrutura, calçamento, iluminação pública e abastecimento de água, coleta de lixo, ampliação da rede escolar, juntamente com a assistência social. O setor de construção civil crescia e renovava a paisagem urbana, embora isso não significasse que a expansão urbana tivesse ocorrido de modo ordenado e harmonioso [...].

Paralelamente, a malha urbana teve crescimento na direção do *passo*, com a construção da estrada que liga Passo Fundo a Lagoa Vermelha e Vacaria. Em relação a expansão urbana, Dal Moro et al. (1998, p.95) observa:

Em 1928, surgiu a vila Petrópolis, grande loteamento a leste da ponte sobre o rio Passo Fundo, o qual, porém, não foi ocupado imediatamente, devido à sua distância do centro. Também houve uma tendência de ocupação dos vazios ao redor do centro, nas baixadas ao sul e ao norte da avenida Brasil, como é o caso dos novos bairros denominados vila Luiza e vila Carmem, ao sul, e vila Vergueiro, vila Fátima e vila Vera Cruz, ao norte, essas já em região elevada.

De acordo com Gosch (2002, p.52), na década de 30, ocorre uma importante mudança estrutural na ordenação da malha urbana da cidade: a região periférica à estação ferroviária passou a concentrar praticamente toda atividade urbana (serviços, comércio e lazer), abrigando o comércio atacadista, os depósitos de madeira e depois as indústrias (cervejaria, metalúrgicas, fábricas de carrocerias), atraídas naturalmente, para as proximidades do trem e do escoamento de produtos e do recebimento de insumos. Deslocou-se desta forma, o antigo centro que se localizava junto ao bairro Boqueirão, e que se ampliava ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual Praça Marechal Floriano, onde se desenvolveu o pólo comercial e financeiro de Passo Fundo, fazendo surgir uma nova área de atração dinamizada pela Igreja Matriz, construída na colina onde atualmente se localiza a Catedral Nossa Senhora Aparecida.

De 1940 a 1950, os dados do IBGE apud DAL MORO et al. (1998, p.93), registram uma população de mais de 35 mil habitantes para o município. Deste modo, a partir de meados do século XX, espaços distantes e periféricos ao centro da cidade foram sendo ocupados pela população, surgindo novos bairros como o bairro São José (1955), assentado sobre antigas propriedades rurais ao nascente do núcleo urbano central.

Neste sentido, Paiva e outros apud Dal Moro et al. (1998, p.94), coloca que os anos 50

foram marcados pelo intenso assentamento habitacional das vilas e bairros periféricos da cidade, além da relocação de setores do comércio atacadista e das madeireiras, que buscavam ocupar áreas mais altas dentro do espaço urbano.

Em função desta nova localização das indústrias madeireiras, surgiu a vila Rodrigues, como núcleo residencial operário, localizado ao sul da ferrovia, em zona alta. Também a zona da encosta norte, próxima à cervejaria (antiga Brahma), passou a ser ocupada por residências de proletários, instaladas em terrenos de má qualidade.

Em relação ao assentamento de vilas operárias, Dal Moro et al. (1998, p.97) observa que:

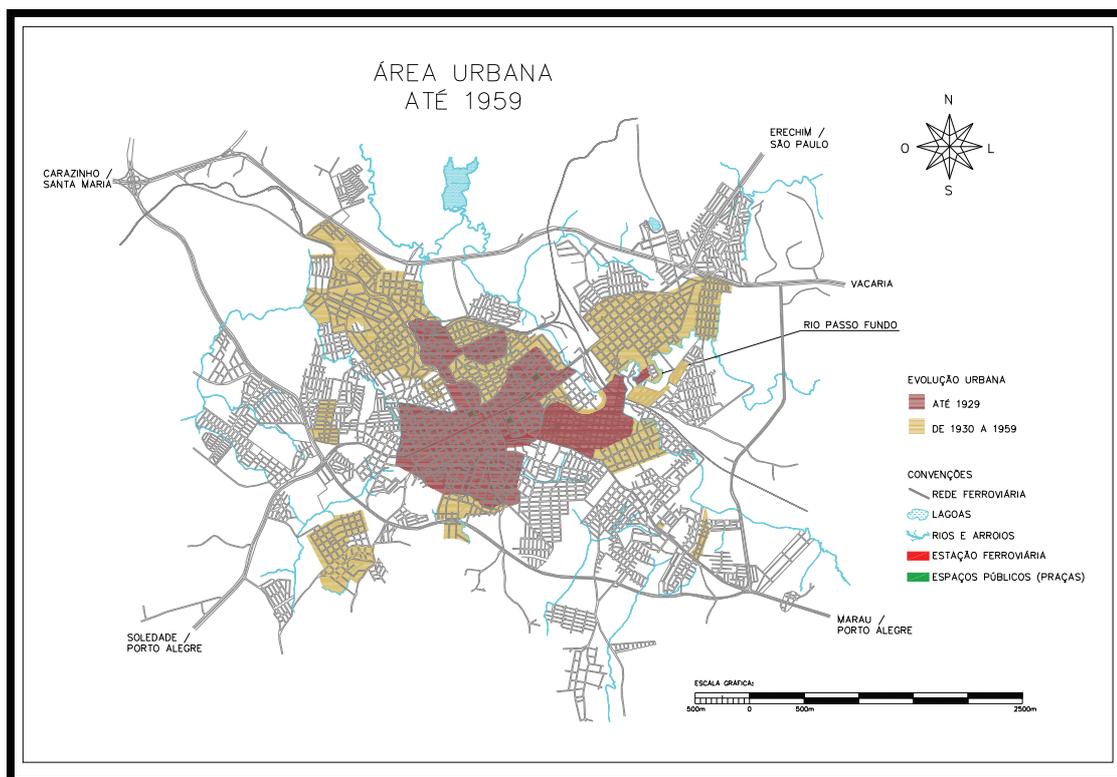
No caso específico do bairro São José, como anteriormente da vila Petrópolis, o contexto econômico-político do período parece ter influenciado sobre – maneira no estabelecimento de um empreendimento imobiliário nos subúrbios da cidade. O capital imobilizado, representado pelas terras próximas à cidade, e o capital industrial vindo do centro do país combinam-se para propiciar condições de infraestrutura e de mão-de-obra necessárias para a instalação de inovadora indústria química – o denominado Instituto Pinheiros – em Passo Fundo.

A autora comenta que “as transformações físicas do espaço urbano da cidade e de seus bairros, não ocorrem por si só, mas são produto, ou até mesmo produtoras de transformações socioeconômicas no meio rural e urbano”, ou seja, a organização territorial da área urbana de Passo Fundo refletia as características e o contexto da comunidade local, expondo os resultados dos diversos interesses econômicos, sociais e culturais de cada etapa deste processo.

Para Gosch (2002, p.101) a área urbanizada do município era de 1400 hectares, incluindo os novos loteamentos. Do total desta área, a parte mais densa ocupava cerca de 80 hectares, distribuídos no entorno da área central.

Documentando esta evolução urbana, o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo, de 1953, apresenta em seu texto e plantas o processo de urbanização e de expansão das décadas iniciais do século XX. Nestas cartas pode-se constatar:

- O traçado xadrez da malha inicial, estendia-se aos novos loteamentos que iam surgindo, como resultado do parcelamento das propriedades rurais localizadas ao redor da área central (Figura 9).



Fonte: Gosch, 2002, anexo 06.

Figura 9 - Área urbanizada até 1959

- O comércio varejista e os serviços encontravam-se localizados no centro tradicional, enquanto as atividades industriais e o comércio de maior porte estavam locados ao longo das principais vias de acesso: Avenida Brasil, Avenida Progresso (depois Mauá) e a atual Avenida Presidente Vargas e junto à via férrea, atual Avenida Sete de Setembro, onde se localiza a estação ferroviária.

Mas é no final do século XX, que o município de Passo Fundo sofre talvez, seu maior impacto territorial através da perda de grandes áreas através das emancipações. Entre os anos de 1970 e 1991, o município tem sua área reduzida em 300 Km<sup>2</sup>, passando de 1.991,00 Km<sup>2</sup> em 1970 para 1.664,00 Km<sup>2</sup>. No entanto, os índices de crescimento demográfico continuaram ascendentes: a população urbana variou de 25,68% em 1940, para 93,20% em 1991, passando de 20.584 para 137.201 habitantes. Os dados demonstram que a população passofundense é eminentemente urbana.

Neste período favorecido pela implementação do Plano Diretor de 79, que objetivava conter a expansão dentro da área formada pelas vias perimetrais sul e leste e, buscava através da regulamentação de uso do solo, uma nova imagem para a cidade, que deveria consolidá-la

como capital regional em nível estadual, a cidade se verticalizou significativamente, e em especial, sobre sua área central, incrementando também, sua expansão urbana horizontal com a criação de 38 novos loteamentos para as classes operárias aprovados pela prefeitura municipal entre os anos de 1984 a 1999. Conforme Gosch (2002, p. 128):

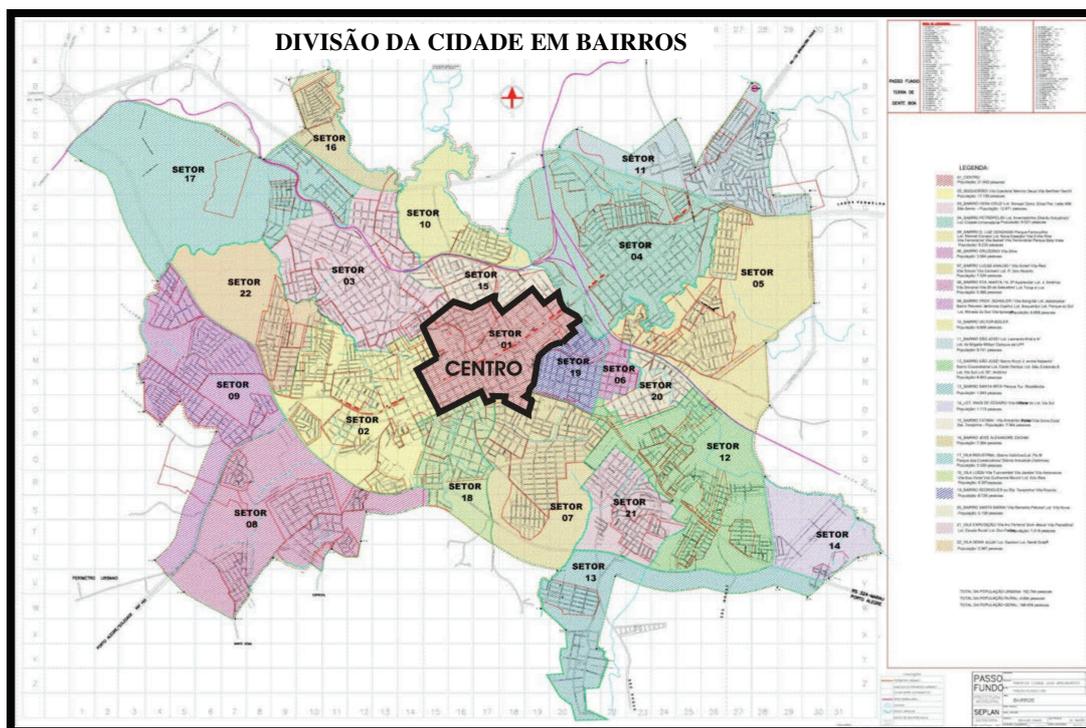
Podemos constatar que a partir do Plano de 1979 a cidade ganha uma nova escala, rompendo definitivamente com as formas do passado. São construídas as primeiras galerias comerciais e de prestação de serviços. É uma nova tipologia que, concomitante com utilização de materiais industrializados como o vidro e o alumínio, proporciona uma nova imagem para Passo Fundo: fachadas envidraçadas e prédios para habitação coletiva com até vinte pavimentos, causando um grande impacto na morfologia urbana da cidade.

Esta implantação de um número elevado de novos loteamentos em pouco mais de 10 anos teve como objetivo disponibilizar 5.177 lotes para ocupação urbana, atendendo a grande demanda promovida pela migração do campo para a cidade, iniciada ainda, nos anos 70. Ampliou-se desta forma, a cidade em mais de 2.401,052 m<sup>2</sup> de área urbanizada.

Mas de acordo com Gosch (2002, p.142) “a periferia se expandiu, no entanto, desprovida de infra-estrutura adequada, ficando marcada pelas ocupações irregulares, a poluição hídrica, pelo lixo doméstico e pela falta de saneamento básico”.

Em 2006, o município de Passo Fundo, conta com uma população de 186.000 habitantes, e revisando o Plano Diretor de 79, busca organizar sua área urbana através da formalização dos bairros já existentes na cidade. Neste sentido, a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Passo Fundo aprova a Lei Complementar nº 143 de 21 de junho de 2005, que se apresenta nos seguintes termos (Figura 10):

[...] a delimitação dos limites territoriais dos Bairros, Vilas e Loteamentos do Município de Passo Fundo, que leva em conta as características históricas, culturais e sociais de cada comunidade, respeitando ainda os limites do perímetro urbano, os eixos viários das rodovias e ferrovias, bem como imposições naturais de caráter geográfico tais como rios, sangas e demais cursos d'água e desníveis acentuados, observado, ainda, as disposições desta Lei e as legislações federal e estadual pertinentes. Parágrafo único: Considera-se bairro, para efeitos desta Lei, cada uma das divisões territoriais da Cidade, legalmente constituída e localizada dentro do perímetro urbano.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 10 - Bairros ou Setores da cidade de Passo Fundo, em 2006, sem escala

De acordo com Gosch (2002, p.9) em pouco menos de 150 anos, a cidade de Passo Fundo ganhou contornos de capital regional no Planalto Médio do Rio Grande do Sul, sendo obrigada a absorver as demandas sociais e de infra-estrutura desta transformação, registrando em seu território, os processos que induziram significativos impactos na área urbana, como resultado do planejamento e do desenvolvimento econômico associado ao crescimento demográfico.

Fica registrado também, que o crescimento, verticalização e implementação de equipamentos urbanos demandados pela comunidade, foram implantados isoladamente deste contexto, e ainda sem critérios de implantação e dimensionamento, ou seja, de planejamento, que deveria ser pensado para a cidade como um todo, propondo a existência e funcionalidade de um sistema municipal com qualificados espaços livres, públicos e comunitários.

### 3 MÉTODOS E MATERIAIS

Este trabalho de pesquisa teve como objetivo verificar, analisar e questionar os equipamentos de uso comunitário existentes na cidade de Passo Fundo, cidade de porte médio, localizada no planalto médio do Rio Grande do Sul.

Para se alcançar o objetivo proposto nessa investigação, utilizou-se a seguinte metodologia de trabalho:

- Revisão de bibliografia sobre o tema; Análise da legislação vigente sobre a implantação e dimensionamento dos equipamentos comunitários;
- Definição dos equipamentos comunitários a serem pesquisados;
- Síntese dos parâmetros extraídos do referencial bibliográfico, para estabelecer estudo comparativo frente ao material coletado na pesquisa de campo;
- Identificação e justificativa dos setores a serem pesquisados, na cidade de Passo Fundo;
- Verificação, por setor, da disponibilidade desses equipamentos comunitários, frente à demanda populacional;
- Pesquisa e análise sobre as relações existentes entre a provisão desses equipamentos (postos de saúde, escolas, creches, praças para lazer e recreação, etc) e o modo de como os moradores dos setores avaliam esta disponibilidade;
- Discussão da validade dos parâmetros de implantação e dimensionamento especificado pelos autores pesquisados e pelas Leis que tratam do assunto.

Para dar prosseguimento ao trabalho, foram definidos os equipamentos comunitários que serão analisados em cada setor:

- **Os Equipamentos de Saúde:** na realização da pesquisa, foram considerados como equipamentos de saúde, os postos de atendimento, os ambulatorios, os centros de atendimento integrado á saúde (CAIS), ou seja, todos aqueles equipamentos em nível local, que pratiquem a saúde pública, como campanhas de vacinação, prevenção, etc.

- **Equipamentos de Educação:** em relação aos equipamentos de educação, foram considerados para esta pesquisa os espaços e os equipamentos de educação de nível básico, infantil ou fundamental, espaços que incluem as escolas públicas municipais e estaduais, as creches comunitárias e áreas para educação infantil, ou seja, os equipamentos institucionais que desenvolvam a educação e o interesse pelo saber de toda a população em nível local;
- **Equipamentos de Segurança:** a prevenção do crime e da violência são tarefas do município, que deve trabalhar em parceria com os agentes responsáveis. Desta forma, foram considerados equipamentos de segurança os postos policiais, que devem tratar, em nível local, da segurança pública de determinado setor;
- **Equipamentos de Cultura e Lazer:** são equipamentos com destinação diferenciada, como uma praça dotada de área verde, oficinas de artesanato, anfiteatros, bibliotecas, ou seja, são os espaços de permanência para as conversas e encontros, participação, expressão popular e apresentações. Nesta pesquisa, foram considerados como equipamentos de cultura e lazer os espaços que promovem o desenvolvimento social e cultural dos moradores, como forma e instrumento de promoção e qualificação da cidadania. Conforme já colocado, também foram considerados equipamentos de cultura e lazer, os centros paroquiais, os centros de tradição gaúcha e os equipamentos culturais, justamente por promoverem e atenderem tal demanda.
- **Equipamentos de Esporte:** por mais que os equipamentos de esportes tenham características recreativas, merecem uma atenção diferenciada perante os de lazer, pois são os estabelecimentos esportivos que proporcionam a prática dos jogos e da atividade física, independente da faixa etária. Assim, serão considerados como equipamentos esportivos, os campos de esportes e os estádios desportivos que tratem do atendimento público.

### **3.1 CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DOS SETORES URBANOS A SEREM PESQUISADOS**

A cidade de Passo Fundo foi escolhida como estudo de caso desta pesquisa. Embasando os critérios para seleção da mesma, está o fato de ser uma cidade de porte médio, reconhecida

como um dos maiores pólos biomédicos da região sul, ser o lócus desta instituição de ensino e pesquisa e comportar equipamentos comunitários significativos.

Dos vinte e dois setores em que se encontra dividida a área urbana do município de Passo Fundo, foram selecionados três setores para a implementação da pesquisa de campo.

Tal seleção se justifica em função da disponibilidade, quantidade e qualidade dos dados que se puderam obter junto a Prefeitura Municipal de Passo Fundo sobre os setores, criados através da Lei complementar nº 143 de 21 de junho de 2005.

Contribuíram também, na seleção dos setores, as informações avançadas de cada um deles, oriundas do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística de Passo Fundo (IBGE), que puderam apontar características específicas como: sexo, escolaridade e renda mensal dos habitantes de cada setor.

Buscou-se ainda, para a seleção dos setores a serem pesquisados, informações que pudessem distinguir a comunidade residente, por nível de renda e poder aquisitivo, enriquecendo as informações a serem extraídas da pesquisa e conseqüente análise comparativa entre os mesmos.

Na Figura 11, estão assinalados os setores que serão analisados nesta pesquisa, setores distintos por diferentes níveis sócio-econômicos:

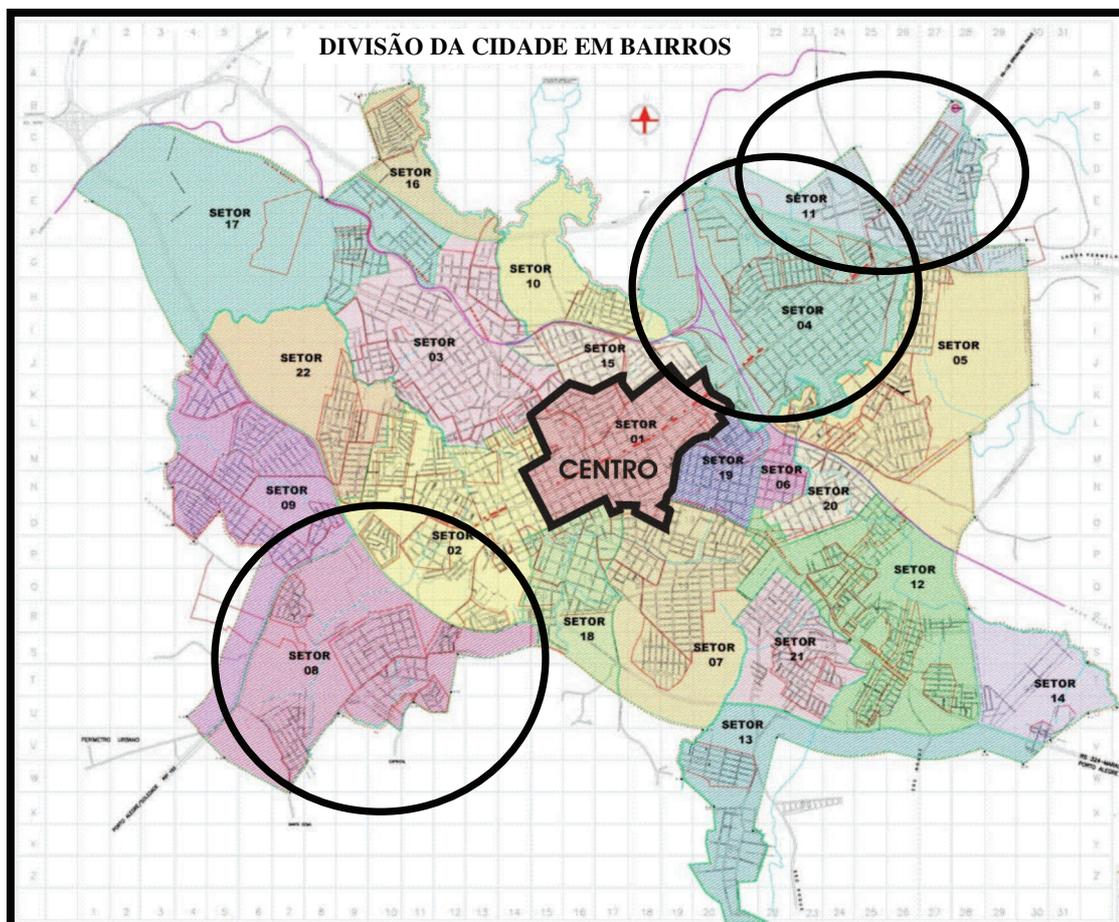
- SETOR Nº 04 - Região do Bairro Petrópolis;
- SETOR Nº 08 - Região do Bairro Santa Marta;
- SETOR Nº 11 - Região do Bairro São José.

É importante lembrar que como metodologia inicial da pesquisa, partiu-se para a aplicação dos métodos do estudo em um Projeto Piloto, para que a partir deste, fossem apontados as possíveis falhas do levantamento e assim analisados de forma correta e definitiva os demais setores.

Deste modo, o Projeto Piloto foi aplicado no Setor 8 – Região do Bairro Santa Marta. Escolhido este primeiramente, por ser o que possuía a menor população residente dos três que foram analisados no decorrer do trabalho.

Uma das alterações necessárias feitas após a implantação do Piloto foi no questionário, pois quando questionados em qual Equipamento Comunitário os moradores considerariam o Templo, estes só tinham como possibilidade de resposta: “Cultura, Lazer, Não Sabe ou

Outro”, ou seja, eles não tinham como alternativa “Religioso (Cultural)”. Então, ou eles responderiam “Outro” ou acabavam optando por “Cultura”, como foi o caso. Isto significou uma indução da resposta, que foi então modificada nos questionários aplicados posteriormente.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 11 - Mapa da cidade de Passo Fundo/RS, sem escala.

### 3.2 METODOLOGIA PARA ESTUDO COMPARATIVO: SÍNTESE BIBLIOGRÁFICA

Considerando-se que o termo “Setor”, foi definido pela Prefeitura Municipal de Passo Fundo, para identificar os bairros do núcleo urbano do município, e os referenciais abordados pelas normas e os autores na Revisão de Literatura utilizam termos diversos para

expressar os mesmos conteúdos, buscaram-se definir termos únicos, em relação á estrutura urbana da cidade, para melhor entendimento da pesquisa.

Neste sentido, constatou-se que dentre os autores analisados, os que trataram do assunto de forma mais específica foram Ferrari (1977), Calthorpe (1993) e Gonzalez (1994). Ainda que Ferrari (1977) seja o referencial mais antigo, é o autor que de forma mais detalhada refere-se a dados de organização da estrutura urbana da cidade.

Mattos (1952, p. 90) diz que as unidades de vizinhança e os bairros formam subcentros para a cidade, “promovendo uma descentralização orgânica que evita a congestão central e facilita a expansão harmônica da cidade”. Gonzalez (1994, p.88 e 89), no entanto, diz que a unidade de vizinhança “é polarizada por um centro onde se localizam os equipamentos de uso mais imediato ou diário, formando uma célula integradora da comunidade”, enquanto o bairro é “composto pela associação de quatro a seis unidades de habitação que são polarizadas por um centro onde estão localizados os equipamentos de uso periódico com certa especialização, formando um organismo mais amplo e integrador da comunidade”.

Logo, comparando-se as características das áreas e dos equipamentos que serão analisados na pesquisa de campo desse Projeto, com os referenciais bibliográficos de Ferrari, Calthorpe e Gonzalez definem-se como elementos da estrutura urbana da cidade de Passo Fundo a serem pesquisados, os seguintes termos:

 **Setor:** em Passo Fundo, terminologia que define uma comunidade ou região dentro da cidade ou município. São áreas urbanas do município, que têm um papel apenas de localização, sem função administrativa específica. Conforme Santos (1988, p.116), os bairros, “no tratamento cotidiano, não são bem definidos nem seguem padrões rígidos”. Em tempos antigos, estes correspondiam à organização das paróquias da Igreja Católica, pois cada paróquia tinha seu templo e seu santo, onde se organizavam em torno deles, outras facilidades como feiras e mercados. Para o autor, este é ainda, o elemento estruturador da cidade composto por um conjunto de unidades de vizinhanças, de loteamentos, vilas ou distritos. Desta forma e neste trabalho, serão considerados **setores**, os bairros da cidade de Passo Fundo.

São características do Setor:

- **População:** os setores em estudo têm uma população entre 5.360 e 9.521 habitantes, como a Região dos **Bairros** Santa Marta e Petrópolis, respectivamente. Segundo Ferrari (1977, p.303) um Bairro ideal deverá ter uma população entre 3.000 e 15.000 pessoas;

- **Habitações:** Segundo Ferrari (1977, p.303), o número de habitações ideais para o Bairro fica entre 600 a 3.000 unidades. Logo, os dados dos setores que serão pesquisados identificam 1.412 e 3.029 domicílios na Região dos Bairros Santa Marta e Petrópolis, respectivamente;
- **O Raio de abrangência:** o equivalente a cinco unidades de vizinhança (FERRARI, 1977, p.303), no entanto segundo Santos (1988, p.123) são nove unidades de vizinhança; 64 e 100 ha de acordo com Gonzalez (1994, p.88) entendendo como Unidade de Vizinhança:



**Unidade de vizinhança:** área resultante da reunião de várias unidades residenciais, que através de sua configuração urbana propicia a convivência e os contatos sociais, além da existência de serviços de venda a varejo, que atendam o comércio diário, e abriguem espaços de usos públicos para entretenimento e recreação. Ela tem como característica, ser estruturada internamente, por vias locais, garantindo a escala e o convívio local. Segundo Mattos (1952), estes conjuntos residenciais são dimensionadas por critérios de densidade demográfica relacionada com a população em idade escolar que permitiria o funcionamento de uma escola primária. O bairro seria composto pela associação de seis unidades de vizinhança utilizando-se critérios geográficos e populacionais. Conforme Campos Filho (1999, p. 88) as unidades de vizinhanças são aquelas que devem “reproduzir, tanto quanto possível, a qualidade de vida das pequenas cidades”.

São características da Unidade de Vizinhança:

- **População:** são os conjuntos residenciais que abrigam uma população entre 1.000 e 3.000 pessoas (FERRARI, 1977, p.302);
- **Habitações:** de 200 a 600 habitações (FERRARI, 1977, p.302);
- **Raio de abrangência:** de aproximadamente 600 m (CALTHORPE, 1993, p.56) a 800 m (FERRARI, 1977, p.302);
- **Equipamentos Comunitários obrigatórios:** Posto de Saúde, Creche, Escola Maternal, Jardim de Infância, Escola de 1º Grau, Capela, Posto Policial, Centro Paroquial, Praças de recreação, Playground e Campo de Futebol (CALTHORPE, 1993; FERRARI, 1977 e GONZALEZ, 1994).
- **Os Equipamentos Comunitários obrigatórios no Setor:** Escolas de 2º Grau, Centros Culturais e de Saúde, Templos, Praças e Parques recreativos e esportivos (CALTHORPE, 1993; FERRARI, 1977; GONZALEZ, 1994 e SANTOS, 1988).

### 3.3 METODOLOGIA DE COLETA DE DADOS

Com o objetivo de investigar os equipamentos comunitários dos diferentes bairros de Passo Fundo, foram utilizados os seguintes métodos de coleta de dados.

- **Metodologia qualitativa:** no trabalho aplicaram-se métodos qualitativos, que se deram através da observação (fichas de levantamento) e do registro fotográfico, que permitiram esclarecer alguns aspectos que os dados coletados através de métodos quantitativos (questionários) não permitem tratar com maior detalhamento.
- **Metodologia quantitativa:** foi realizada através da aplicação de questionários, pode ser analisada a população residente nos três setores da cidade, verificando-se as principais demandas de equipamentos comunitários e as características locais.

Dessa forma, com o cruzamento dos dados obtidos, adquiriu-se uma maior confiabilidade às informações da análise.

### 3.4 LEVANTAMENTO DE DADOS DE ARQUIVO

A primeira etapa consistiu no levantamento dos dados de arquivo, tais como: mapas e plantas originais dos setores investigados, fotos de satélite, bem como a identificação dos critérios adotados para distribuição e localização e da existência de equipamentos comunitários nestes setores.

### 3.5 LEVANTAMENTO DE CAMPO

A segunda etapa consistiu no levantamento dos aspectos físicos dos equipamentos, realizado em cada um dos setores selecionados, através da verificação dos equipamentos existentes. Esse levantamento foi registrado através das fichas de levantamento (Anexo A), plantas baixas e registro fotográfico, com o objetivo de produzir plantas atualizadas dos equipamentos existentes nos setores.

Além de analisada a existência ou não de determinado equipamento, fez-se necessário à análise do estado de conservação do mesmo, pois se levou em consideração que o equipamento poderá estar implantado no setor, mas não ter condições físicas adequadas de

uso. Deste modo, em nível qualitativo foi verificado o estado de conservação da área edificada e de terreno disponível para cada equipamento comunitário.

Esta análise “in loco”, através do método comparativo, é segundo Candeloro (1991, p.67) um método direto de avaliação, que conduz a resultados extremamente confiáveis, e proporciona um grau de semelhança diretamente proporcional aos estabelecimentos analisados.

Assim, chegou-se aos conceitos de BOM, REGULAR, e RUIM através da análise de três critérios descritos abaixo:

- Como é tratada a área restante do terreno? Possui vegetação? Tem mobiliário urbano?  
Os mesmos se encontram em estado aceitável de uso?
- A edificação é planejada? Possui projeto arquitetônico para a mesma?
- As características construtivas condizem com o uso dado à edificação?

Deste modo, o estado de conservação do edifício será conceituado como:

- BOM: Ao serem confirmadas três respostas positivas;
- REGULAR: Ao serem confirmadas duas respostas positivas;
- RUIM: Ao ser confirmada apenas uma resposta positiva.

### 3.6 QUESTIONÁRIOS

Os questionários são utilizados para investigar a regularidade entre grupos de pessoas através da comparação das respostas dadas a um mesmo conjunto de perguntas feitas para um número representativo e significativo de respondentes. As questões são formuladas para medir as reações comportamentais, as atitudes e o nível de satisfação dos usuários em relação a aspectos funcionais, técnicos e comportamentais do ambiente construído (LAY e REIS apud DREUX, 2004, p.62).

Para se obter resultados confiáveis, os questionários (Anexo C) foram aplicados a uma amostra representativa da população dos setores analisados. Essa amostragem refere-se 5% da população com idade entre 10 e 60 anos e em cada chefe de família do setor, ou seja, considerando que os três setores analisados possuem uma média de moradores por domicílio ocupado em torno de 3,7 pessoas, considerou-se que cada família é então composta por quatro pessoas, e aplicou-se o questionário a uma pessoa da família, como por exemplo, o chefe da família (ver tabela 15):

Tabela 15 – Amostra dos questionários aplicados nos setores analisados

<b>Setores</b>	<b>População</b>	<b>Chefes de família</b>	<b>Questionários aplicados</b>
Setor Petrópolis	9.521 hab.	2.380	119 questionários
Setor Santa Marta	5.360 hab.	1.340	67 questionários
Setor São José	8.741 hab.	2.185	109 questionários

Fonte: Autora, 2006.

A aplicação dos questionários ocorreu durante as visitas aos equipamentos comunitários existentes nos setores, realizada de duas maneiras: entrevistas realizadas através da aplicação direta aos transeuntes do setor, e por meio de terceiros, onde os mesmos eram deixados por uma semana, para serem aplicados pelos responsáveis dos estabelecimentos, mediante uma breve explicação do que se tratava.

### 3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Após o levantamento de campo, pode-se avaliar se os equipamentos comunitários implantados nos setores atendem ou não aos parâmetros de referência da pesquisa:

- **Condições físicas:** aqui são analisados os parâmetros de dimensionamento das áreas e as características gerais da edificação, como número de salas e possibilidade de ampliações dos equipamentos;
- **Localização:** aqui se verifica se os equipamentos implantados nos setores atendem ao raio de abrangência ideal para seu uso, e se os mesmos garantem um rápido e fácil acesso a seus serviços;
- **Demanda:** através desta, busca-se identificar se os equipamentos atendem a demanda existente em cada setor analisado.
- **Estado de conservação:** este observa se o equipamento comunitário implantado no setor possui características adequadas para seu uso.

A análise dos dados levantados através dos diferentes métodos de investigação permite interpretar e explicar as informações coletadas, com o objetivo de compreender e responder as questões formuladas no trabalho. As informações coletadas foram analisadas e confrontadas entre si, a fim de permitir a identificação das relações entre as variáveis investigadas, e apresentadas em forma de tabelas, quadros, gráficos, entre outros.

#### **4 EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS NOS SETORES PESQUISADOS: ESTUDO COMPARATIVO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

A cidade de Passo Fundo (Figura 12) conta atualmente com uma população de cerca de 185.000 habitantes e uma densidade demográfica de 228,7 hab/Km<sup>2</sup> de acordo com dados da FEE (2005). Os dados de Passo Fundo revelam e retratam um incremento populacional na região e a expansão urbana do município.



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo.

Figura 12 - Imagens aéreas da cidade de Passo Fundo

Neste capítulo, e atendendo os objetivos do trabalho, serão investigados e analisados os equipamentos comunitários de três setores da área urbana da cidade:

O Setor nº 04, constituído pela Região do Bairro Petrópolis;

O Setor nº 08, constituído pela Região do Bairro Santa Marta;

E o Setor nº 11, constituído pela Região do Bairro São José.

Pretendeu-se identificar se os equipamentos comunitários destes setores atendem a demanda das comunidades locais de acordo com os critérios estabelecidos pela Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, e pela síntese bibliográfica realizada sobre o assunto.

Para tanto, buscou-se a demanda e as aspirações dos moradores, através do levantamento dos Equipamentos Comunitários de saúde, educação, segurança, cultura, lazer e esportes nos três setores para a pesquisa (MAGALHÃES, 1996, p.35), através:

- Dos equipamentos existentes na comunidade, com a respectiva avaliação da possibilidade de uso, realizada através da ficha de levantamento\*\* aplicada “in loco” (Anexo A);
- Dos equipamentos desejados pela comunidade, na aplicação do questionário\*\*\* (Anexo C).

#### 4.1 SETOR 4 - REGIÃO DO BAIRRO PETRÓPOLIS

O Bairro Petrópolis localiza-se a região nordeste de Passo Fundo (Figura 13), muito próximo à área central da cidade.



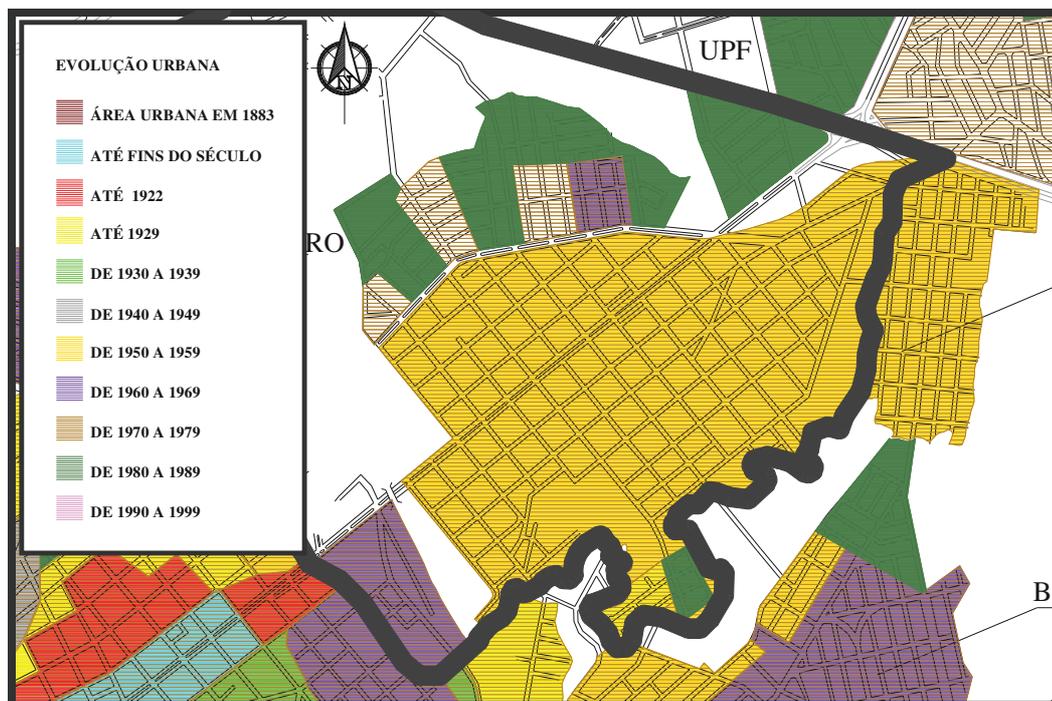
Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 13 - Implantação do Bairro Petrópolis e de seus respectivos Equipamentos Comunitários, sem escala

\*\* As Fichas das Avaliações individuais de cada Equipamento Comunitário estão no Anexo B.

\*\*\* Os resultados dos questionários na íntegra estão no Anexo D.

De acordo com o mapa de Evolução dos Loteamentos do município de Passo Fundo (Gosch, 2002), o Bairro Petrópolis iniciou sua urbanização a partir da década de 1950 com o Loteamento Petrópolis, e em 1980 o bairro prosseguiu o seu desenvolvimento com a expansão do Loteamento Cidade Universitária (Figura 14).



Fonte: Gosch, 2002.

Figura 14 - Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis, sem escala



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

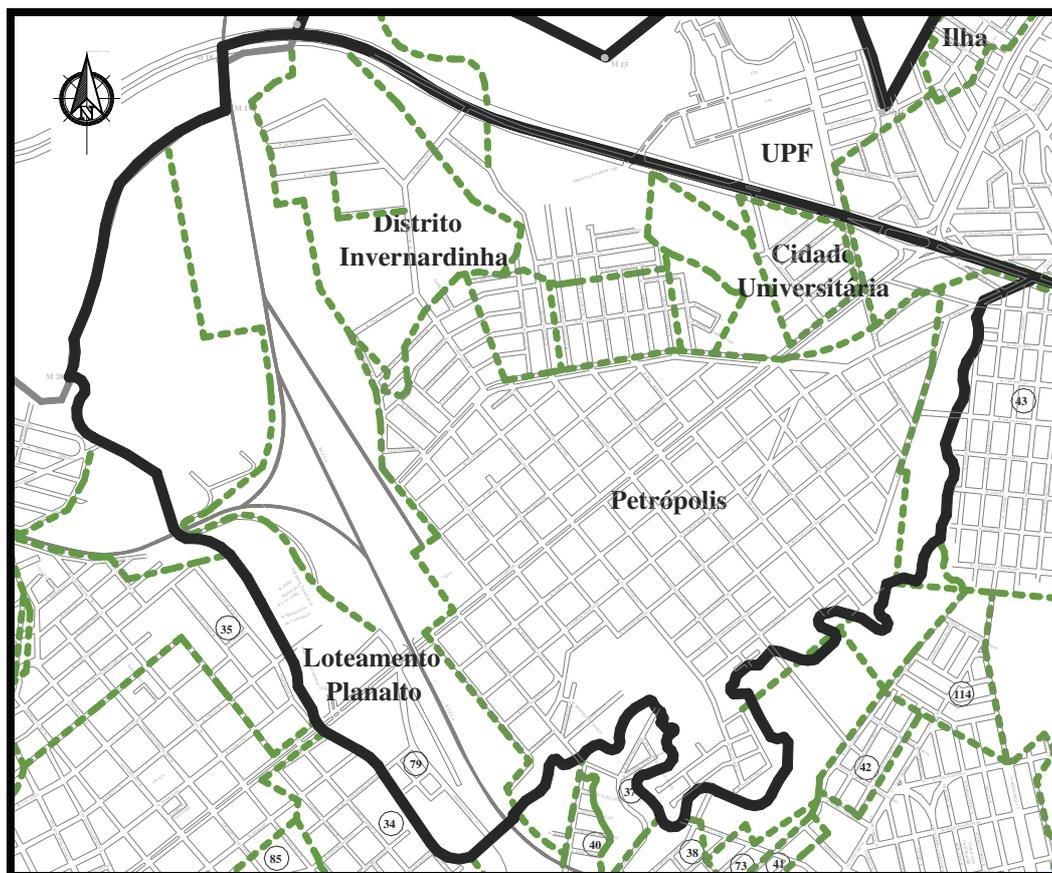
Figura 15 - Foto aérea do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

#### 4.1.1 Perfil do Setor do Bairro Petrópolis

Em 2006, o Setor do Bairro Petrópolis é formado pelos seguintes Loteamentos: Invernadinha, Distrito Industrial, Cidade Universitária, Loteamento Planalto e Jardim Primavera (Figura 16).

De acordo com o IBGE\* (Agência de Passo Fundo, 2006), são características deste Setor:

- **Área total:** 6.572.240,73 m<sup>2</sup> ou 657,22 hectares
- **População total:** 9.521 (Jovens de 10 a 19 anos = 1.885)\*
- **Total de domicílios:** 3.029\*
- **Número de quadras:** 187
- **Número de ruas ou logradouros:** 153\*
- **Alfabetização:** 90,89% das pessoas residentes são alfabetizadas\*
- **Predominância da renda do responsável pelo domicílio:** 5 a 10 salários mínimos\*
- **Média de moradores por domicílio ocupado:** 3,50 pessoas\*
- **Média geral por número de domicílios:** 3,14 pessoas\*



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 16 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Petrópolis, sem escala

#### 4.1.2 Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Petrópolis

A pesquisa de campo revelou que dos equipamentos comunitários existentes no Setor do Bairro Petrópolis, nem todos são de uso público. Dos equipamentos de cultura, lazer e esporte, por exemplo, seis deles são estabelecimentos privados, não contando para esta pesquisa. A Tabela 16 apresenta em quantidade e área, os equipamentos de uso público pertencentes ao bairro:

Tabela 16 - Equipamentos Comunitários do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

<b>BAIRRO PETRÓPOLIS</b>		<b>EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS</b>			
			<b>Nº DE EQUIPAM.</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>	
				<b>TERRENO</b>	<b>EDIFICADA</b>
		<b>SAÚDE</b>	3	943,00 m <sup>2</sup>	501,00 m <sup>2</sup>
	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>Ensino Infantil</b>	4	1.416,00 m <sup>2</sup>	625,00 m <sup>2</sup>
		<b>Ensino Fundamental</b>	2	11.327,00 m <sup>2</sup>	3.810,00 m <sup>2</sup>
		<b>Ensino Fund. e Médio</b>	1	5.040,00 m <sup>2</sup>	938,00 m <sup>2</sup>
		<b>SEGURANÇA</b>	1	40,00 m <sup>2</sup>	30,00 m <sup>2</sup>
	<b>CULTURA</b>	<b>CULTURA</b>	1	-	20,00m <sup>2</sup>
		<b>CULTUAIS</b>	2	2.643,00 m <sup>2</sup>	1.104,00m <sup>2</sup>
		<b>LAZER</b>	-	-	-
		<b>ESPORTE</b>	1	2.095,00 m <sup>2</sup>	1.750,00 m <sup>2</sup>
<b>TOTAL</b>			<b>15</b>	<b>23.504,00 m<sup>2</sup> ou 2,35 ha</b>	<b>8.778,00 m<sup>2</sup></b>

Fonte: Autora, 2006.

Esta tabela sintetiza a implantação dos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança existentes no setor e, também revela o descaso para com os equipamentos de lazer, esporte e cultura, pois estão implantados no bairro apenas três equipamentos culturais para uma população de mais de 9.500 pessoas, sendo que dois deles são equipamentos culturais. É importante registrar que neste Setor, não foi encontrado nenhum equipamento de lazer ou de esportes.

Em relação aos referenciais pesquisados (Condições Físicas, Localização e Demanda) e de acordo com a Tabela 17, constata-se que o setor do Bairro Petrópolis tem uma área inferior á

necessária para a implantação dos equipamentos comunitários. Podemos observar, que existe uma oferta de alguns tipos de equipamentos, como os de saúde e educação, e a escassez ou inexistência de outros, como praças, áreas verdes para recreação e lazer, ou ainda, de áreas esportivas. Ou seja, os equipamentos do Bairro Petrópolis são insuficientes frente a demanda do Setor.

Tabela 17 – Estimativa de área necessária conforme parâmetros para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Petrópolis

<b>BAIRRO PETRÓPOLIS</b>	Moretti (1997)	Guimarães (2004)
<b>2,35 hectares</b>	<b>32,86 hectares</b>	98,58 hectares

Fonte: Autora, 2006.

Os dados da pesquisa de campo do Setor do Bairro Petrópolis constataam que da área total de 657 hectares, apenas 2,35 hectares são destinados para implantação de equipamentos comunitários, ou seja, nem 1% da área total do setor, quando, pelos referenciais pesquisados, esta área devia ser de no mínimo 32,86 hectares, segundo Moretti (1997).

Este ainda permitiu comprovar que tal Setor, não atende a Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979, que prevê que os loteamentos, assim como os bairros, devem ter áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público proporcionais à área.

Nas tabelas abaixo são apresentadas as sínteses do levantamento de cada equipamento comunitário do Setor do Bairro Petrópolis, seguidas das respectivas avaliações, analisadas segundo autores pertinentes, citados na revisão de literatura, Capítulo 2.4:

#### 4.1.3 Equipamentos Comunitários de Saúde

Abaixo estão relacionados os equipamentos de saúde existentes e pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p><b>01 – CAIS DR. CYRIO NÁCUL</b></p> <p><b>Localização:</b> Av. Brasil Leste, 1580  <b>Telefone:</b> 3327 1580  <b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: 800,00 m<sup>2</sup>  Edificação: 430,00 m<sup>2</sup>  <b>Nº consultas/dia:</b> ≈ 90  <b>Conservação:</b> BOM</p>	
---	--

<p><b>OBS:</b> Horário atendimento, diariamente das: 7:00 as 20:00 – com 8 salas para atendimento a comunidade</p>	
<p><b>10 – AMBULATÓRIO LÉLIS MADER</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Manoel Portela, s/nº - atrás da Prefeitura Municipal de Passo Fundo.  <b>Telefone:</b> 3316 7236  <b>Área (m²):</b> Terreno: 48,00 m²  Edificação: 40,00 m²  <b>Nº consultas/dia:</b> ≈ 13  <b>Conservação:</b> RUIM  <b>OBS:</b> O ambulatório tem 5 salas apenas com serviços de enfermagem</p>	
<p><b>08 – AMBULATÓRIO ENTRE RIOS</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Rodrigues Alves, 915  <b>Telefone:</b> 3313 8718  <b>Área (m²):</b> Terreno: 95,00 m²  Edificação: 31,00 m²  <b>Nº consultas/dia:</b> 25  <b>Conservação:</b> RUIM  <b>OBS:</b> Nas terças-feiras atendimento com clínico geral, nos outros dias somente enfermagem</p>	

Fonte: Autora, 2006.

#### Quadro 1 - Equipamentos de Saúde implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

No Quadro 1 pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis um Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) e dois Ambulatórios, como equipamentos públicos de saúde. O CAIS tem um atendimento mais especializado do que os Ambulatórios, que oferecem em sua maior parte, serviços de enfermagem.

O Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) está em bom estado, enquanto os Ambulatórios encontram-se em mau estado de conservação.

#### Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de saúde, a pesquisa de campo permitiu avaliar as condições físicas dos mesmos, sua localização e demanda existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 18:

Tabela 18: Análise dos Equipamentos de Saúde quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 <b>EQUIPAMENTOS DE SAÚDE</b>	<b>Dados em função do Setor</b>		<b>Resultado Parcial</b>
	<b>Parâmetros de referência</b>	<b>Equipamentos</b>	
<b>Edifício</b>	≥ 200 m <sup>2</sup> e ampliável	<b>Sim</b>	<b>SIM</b>
<b>Terreno</b>	≥ 800 m <sup>2</sup>	<b>Sim</b>	<b>SIM</b>
<b>Quota de terreno por unidade habitacional</b>	0,16 a 0,48 m <sup>2</sup>	<b>Sim</b>	<b>SIM</b>
<b>Raio de abrangência</b>	até 2.000 m	<b>Não</b>	<b>NÃO</b>
<b>Localização</b>	A localização do equipamento garante o rápido e fácil acesso a esse serviço?	<b>Sim</b>	<b>SIM</b>
<b>População</b>	Cada região com cerca de 20.000 hab., deve ter no mínimo 1 Posto de Saúde	<b>Sim</b>	<b>SIM</b>
<b>Estado de Conservação</b>	<b>33% BOM - 67% RUIM</b>		
<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de área Edificada e de Terreno, Quota de terreno por unidade habitacional, Localização e População.</b>		

\* Cais Dr. Cyrio Nácul (01), Ambulatório Lélis Mader (10) e Ambulatório Entre Rios (08).

Fonte: Autora, 2006.

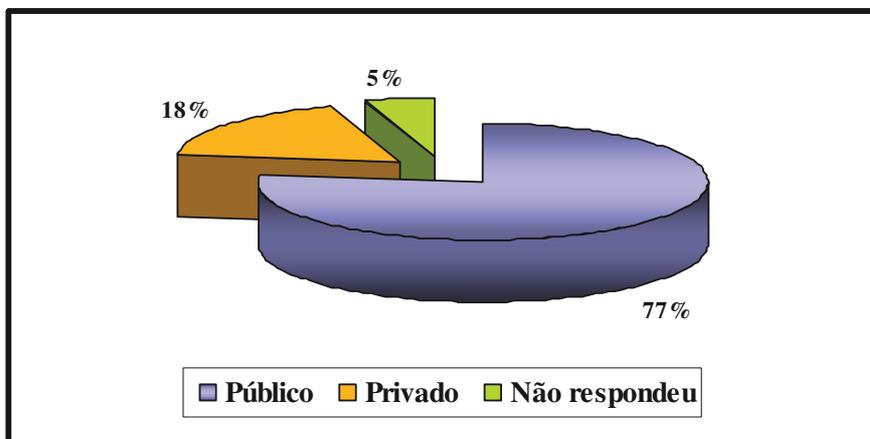
Pode-se avaliar através destas informações, que os equipamentos de saúde do Setor do Bairro Petrópolis apresentam **condições físicas** adequadas e atendem a **demanda** existente. Em relação à **localização**, o Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) não se encontra dentro dos parâmetros mínimos para raios de abrangência. Isto significa, que este poderia estar localizado em área mais central para que parte da população não precisasse se deslocar através de maiores distâncias para usufruir deste atendimento.



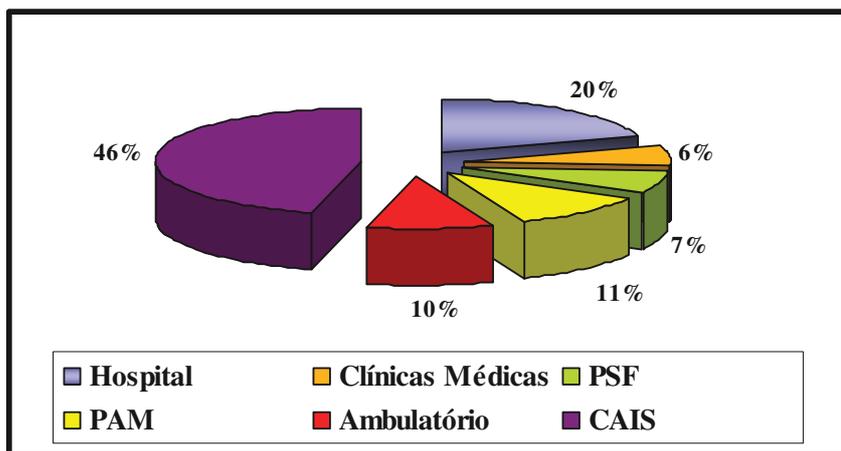
#### **Quanto à avaliação comportamental:**

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de saúde do Setor do Bairro Petrópolis podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. As fichas de avaliação individuais de cada equipamento revelam a relação desta comunidade para com sua saúde. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

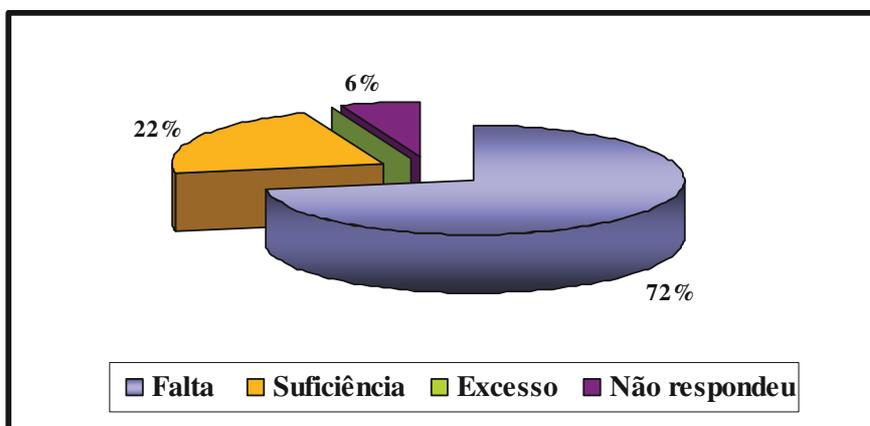
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Saúde?



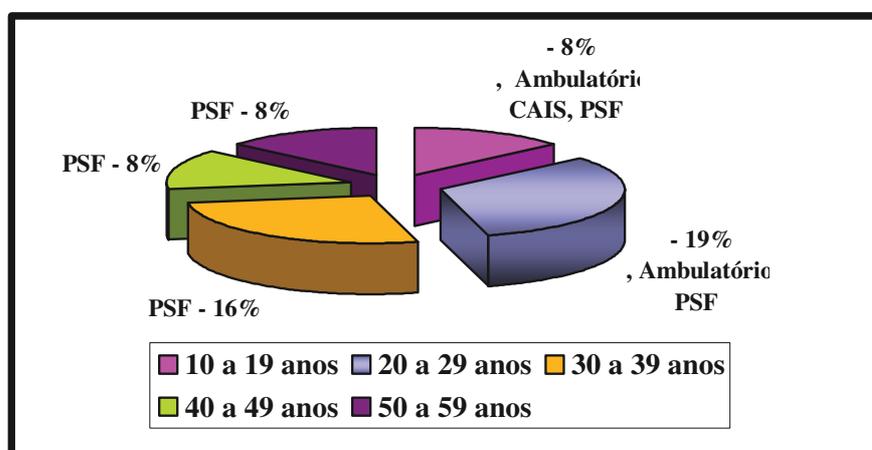
2 - Qual Equipamento Comunitário de Saúde que a família utiliza com mais frequência?



3 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Saúde em seu bairro:



#### 4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



A população que respondeu aos questionários afirma utilizar os equipamentos de saúde. Utilizam com frequência o Centro de Atendimento Integrado de Saúde (CAIS), justamente por este prestar um atendimento mais especializado do que os oferecidos pelos ambulatórios. Os demais equipamentos utilizados são os Hospitais, o Posto de Atendimento Médico (PAM) e os ambulatórios.

As entrevistas aqui registradas documentam que apesar dos Equipamentos de Saúde do Bairro Petrópolis estarem dentro dos parâmetros de Dimensionamento adequadas as Demandas, verificou-se que os moradores do Setor estão insatisfeitos com os serviços de saúde, colocando que ainda faltam equipamentos.

Esta informação vai ao encontro da questão dos raios de abrangência. Pois no levantamento de campo constatou-se que o Centro de Atendimento Integrado a Saúde (CAIS) está localizado em uma área que não atende a distância prevista pelo raio de abrangência, ou seja, a uma distância média maior que 2.000 m. Apesar deste implicar em um deslocamento maior para a população, observa-se que sua localização, junto a Avenida Brasil e a um previsível sistema de transporte, apresenta uma fácil acessibilidade.

A insatisfação da comunidade também pode ser explicada através de um possível mau atendimento prestado ou pelo próprio mau estado de conservação dos dois ambulatórios localizados próximos às residências, ambos adaptados, um a uma antiga residência e outro dentro do pátio da Prefeitura Municipal.

#### 4.1.4 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Infantil

A seguir, estão relacionados os equipamentos de ensino infantil pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p style="text-align: center;"><b>10 – CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Lava Pés, s/n°  <b>Coordenadora:</b> Marla Maria (3313 8561)  <b>Área (m²):</b> Terreno: 196,00 m²            Edificação: 149,00 m²  <b>Nº andares:</b> 2  <b>Nº salas de aula:</b> 3  <b>Nº alunos:</b> 30  <b>Faixa etária:</b> 6 meses a 6 anos  <b>Conservação:</b> RUIM  <b>OBS:</b> Horário de atendimento: 7:30 às 18hs.</p>	     
<p style="text-align: center;"><b>05 – CRECHE MUNICIPAL RAIO DE LUZ</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Dr. Bozano, s/n°  <b>Coordenadora:</b> Natália (3327 1434)  <b>Área (m²):</b> Terreno: 820,00 m²            Edificação: 216,00 m²  <b>Nº andares:</b> 1  <b>Nº salas de aula:</b> 4  <b>Nº alunos:</b> 74  <b>Faixa etária:</b> 6 meses a 6 anos  <b>Conservação:</b> BOM  <b>OBS:</b> Horário de atendimento: 7:30 às 18hs.            Tem pátio para as crianças ao ar livre, e o mesmo encontra-se em estado regular.</p>	     

<p style="text-align: center;"><b>02 – CRECHE MUNICIPAL JARDIM DO SOL</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Manoel T. Rosendo, s/nº  <b>Coordenadora:</b> Adriana  <b>Área (m²):</b> Terreno: 240,00 m²  Edificação: 160,00 m²  <b>Nº andares:</b> 1  <b>Nº salas de aula:</b> 3  <b>Nº alunos:</b> 40  <b>Faixa etária:</b> 6 meses a 6 anos  <b>Conservação:</b> REGULAR  <b>OBS:</b> Horário: 7:00 às 18:00</p>	
<p style="text-align: center;"><b>08 – PRÉ-ESCOLA PINGUINHO DE GENTE</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Moron esq. Rodrigues Alves – atrás Igreja Santo Antônio  <b>Coordenadora:</b> Sirlei Dalasta  <b>Área (m²):</b> Terreno: 160,00 m²  Edificação: 100,00 m²  <b>Nº andares:</b> 1  <b>Nº salas de aula:</b> 51  <b>Nº alunos:</b> 20  <b>Faixa etária:</b> 6 anos  <b>Conservação:</b> REGULAR  <b>OBS:</b> Horário: 13:30 às 17:00</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 2 - Equipamentos de Educação – Ensino Infantil implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

Neste quadro pode-se identificar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis quatro equipamentos de ensino infantil. Um deles encontra-se em bom estado de conservação, dois estão em estado regular e um está em mau estado.

Apenas um equipamento foi planejado e possui área livre para recreação, os demais foram adaptados a antigas construções, e não possuem área livre disponível para a recreação das crianças.



**Quanto à avaliação técnica:**

Em relação a estes equipamentos de ensino infantil, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda** existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 19:

Tabela 19: Análise dos Equipamentos de Ensino Infantil quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

<b>EQUIPAMENTOS</b>  <b>DE</b> <b>EDUCAÇÃO</b>	Dados em função da Unidade de Vizinhança					Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos				
		10*	05*	02*	08*	
Terreno	6 m <sup>2</sup> /criança	Sim	Sim	Sim	Sim	SIM
Edifício	4 m <sup>2</sup> / criança	Sim	Não	Sim	Sim	NÃO
Área construída (área edifício + área jogos + recreações)	10 a 15 m <sup>2</sup> / criança	Não	Sim	Não	Não	NÃO
Área recreação coberta	2 m <sup>2</sup> / criança - Mínimo de 30,00m <sup>2</sup>	Não	Não	Não	Não	NÃO
Área recreação descoberta	3 m <sup>2</sup> / criança	Não	Sim	Não	Não	NÃO
Alunos	≤ 40 crianças	Sim	Não	Sim	Sim	NÃO
Estado de Conservação	-	Ruim	Bom	Reg.	Reg.	25% BOM 50% REG. 25% RUIM
<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>Os equipamentos somente estão DENTRO dos parâmetros de Terreno.</b>					

\* Creche Municipal Criança Feliz (10), Creche Municipal Raio de Luz (05), Creche Municipal Jardim do Sol (02) e Pré-Escola Pinguinho de Gente (08).

Fonte: Autora, 2006.

A pesquisa de campo revela que os parâmetros de referência (**condições físicas, localização e demanda**) não foram atingidos por nenhum equipamento. Eles apenas atendem a área mínima exigida no item “dimensionamento do terreno”, ou seja, estão instalados em área com dimensões adequadas ao número de crianças que abrigam.

Apenas uma escola atingiu o índice ideal de área construída (área edifício + área jogos + recreações). Isto significa que as demais deverão sofrer ampliações para atingir esses parâmetros.

#### 4.1.5 Equipamentos Comunitários de Educação – Ensino Fundamental e Médio

A seguir estão relacionados os equipamentos de ensino fundamental e médio pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p><b>03 – ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CORONEL GERVÁSIO LUCAS ANNES</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Lava Pés, 375A</p>	
---	--

<p><b>Diretora:</b> Leodi (3313 1908)  <b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: 8.597,00 m<sup>2</sup>  Edificação: 2.925,00 m<sup>2</sup>  <b>Nº andares:</b> 1  <b>Nº salas de aula:</b> 13  <b>Nº alunos:</b> 812  <b>Faixa etária:</b> 6 a 50 anos  <b>Escola Aberta:</b> Não  <b>Conservação:</b> BOM  <b>OBS:</b> A escola trabalha com educação para adultos através do EJA à noite.</p>	
<p><b>10 – ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL PROFESSORA EULINA BRAGA</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Uruguai, 304  <b>Diretora:</b> Ilenise (3313 2281)  <b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: 2.730,00 m<sup>2</sup>  Edificação: 885,00 m<sup>2</sup>  <b>Nº andares:</b> 1  <b>Nº salas de aula:</b> 13  <b>Nº alunos:</b> 485  <b>Faixa etária:</b> 4 a 65 anos  <b>Escola Aberta:</b> Não  <b>Conservação:</b> REGULAR  <b>OBS:</b> A escola trabalha com educação para adultos através do EJA à noite.</p>	
<p><b>04 – INSTITUTO ESTADUAL ARCO VERDE</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Olavo Bilac, 162 eq Lava Pés  <b>Diretora:</b> Leida (3313 2397)  <b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: 5.040,00 m<sup>2</sup>  Edificação: 938,00 m<sup>2</sup>  <b>Nº andares:</b> 1 e 2  <b>Nº salas de aula:</b> 16  <b>Nº alunos:</b> 1.209  <b>Faixa etária:</b> 7 a 50 anos  <b>Escola Aberta:</b> Não  <b>Conservação:</b> BOM  <b>OBS:</b> A escola trabalha com educação para adultos através do EJA à noite.</p>	

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 3 - Equipamentos de Educação – Ensino Fundamental e Médio implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

No Quadro 3 pode-se observar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis dois equipamentos de ensino fundamental e um de ensino médio. Dos equipamentos de ensino

fundamental, um encontra-se em bom estado de conservação e outro está em estado regular. A escola de ensino médio está em bom estado. É importante observar, que nenhuma escola do Setor trabalha com o programa Escola Aberta, do Governo Federal, um projeto que visa integrar a comunidade à escola, oferecendo opções de lazer e cultura aos fins de semana.



### Quanto à avaliação técnica:

Em relação a estes equipamentos de ensino fundamental e médio, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e se atendem a **demanda** existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 20:

Tabela 20: Análise dos Equipamentos de Ensino Fundamental e Médio quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

<b>EQUIPAM.</b>  <b>DE</b> <b>EDUCAÇÃO</b>	Dados em função:				Resultado Parcial	
	Unidade de Vizinhança		Setor			
	Equipamentos		Parâmetros de referência	Equip.		
	03*	10*		04*		
Terreno	Sim	Não	6,4 m <sup>2</sup> / aluno		Não	NÃO
Quota de terreno/ unidade hab.	-	-	-	4,3 a 8,10 m <sup>2</sup>	Não	NÃO
Edifício	Sim	Não	3,2 a 7,5 m <sup>2</sup> / aluno	3,2 a 6,25 m <sup>2</sup> / aluno	Não	NÃO
	Não	Sim	0,864 m <sup>2</sup> / população	0,182 m <sup>2</sup> por população	Não	
Área desejável (edifício + pátios de recreação+ esportes)	Não	Não	1 pavimento = 47 m <sup>2</sup> / aluno	2 pavimentos = 38 m <sup>2</sup> / aluno	Não	NÃO
Salas de aula	-	-	-	≤ 16 classes	Sim	SIM
Área livre	Sim	Sim	Apresenta área livre arborizada para esporte e recreação?		Sim	SIM
Ampliações	Sim	Sim	Admite futuras ampliações?		Sim	SIM
Raio de Abrangência	Não	Sim	até 800 m da residência	até 1.600 m das residências	Não	NÃO
Alunos	Não	Sim	40 / turma	40 / turma	Não	NÃO
População	-	-	-	20% da população servida	Sim	SIM
Estado de Conservação	Bom	Reg.	-	-	Bom	67% BOM 33% REG.
<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Salas de aula, Área livre, Ampliações e População.</b>					

\* Escola Estadual de Ensino Fundamental Cel. Gervásio Lucas Annes (03), Escola Estadual de Ensino Fundamental Profª. Eulina Braga (10) e Instituto Estadual Cardeal Arcoverde (04).

Fonte: Autora, 2006.

Pode-se avaliar na pesquisa de campo que os equipamentos do ensino fundamental e médio do Setor do Bairro Petrópolis não atendem aos parâmetros (**condições físicas, localização e demanda**) estimados pelos autores.

Apesar dos equipamentos estarem fora dos parâmetros físicos, 67% deles estão bom estado de conservação e apenas 33% estão em estado regular.

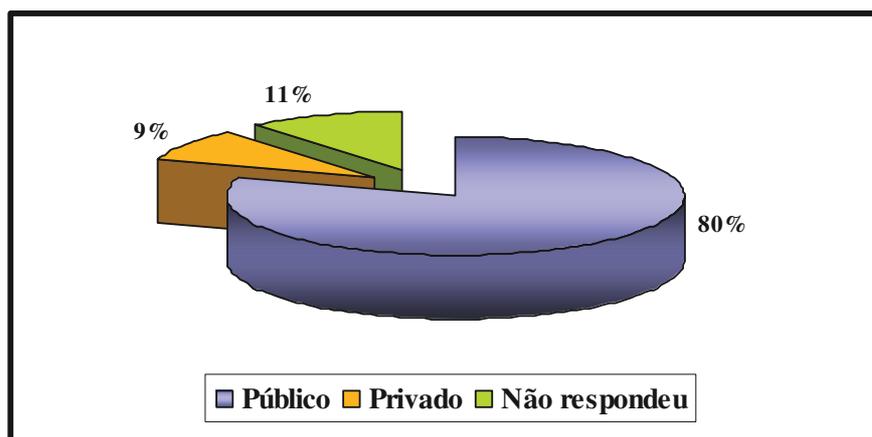


#### **Quanto à avaliação comportamental:**

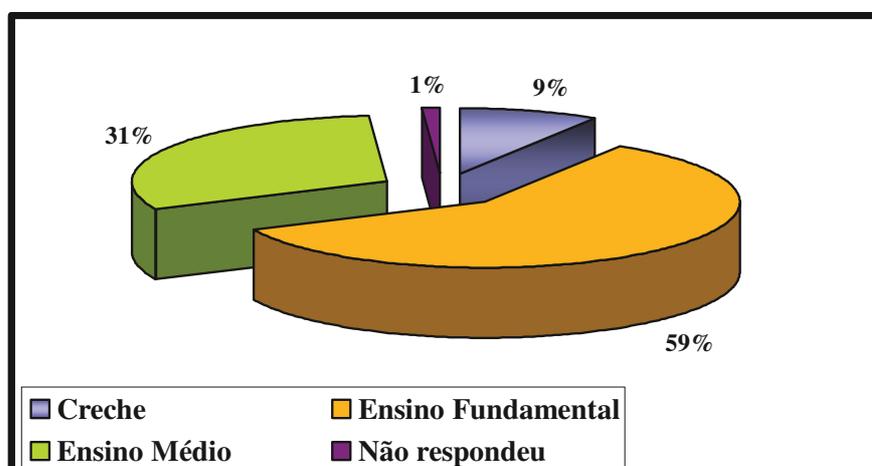
Quanto à população entrevistada, esta afirma utilizar os estabelecimentos públicos de educação, principalmente as Escolas do Ensino Fundamental, seguidas das do Ensino Médio.

Segundo a comunidade, as Creches, se apresentam como o necessário para que o bairro fique melhor:

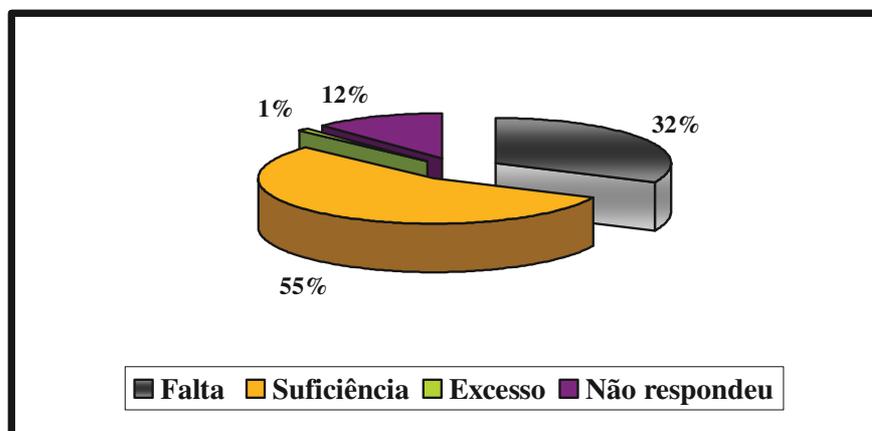
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Educação?



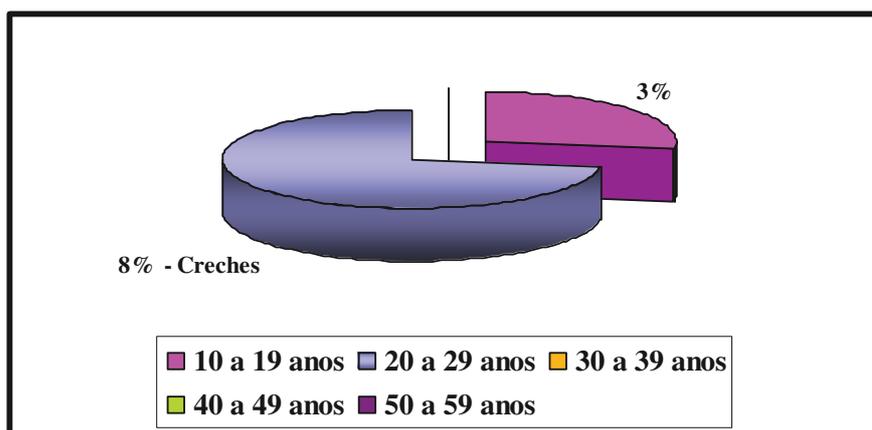
2 – Qual Equipamento Comunitário de Educação que a família utiliza com mais frequência?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de EDUCAÇÃO em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



As entrevistas aqui registradas documentam que apesar dos Equipamentos de Educação do Bairro Petrópolis estarem fora de todos os parâmetros analisados (**condições físicas, localização e demanda**), verificou-se que 55% dos moradores do Setor estão satisfeitos com os serviços de educação.

Isto talvez ainda se explique em função do bom estado de conservação em que se encontram estes equipamentos, ou pelo bom atendimento prestado.

#### 4.1.6 Equipamentos Comunitários de Segurança

Abaixo está relacionado o equipamento de segurança existente e pesquisado no levantamento de campo do setor:

<p><b>04 – POSTO POLICIAL PETRÓPOLIS</b></p> <p><b>Localização:</b> Av. Brasil Leste, esq. Rua Olavo Bilac</p> <p><b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: 40,00 m<sup>2</sup> Edificação: 30,00 m<sup>2</sup></p> <p><b>Nº andares:</b> 1</p> <p><b>Nº PMs:</b> 3</p> <p><b>Pátio para estacionamento e manobra da viatura:</b> Estacionamento</p> <p><b>Horário:</b> Manhã, tarde e noite</p> <p><b>Conservação:</b> BOM</p>	
---	--

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 4 - Equipamento de Segurança implantado no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS



#### Quanto à avaliação técnica:

A avaliação dos equipamentos de segurança é um caso particular, pois no Quadro 4 verifica-se que há um único equipamento comunitário implantado no Bairro Petrópolis. Este, não atende aos parâmetros da pesquisa (**condições físicas**, sua **localização** e **demandas**), e encontra-se em estado regular de conservação.

Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 21:

Tabela 21: Análise dos Equipamentos de Segurança quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 <b>EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA</b>	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equip.*	
Raio de atendimento	Até 800 m	Não	NÃO
Terreno	≥ 1.000 m <sup>2</sup>	Não	NÃO
Localização	Localiza-se área periférica ao centro da cidade?	Sim	SIM
Área livre	Apresenta pátio para estacionamento e manobra de viaturas policiais?	Sim	SIM
Estacionamento	Possui estacionamento defronte ao prédio?	Não	NÃO
Estado de Conservação	<b>100% REGULAR</b>		
<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>O equipamento está FORA dos principais parâmetros analisados.</b>		

\* Posto Policial da Petrópolis (04)

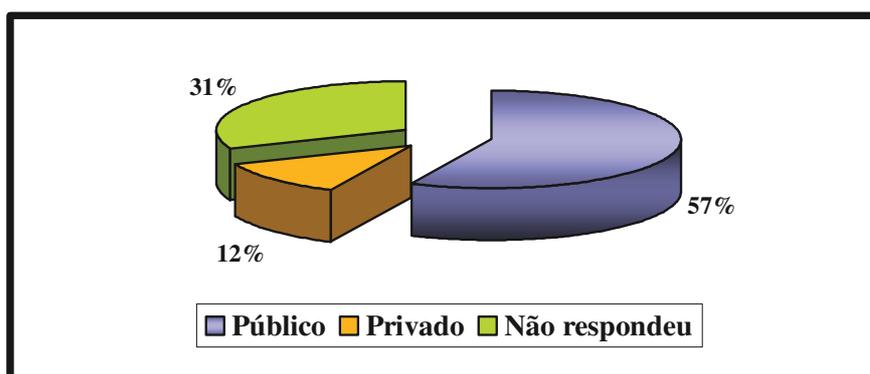
Fonte: Autora, 2006.



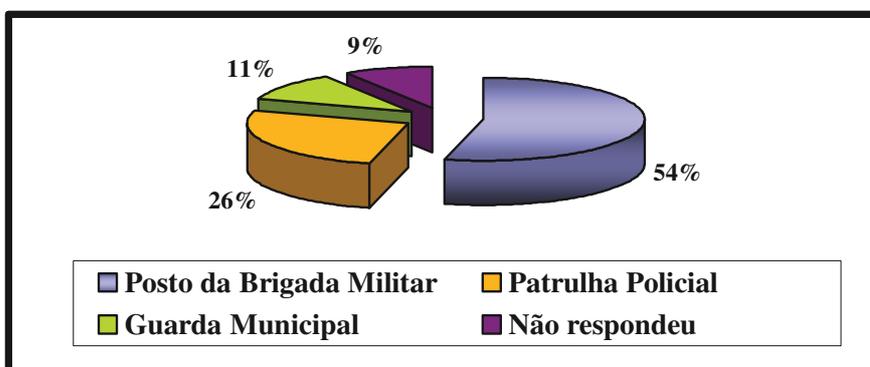
### Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de segurança do Setor do Bairro Petrópolis podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população. Esta interação e as aspirações da população podem ser interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

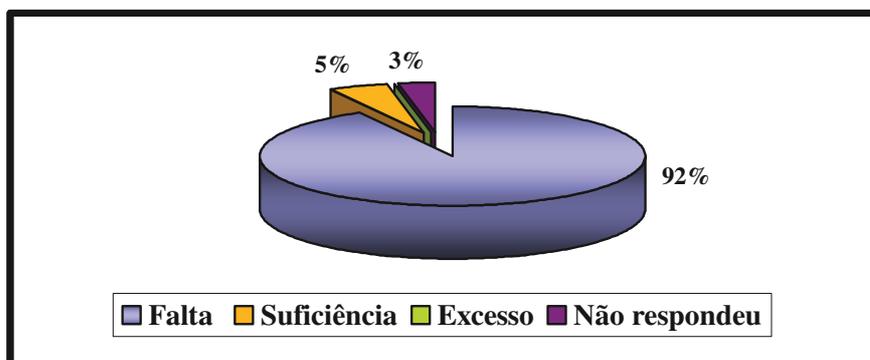
1 – Sua família recorre com mais frequência a qual Equipamento Comunitário de Segurança?



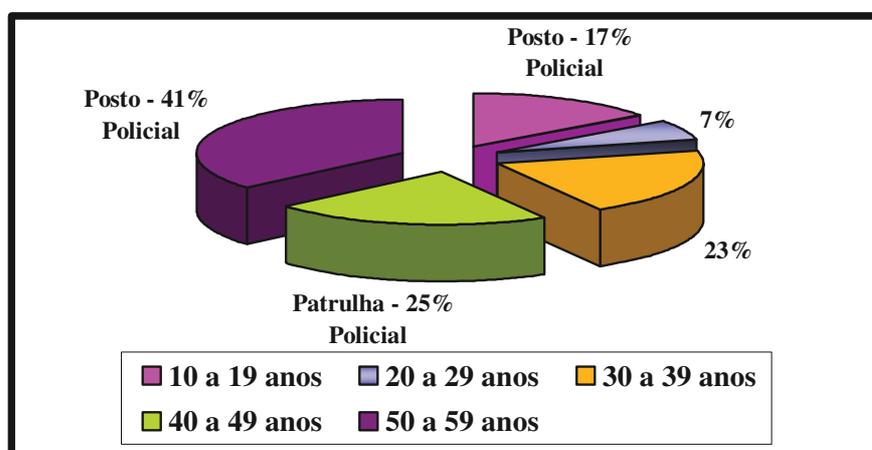
2 – Qual Equipamento Comunitário de Segurança que a família recorre com mais frequência?



3 – Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Segurança em seu bairro:



4 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



As entrevistas aqui registradas vão de encontro ao levantamento de campo. Os equipamentos estão fora dos parâmetros comparados (**condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e **demanda**) e 92% dos moradores afirmam haver falta de equipamento de Segurança no setor, respondendo que segurança é o necessário para que o bairro fique melhor. Dentre os equipamentos públicos mais solicitados estão os Postos Policiais.

Constatou-se que 31% dos entrevistados afirmam utilizar serviços de segurança privados. Isto poderia ser explicado em função do poder aquisitivo dos moradores do setor, que podem arcar com estes gastos para suprir a ausência do Estado.

#### 4.1.7 Equipamentos Comunitários de Cultura

Abaixo estão relacionados os equipamentos de cultura existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p><b>10 – MUSEU CTG LALAU MIRANDA</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Uruguai, 11A  <b>Responsável:</b> Elceli Linn (3314 1677)  <b>Área (m²):</b> Terreno: -  <b>Edificação:</b> 50,00 m²</p> <p><b>Nº andares:</b> 1  <b>Horário:</b> Indefinido  <b>Conservação:</b> BOM  <b>OBS:</b> O Museu funciona junto ao CTG Lalau Miranda.</p>	
--	--



No Quadro 6 pode-se identificar que estão implantados no Setor do Bairro Petrópolis dois equipamentos culturais. Observa-se, que os dois elementos culturais encontram-se em melhor estado de conservação do que o de cultura.



#### Quanto à avaliação técnica:

Em relação aos equipamentos de cultura e aos culturais, a pesquisa de campo permitiu avaliar as **condições físicas** dos mesmos, sua **localização** e se atendem a **demand**a existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 22:

Tabela 22: Análise dos Equipamentos de Cultura quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 <b>EQUIPAMENTOS DE CULTURA</b>	Dados em função da Unidade de Vizinhança			Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	Equipamentos		
		07*	08* - 06*	
Terreno	1.000 m <sup>2</sup>	Não	-	NÃO
Edifício	200 m <sup>2</sup>	Não	-	NÃO
Área do terreno	0,1 m <sup>2</sup> / habitante	-	Sim	SIM
Área construída	Mínimo de 400 m <sup>2</sup>	-	Sim	SIM
Estado de Conservação	-	RUIM	50% BOM 50% REG.	33% BOM 33% REG. 33% RUIM
<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>Os equipamentos estão DENTRO dos parâmetros de Área do terreno e Área construída.</b>			

\* Associação de Moradores do Bairro Petrópolis (07), Paróquia Santo Antônio (08) e Igreja do Evangelho Quadrangular (06).

Fonte: Autora, 2006.

O equipamento de cultura não atende aos parâmetros da pesquisa, enquanto os equipamentos culturais estão dentro dos parâmetros de área de terreno e área construída. Ou seja, os equipamentos culturais atendem a Unidade de Vizinhança, mas não atendem a demanda do Setor, pois para esta população de 9.500 pessoas, o setor deveria ter no mínimo 1.900 m<sup>2</sup> de área edificada, ou seja, 800,00 m<sup>2</sup> a mais do existente hoje.

Com estas informações, podem-se avaliar conjuntamente os equipamentos de cultura, levando em consideração que o Setor do Bairro Petrópolis possui apenas uma associação de bairro e dois templos que não atendem a demanda da população.

#### 4.1.8 Equipamentos Comunitários de Lazer

Abaixo estão relacionados os equipamentos de lazer existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p><b>09 – CINEMAS BOURBON SHOPPING</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</b></p> <p><b>Localização:</b> Av. Brasil Leste, 200  <b>Fone:</b> 54 – 3312 8585  <b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: -  Edificação: -  <b>Nº andares:</b> 1  <b>Horário:</b> Indefinido  <b>Conservação:</b> BOM</p>	
<p><b>10 – CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA LALAU MIRANDA</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Uruguai, 11  <b>Fone:</b> 54 – 3313 1436  <b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: 9.342,29 m<sup>2</sup>  Edificação: 3.897,29 m<sup>2</sup>  <b>Nº andares:</b> 3  <b>Horário:</b> Indefinido  <b>Conservação:</b> BOM</p>	  

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 7 - Equipamentos de Lazer implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS



#### Quanto à avaliação técnica:

Em relação aos Equipamentos de Lazer, a avaliação da pesquisa de campo revela que todos os estabelecimentos do setor são não-públicos (Quadro 7), ou seja, o Setor do Bairro Petrópolis não possui nenhum equipamento público para uso dos 9.521 habitantes do bairro.

É importante ressaltar também, que o Setor não possui nenhuma área verde ou praça.

#### 4.1.9 Equipamentos Comunitários de Esporte

Abaixo estão relacionados os equipamentos de esportes existentes e pesquisados no levantamento de campo do setor:

<p><b>08 – GINÁSIO DE ESPORTES SANTO ANTÔNIO</b></p> <p><b>EQUIPAMENTO DE PROPRIEDADE NÃO PÚBLICA</b></p> <p><b>Localização:</b> Rua Almirante Barroso, s/nº  <b>Área (m²):</b> Terreno: 3.340,00 m²  Edificação: 2.160,00 m²</p> <p><b>Nº andares:</b> 1 = 2 andares  <b>Horário:</b> Indefinido  <b>Conservação:</b> BOM  <b>OBS:</b> O campo pertence à Capela Santo Antônio, e é alugado para uso da comunidade em geral.</p>	  
<p><b>10 – GINÁSIO DE ESPORTES MUNICIPAL MAGI DE CÉSARO</b></p> <p><b>Localização:</b> Travessa Poder Legislativo, s/nº  <b>Área (m²):</b> Terreno: 2.095,00 m²  Edificação: 1.750,00 m²</p> <p><b>Nº andares:</b> 1 = 2 andares  <b>Horário:</b> Indefinido  <b>Conservação:</b> REGULAR</p>	 

Fonte: Autora, 2006.

Quadro 8 - Equipamentos de Esportes implantados no Setor do Bairro Petrópolis, Passo Fundo/RS

Quanto aos equipamentos de esporte, a avaliação da pesquisa de campo revela no Quadro 8, que um dos estabelecimentos do setor é público, e encontra-se em estado regular de conservação.



### Quanto à avaliação técnica:

Em relação aos equipamentos de esportes, a pesquisa de campo permitiu avaliar as condições físicas dos mesmos, sua localização e se atendem a demanda existente. Os resultados e a síntese dos dados coletados estão relacionados na Tabela 23:

Tabela 23 – Análise dos Equipamentos de Esporte quanto ao atendimento dos parâmetros de referência

 <b>EQUIPAMENTOS DE ESPORTE</b>	Dados em função do Setor		Resultado Parcial
	Parâmetros de referência	10*	
Área construída	4,00 ha para recreação ativa 2,00 ha para recreação passiva	Não	NÃO
Raio de influência	de 800 a 2.400 m	Não	NÃO
Estado de Conservação	-	REG.	100% REG.
<b>RESULTADO FINAL</b>	<b>O equipamento não está DENTRO de nenhum parâmetro</b>		

\* Ginásio de Esportes Municipal Magi de César (10)

Fonte: Autora, 2006.

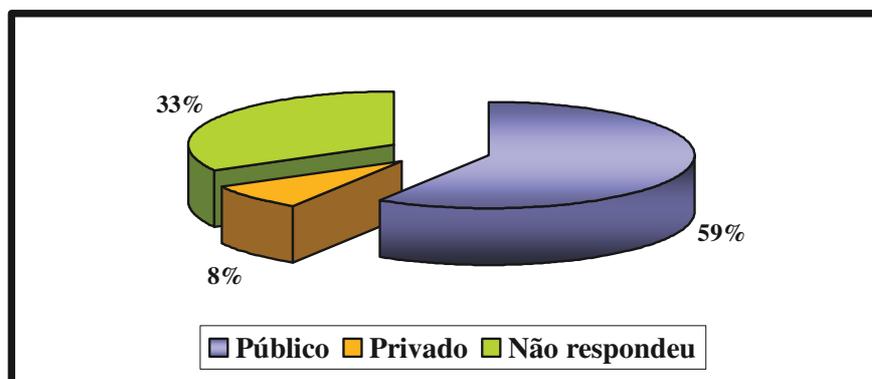
O equipamento de esporte não atende aos parâmetros da pesquisa. Ele ainda funciona como suporte para a Prefeitura Municipal, pois está implantado dentro do pátio e onde a população não tem acesso livre. Logo, pode-se dizer que o Bairro Petrópolis não possui nenhum equipamento público de esporte para uso dos 1.885 jovens de 10 a 19 anos do Setor.



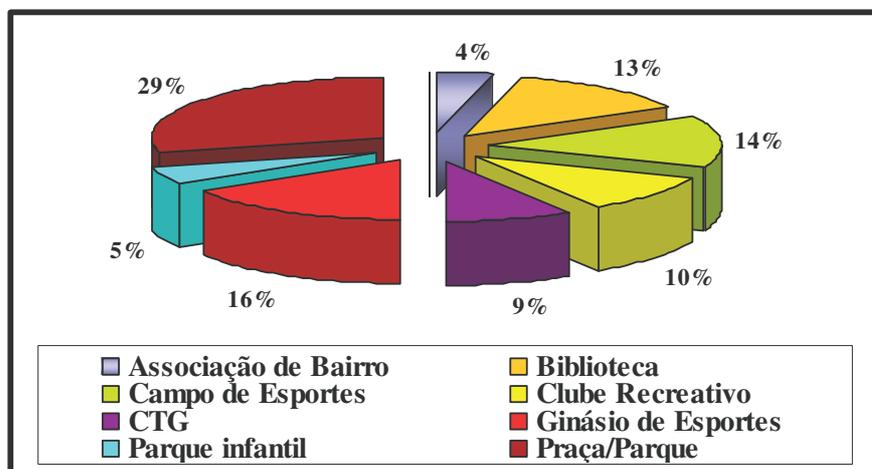
### Quanto à avaliação comportamental:

O comportamento da comunidade e sua interação com os equipamentos de cultura, lazer e esportes do Setor do Bairro Petrópolis podem ser avaliados através da pesquisa de amostragem realizada junto a sua população, interpretadas a partir dos seguintes gráficos:

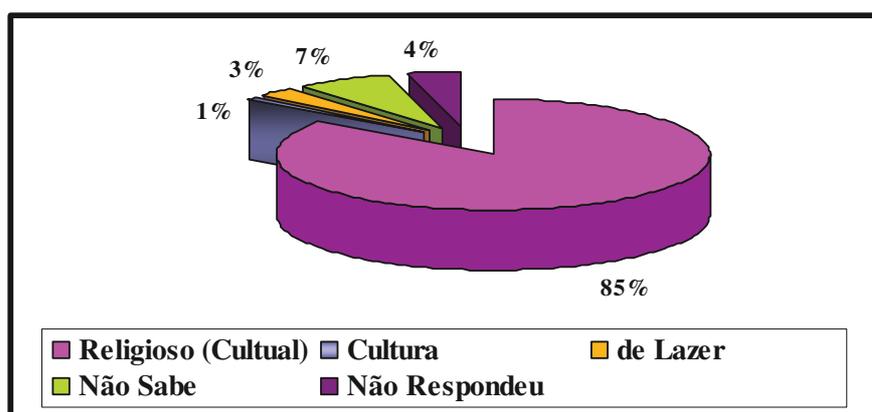
1 - Sua família utiliza quais Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte?



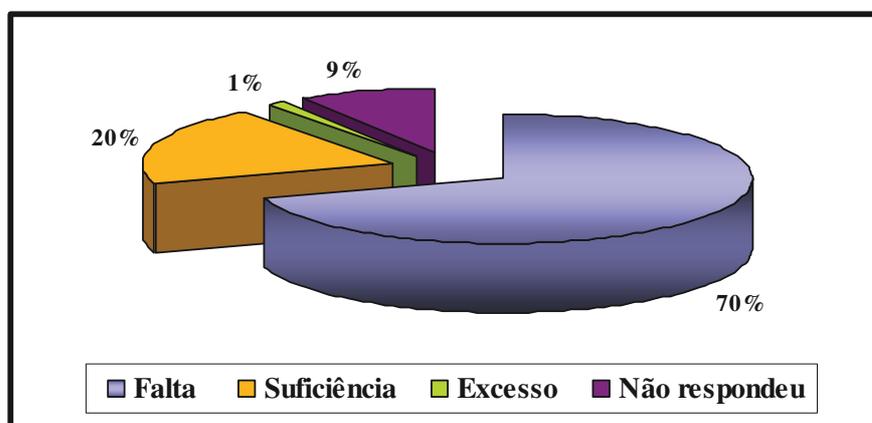
2 - Qual Equipamento Comunitário de Cultura, Lazer e Esporte que a família utiliza com mais frequência?



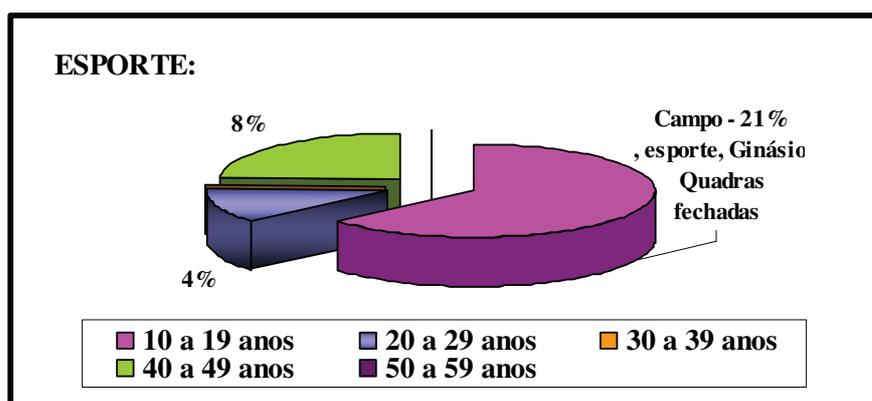
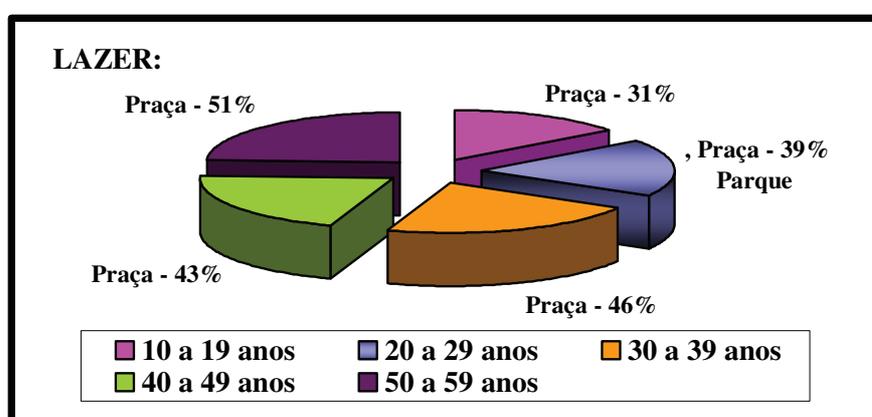
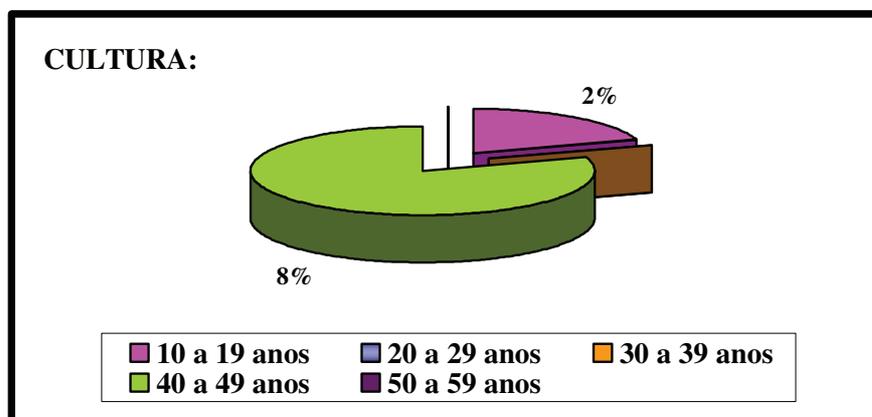
3 - Para você, o Templo Religioso pode ser considerado como um Equipamento Comunitário de:



4 - Você acha que há (F) Falta, (S) Suficiência ou (E) Excesso, dos seguintes Equipamentos Comunitários de Cultura, Lazer e Esporte em seu bairro:



5 - O que é necessário para que seu bairro fique melhor?



Da população entrevistada, 59% afirmam utilizar os equipamentos públicos de Cultura, Lazer e Esportes. Dizem utilizar com frequência, as Praças ou Parques, seguidos dos Ginásios e Campos de esportes, Biblioteca e em último lugar as Associações de Bairro.

Pode-se deduzir desta informação, que os moradores do bairro suprem suas necessidades em outros setores, pois dos equipamentos acima citados pelos moradores, o único de propriedade pública existente no Setor é a Associação de Bairro que está em péssimo estado.

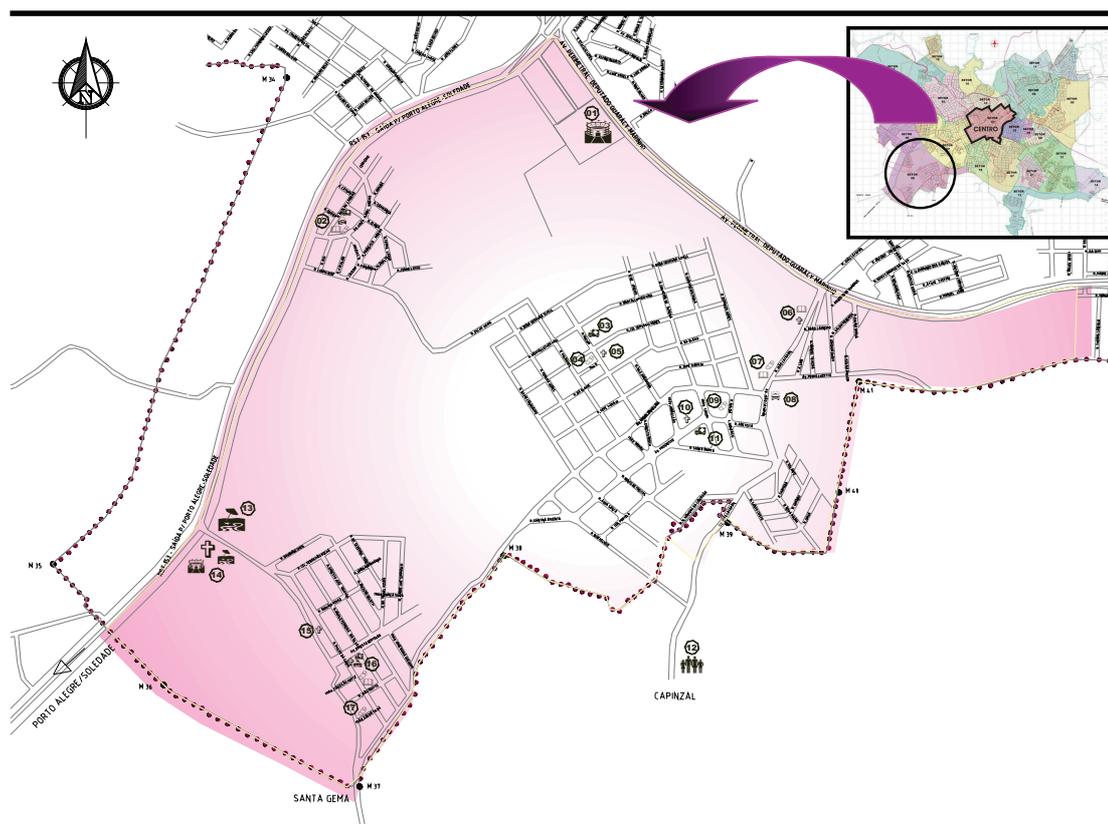
A pesquisa de campo revela que os Equipamentos de Cultura, Lazer e Esporte não atendem aos parâmetros comparados (**condições físicas, localização e demanda**). Alguns ainda nem “existem”, como é o caso dos de lazer.

Logo, 70% dos moradores, dizem haver falta destes equipamentos públicos no bairro. Dentre os mais solicitados pelos entrevistados estão às praças, parques, campos e/ou quadras de esportes e ginásios.

As entrevistas aqui registradas ainda documentam que a implantação de Equipamentos de Lazer é a prioridade para que o bairro fique melhor.

#### 4.2 SETOR 8 - REGIÃO DO BAIRRO SANTA MARTA

O Bairro Santa Marta localiza-se a região sudoeste da cidade de Passo Fundo (Figura 17), a aproximadamente 3,00 Km da área da cidade.



Fonte: Adaptado de Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

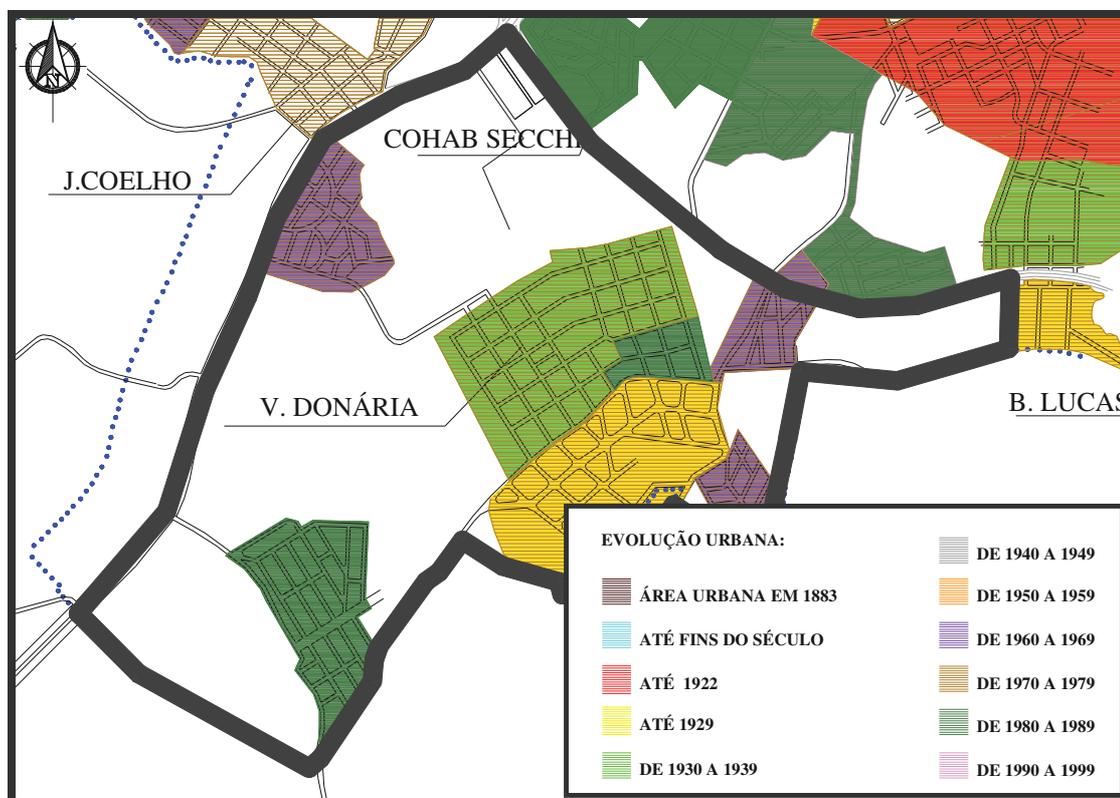
Figura 17 - Implantação do Bairro Santa Marta e de seus respectivos Equipamentos Comunitários, sem escala



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 18 - Foto aérea do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

De acordo com o mapa de Evolução dos Loteamentos do município de Passo Fundo (Gosch, 2002), o Setor do Bairro Santa Marta iniciou sua urbanização na década de 1930 com o loteamento da Vila Donária. Em 1950 é urbanizado o loteamento da Vila Santa Marta, em 1960 as vilas Nossa Senhora Aparecida, Força e Luz e Vila 20 de Setembro, e somente em 1980 é loteada a Vila Jardim América e o restante da Vila Santa Marta (Figura 19).



Fonte: Gosch, 2002.

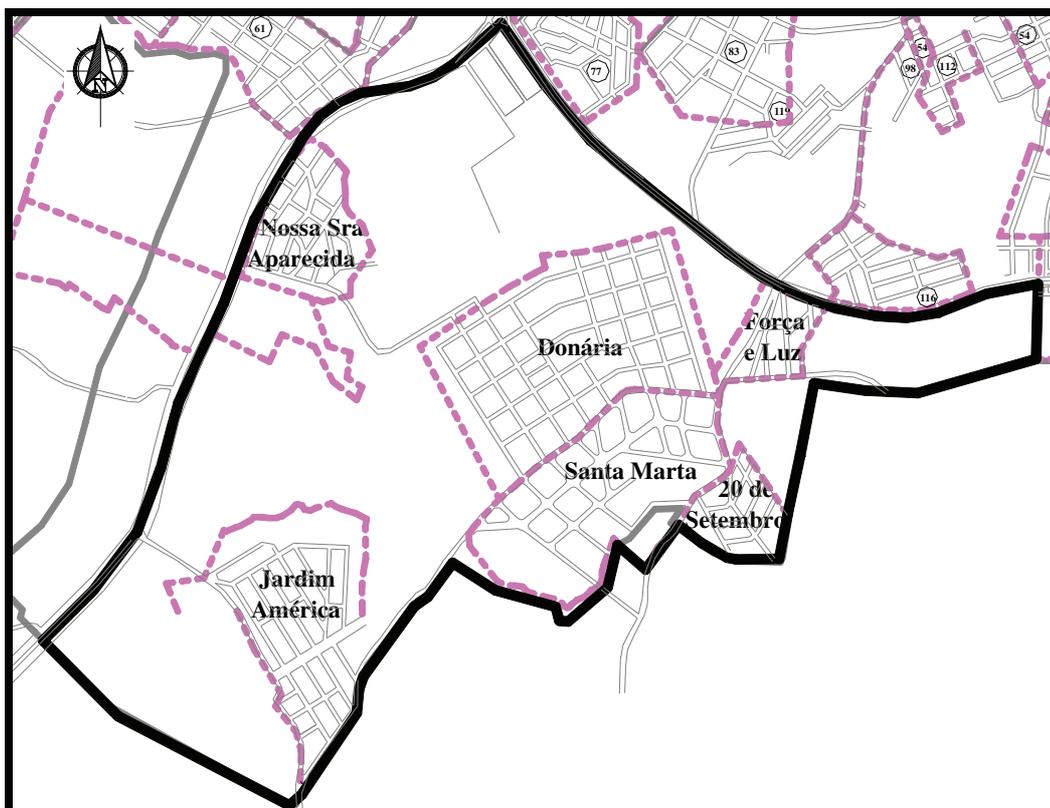
Figura 19 - Evolução dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta, sem escala

#### 4.2.1 Perfil do Setor do Bairro Santa Marta

Em 2006, o Setor do Bairro Santa Marta é formado pelos seguintes Loteamentos: Nossa Senhora Aparecida, Jardim América, Vila 20 de Setembro, Vila Donária, Loteamento Força e Luz (Figura 20).

De acordo com o IBGE\* (Agência de Passo Fundo, 2006), são características do Setor:

- **Área total:** 5.517.070,58 m<sup>2</sup> ou 551,70 ha
- **Total de domicílios:** 1.412\*
- **População total:** 5.360 (Jovens de 10 a 19 anos = 1.199)\*
- **Número de ruas ou logradouros:** 130\*
- **Número de quadras:** 116
- **Alfabetização:** 87,17% das pessoas residentes são alfabetizadas\*
- **Predominância da Renda do responsável pelo domicílio:** ½ a 2 Salários Mínimos\*
- **Média de moradores por domicílio ocupado:** 4,0 pessoas\*
- **Média geral por número de domicílios:** 3,57 pessoas\*



Fonte: Prefeitura Municipal de Passo Fundo, 2006.

Figura 20 - Divisão dos loteamentos e vilas que pertencem ao Bairro Santa Marta, sem escala

#### 4.2.2 Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Santa Marta

A pesquisa de campo revelou que dos equipamentos comunitários existentes no Setor do Bairro Santa Marta, alguns são de uso não-público. A Tabela 24 apresenta em quantidade e área, os equipamentos comunitários pertencentes ao setor:

Tabela 24 - Equipamentos Comunitários do Bairro Santa Marta, Passo Fundo/RS

<b>BAIRRO SANTA MARTA</b>		<b>EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS</b>			
		<b>Nº DE EQUIPAM.</b>	<b>ÁREA TOTAL</b>		
			<b>TERRENO</b>	<b>EDIFICADA</b>	
	<b>SAÚDE</b>	4	1.724,00 m <sup>2</sup>	519,00 m <sup>2</sup>	
	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>Ensino Infantil</b>	5	12.689,00 m <sup>2</sup>	4.146,00 m <sup>2</sup>
		<b>Ensino Fundamental</b>	2	4.230,00 m <sup>2</sup>	722,00 m <sup>2</sup>
		<b>Ensino Fund. e Médio</b>	1	2.934,00 m <sup>2</sup>	675,00 m <sup>2</sup>
	<b>SEGURANÇA</b>	1	30,00 m <sup>2</sup>	20,00 m <sup>2</sup>	
	<b>CULTURA</b>	<b>CULTURA</b>	1	525,00 m <sup>2</sup>	450,00 m <sup>2</sup>
		<b>CULTUAIS</b>	6	86.102,00 m <sup>2</sup>	3.685,00 m <sup>2</sup>
	<b>LAZER</b>	-	-	-	
	<b>ESPORTE</b>	1	190.000,00 m <sup>2</sup>	14.340,00 m <sup>2</sup>	
<b>TOTAL</b>		<b>21</b>	<b>298.234,00 m<sup>2</sup> ou 29,82 ha</b>	<b>21.034,00 m<sup>2</sup></b>	

Fonte: Autora, 2006.

Esta tabela sintetiza a implantação dos equipamentos públicos de saúde, educação e segurança existentes no setor. Ela também revela o descaso para com os equipamentos de cultura, lazer, esporte, pois está implantado no bairro, um único equipamento de esporte e nenhum equipamento de lazer para uma população de 5.360 habitantes.

Quanto ao equipamento de esporte, o Ginásio Municipal Teixeira, é importante destacar que este faz com o bairro atinja aos índices de área mínima para implantação de equipamentos comunitários, mas é ainda mais importante ressaltar que o mesmo não é utilizado para práticas esportivas e sim para eventos de grande porte, como shows ou apresentações artísticas.

A Lei 6.766 de 19 de dezembro de 1979 prevê que os loteamentos, assim como os bairros

devem ter áreas destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como espaços livres de uso público, proporcionais à densidade de ocupação prevista para a área.

Em relação aos referenciais pesquisados e de acordo com a Tabela 25, constata-se que o Setor do Bairro Santa Marta possui uma área superior à área ideal para a implantação dos equipamentos comunitários.

Tabela 25 – Estimativa de área necessária conforme parâmetros para a implantação dos Equipamentos Comunitários do Setor do Bairro Santa Marta

<b>BAIRRO SANTA MARTA</b>	Moretti (1997)	Guimarães (2004)
<b>29,82 hectares</b>	<b>27,58 hectares</b>	82,75 hectares

Fonte: Autora, 2006.

Os dados da pesquisa de campo do Setor do Bairro Santa Marta permitem constatar que da área total de 551,70 hectares, 29,82 hectares são destinados para a implantação de equipamentos comunitários, ou seja, o bairro está acima dos referenciais pesquisados, que cita que esta deveria ser de no mínimo 27,58 hectares. No entanto, deve-se lembrar que há uma razoável oferta de alguns tipos de equipamentos, como os de saúde e educação, e a escassez de outros, neste caso de praças e áreas verdes para recreação e lazer, ou ainda, de áreas esportivas adequadas ao uso.

Nas tabelas abaixo serão apresentadas a síntese do levantamento de cada equipamento comunitário do Setor do Bairro Santa Marta, seguidas das respectivas avaliações, analisadas segundo autores pertinentes, citados na revisão de literatura, Capítulo 2.4:

#### 4.2.3 Equipamentos Comunitários de Saúde

Abaixo estão relacionados os equipamentos de saúde existentes e pesquisados no levantamento de campo do Setor:

<p align="center"><b>11 – PSF – SANTA MARTA</b></p> <p><b>Localização:</b> Travessa Toropi, 115  <b>Área (m<sup>2</sup>):</b> Terreno: 800,00 m<sup>2</sup>            Edificação: 150,00 m<sup>2</sup>  <b>Nº andares:</b> 1  <b>Nº leitos:</b> não tem  <b>Conservação:</b> RUIM  <b>OBS:</b> Atendimento: 8:00-12:00 e 13:00-17:00</p>	
---	--